

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA
CENTRO DE EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM POLÍTICAS PÚBLICAS E
GESTÃO EDUCACIONAL – MESTRADO PROFISSIONAL

Fabiane Soares dos Santos Fagundes

**POLÍTICAS CURRICULARES E EDUCAÇÃO ANTIRRACISTA:
TRANSGRESSÕES POSSÍVEIS NA EDUCAÇÃO BÁSICA**

Santa Maria, RS
2023

Fabiane Soares dos Santos Fagundes

**POLÍTICAS CURRICULARES E EDUCAÇÃO ANTIRRACISTA:
TRANSGRESSÕES POSSÍVEIS NA EDUCAÇÃO BÁSICA**

Dissertação apresentada ao Curso de Mestrado Profissional em Políticas Públicas e Gestão Educacional, do Programa de Pós-graduação em Políticas Públicas e Gestão Educacional, da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM-RS), como requisito parcial para a obtenção do título de **Mestre em Políticas Públicas e Gestão Educacional**.

Orientadora: Profa. Dra. Débora Ortiz de Leão

Santa Maria, RS
2023

Fagundes, Fabiane Soares dos Santos Políticas Curriculares e Educação Antirracista:
Transgressões Possíveis na Educação Básica / Fabiane Soares dos Santos Fagundes.-
2023.
118 p.; 30 cm

Orientadora: Débora Ortiz de Leão
Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Santa Maria, Centro de Educação, Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas e Gestão Educacional, RS, 2023

1. Políticas Curriculares 2. Educação Antirracista 3. Transgressões na Educação Básica I. Ortiz de Leão, Débora II. Título.

Sistema de geração automática de ficha catalográfica da UFSM. Dados fornecidos pelo autor(a). Sob supervisão da Direção da Divisão de Processos Técnicos da Biblioteca Central. Bibliotecária responsável Paula Schoenfeldt Patta CRB 10/1728.

Declaro, FABIANE SOARES DOS SANTOS FAGUNDES, para os devidos fins e sob as penas da lei, que a pesquisa constante neste trabalho de conclusão de curso (Dissertação) foi por mim elaborada e que as informações necessárias objeto de consulta em literatura e outras fontes estão devidamente referenciadas. Declaro, ainda, que este trabalho ou parte dele não foi apresentado anteriormente para obtenção de qualquer outro grau acadêmico, estando ciente de que a inveracidade da presente declaração poderá resultar na anulação da titulação pela Universidade, entre outras consequências legais.

Fabiane Soares dos Santos Fagundes

**POLÍTICAS CURRICULARES E EDUCAÇÃO ANTIRRACISTA:
TRANSGRESSÕES POSSÍVEIS NA EDUCAÇÃO BÁSICA**

Dissertação apresentada ao curso Mestrado Profissional em Políticas Públicas e Gestão Educacional, da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM-RS), como requisito parcial para a obtenção do título de **Mestre em Políticas Públicas e Gestão Educacional**.

Aprovada em 20 de novembro de 2023:

Débora Ortiz de Leão, Dr^a (UFSM)
(Presidente, Orientadora)

Renan Santos Mattos, Dr (UFFS)

Simone Freitas da Silva Gallina, Dr^a (UFSM)

Santa Maria, RS
2023

Homenagem a minha querida mãe **MARIA Célia** (*in memoriam*). Mulher guerreira, amorosa e companheira. Sinto sua presença em cada passo, em cada decisão. Você está em meu coração.

Obrigada por tudo! Essa conquista também é sua.

*Maria, Maria é um dom, uma certa magia
Uma força que nos alerta
Uma mulher que merece viver e amar
Como outra qualquer do planeta
Maria, Maria é o som, é a cor, é o suor
É a dose mais forte e lenta
De uma gente que ri, quando deve chorar
E não vive, apenas aguenta
Mas é preciso ter força, é preciso ter raça,
É preciso ter gana sempre
Quem traz no corpo a marca
Maria, Maria Mistura a dor e a alegria
Mas é preciso ter manha, é preciso ter graça
É preciso ter sonho sempre
Quem traz na pele essa marca
Possui a estranha mania de ter fé na vida..
(Música Maria, Maria- Milton Nascimento)*

AGRADECIMENTOS

A **Deus**, por estar sempre presente em meus pensamentos, guiando-me em todos os momentos e a essa força espiritual que me impulsiona a não desistir dos meus propósitos de vida, mesmo enfrentando dificuldades.

Ao meu pai **Antônio Carlos** pelo alento, conselhos e por me mostrar que o caminho do bem sempre é a melhor escolha.

À orientadora professora **Débora Ortiz de Leão** pelo apoio, paciência, incentivos e por sempre me estender a mão e caminhar comigo.

Aos **professores** que compõem a banca, por terem auxiliado na construção dessa pesquisa, dando sugestões de caminhos a ser seguido, qualificando ainda mais o trabalho.

À **Universidade Federal de Santa Maria** por me proporcionar um ensino de qualidade.

A **todas as pessoas** que direta ou indiretamente me apoiaram durante esta caminhada.

Muito obrigada!

RESUMO

POLÍTICAS CURRICULARES E EDUCAÇÃO ANTIRRACISTA: TRANSGRESSÕES POSSÍVEIS NA EDUCAÇÃO BÁSICA

AUTORA: Fabiane Soares dos Santos Fagundes
ORIENTADORA: Débora Ortiz de Leão

Este trabalho, do Curso de Mestrado Profissional, do Programa de Pós- Graduação em Políticas Públicas em Gestão Educacional da Linha de Pesquisa Políticas e Gestão da Educação Básica e Superior aborda a temática Políticas curriculares e educação antirracista. Como objetivo geral priorizou investigar políticas curriculares que promovam mudanças nas práticas pedagógicas baseadas num currículo antirracista. Os objetivos específicos priorizaram identificar políticas curriculares antirracistas direcionadas ao currículo da escola pública; compreender as perspectivas teóricas construídas a respeito da educação antirracista; analisar materiais de formação docente sobre políticas curriculares antirracistas para professores da Educação Básica; refletir sobre as propostas pedagógicas transgressoras na construção de uma educação antirracista. O referencial teórico está organizado com base em autores/as como Hooks (2017), Kilomba (2019), Ribeiro (2019), Sacristán (2000), entre outros que contribuem para o aperfeiçoamento e reflexão sobre a temática de pesquisa. Para obtenção de dados pautou-se em uma pesquisa de abordagem qualitativa, utilizando-se das técnicas de pesquisa bibliográfica e a análise dos dados foi pautada na análise de conteúdo. O que se pode considerar é que o resultado obtido após análise constata que as políticas curriculares apresentam o embasamento para que sejam trabalhados os diferentes temas, mas percebe-se que quando são aliadas as questões antirracistas, os temas ficam um pouco vagos, pois acredita-se que não se pode apenas reconhecer que o privilégio existe e não ter de fato uma postura antirracista. É fundamental que pessoas negras transgridam as barreiras referentes a sua postura frente à sociedade.

O produto resultante da pesquisa foi um guia (in)formativo e tem por finalidade e contribuições, auxiliar os professores a encontrar informações de maneira rápida e organizada, referentes às Políticas Públicas e Educacionais, Políticas Curriculares baseadas no currículo antirracista. Espera-se que esta pesquisa possa contribuir com o aprimoramento do conhecimento dos professores para desenvolver sua prática educativa de maneira diversificada e antirracista.

Palavras-chave: Políticas curriculares. Educação antirracista. Transgressões na Educação Básica.

ABSTRACT

CURRICULAR POLICIES AND ANTI-RACIST EDUCATION: POSSIBLE TRANSGRESSIONS IN BASIC EDUCATION

AUTHORA: Fabiane Soares dos Santos Fagundes

ADVISOR: Débora Ortiz de Leão

This work, from the Professional Master's Course, from the Postgraduate Program in Public Policies in Educational Management of the Basic and Higher Education Policies and Management Research Line, addresses the topic of curriculum policies and anti-racist education. As a general objective, it prioritized investigating curricular policies that promote changes in pedagogical practices based on an anti-racist curriculum. The specific objectives prioritized identifying anti-racist curricular policies aimed at the public school curriculum; understand the theoretical perspectives constructed regarding anti-racist education; analyze teacher training materials on anti-racist curriculum policies for Basic Education teachers; reflect on transgressive pedagogical proposals in the construction of anti-racist education. The theoretical framework is organized based on authors such as Hooks (2017), Kilomba (2019), Ribeiro (2019), Sacristán (2000), among others who contribute to the improvement and reflection on the research topic. To obtain data, it was based on a qualitative research approach, using bibliographic research techniques and data analysis was based on content analysis. What can be considered is that the result obtained after analysis shows that the curricular policies provide the basis for the different themes to be worked on, but it is clear that when they are combined with anti-racist issues, the themes are a little vague, as it is believed that one cannot just recognize that privilege exists and not actually have an anti-racist stance. Black people need to transgress the barriers regarding their attitude towards society. The product resulting from the research was an (in)formative guide, whose purpose and contributions are to help teachers find information in a quick and organized manner, regarding Public and Educational Policies, Curricular Policies based on the anti-racist curriculum. It is hoped that this research can contribute to improving teachers' knowledge to develop educational practice in a diverse and anti-racist way.

Keywords: Curriculum policies. Anti-racist education. Transgressions in Basic Education.

LISTA DE FIGURAS

FIGURA 1 - Início da trajetória escolar - Educação Infantil (1994).....	17
FIGURA 2 - Formações	18
FIGURA 3 - Cabelo com alisamento químico	21
FIGURA 4 - Cabelo crespo natural	22
FIGURA 5 - Lápis cor de pele	23
FIGURA 6 - Giz de cera “cor de pele”, criado pelo Uniafro	24
FIGURA 7- Desenhos da professora, ilustrado por alunos.....	25
FIGURA 8 - Características do processo de desenvolvimento do estudo de caso	35
FIGURA 9 - Análise Temática	37
FIGURA 10 - Organização das Políticas Educacionais e Curriculares	58
FIGURA 11 - Expressões racistas	65

LISTA DE QUADROS

QUADRO 1 - Estado do Conhecimento	27
QUADRO 2 - Estado do conhecimento - Políticas Curriculares	32
QUADRO 3 - Categorias de Currículo.....	55
QUADRO 4 - Etapas do currículo.....	57
QUADRO 5 - Representantes negras na política brasileira.....	81

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

BDTD	Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações
BNCC	Base Nacional Comum Curricular
CONAE	Conferência Nacional de Educação
CRE	Coordenadoria Regional de Educação
DCNS	Diretrizes Curriculares Nacionais
EEEF	Escola Estadual de Ensino Fundamental
ERER	Educação das Relações Étnico-Raciais
FHC	Fernando Henrique Cardoso
FUNDEB	Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
LDB	Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
MEC	Ministério da Educação
PNE	Plano Nacional da Educação
PPP	Projeto Político Pedagógico
RS	Rio Grande do Sul
UFSM	Universidade Federal de Santa Maria

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	13
2	OBJETIVOS	15
2.1	PROBLEMA DE PESQUISA	15
2.2	OBJETIVO GERAL	15
2.3	OBJETIVOS ESPECÍFICOS	15
	CAPÍTULO I	16
3	MEMÓRIAS DE ATOS DE RACISMO: MOTIVOS QUE IMPULSIONAM OS ESTUDOS SOBRE O TEMA	16
3.1	TIPO ESTADO DO CONHECIMENTO: TRILHANDO O CAMINHO DA PESQUISA	26
	CAPÍTULO II	
4	FUNDAMENTOS TEÓRICO-METODOLÓGICOS DA PESQUISA	34
4.1	BREVE HISTÓRICO DAS REFORMAS EDUCACIONAIS E OS PLANOS DE EDUCAÇÃO.....	42
4.2	PLANO NACIONAL DE EDUCAÇÃO (PNE) 2001-2010: UM BREVE RELATO	43
4.3	O PNE PARA A PRÓXIMA DÉCADA	45
4.4	POLÍTICAS EDUCACIONAIS: GOVERNO FERNANDO HENRIQUE CARDOSO (1995-2002)	46
4.5	POLÍTICAS EDUCACIONAIS: GOVERNO LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA (2003-2006).....	47
4.6	PROGRAMA DE EDUCAÇÃO: GOVERNO LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA (2007-2010)	48
4.7	PROGRAMA DE EDUCAÇÃO: GOVERNO DILMA ROUSSEFF (2011-2014)	49
4.8	POLÍTICAS EDUCACIONAIS: GOVERNO MICHEL TEMER (2016-2018).....	49
4.9	POLÍTICAS EDUCACIONAIS: GOVERNO JAIR BOLSONARO (2019-2022)	50
	CAPÍTULO III	51
5	POLÍTICAS EDUCACIONAIS E SUAS CONTRIBUIÇÕES PARA A EDUCAÇÃO ANTIRRACISTA	51
5.1	POLÍTICAS CURRICULARES E SEUS DESDOBRAMENTOS.....	54
5.1.1	DIRETRIZES CURRICULARES NACIONAIS PARA A EDUCAÇÃO DAS RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS E PARA O ENSINO DE HISTÓRIA E CULTURA AFRO-BRASILEIRA E AFRICANA.....	59
5.1.2	Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Quilombola	61

5.1.3	Base Nacional Comum Curricular- BNCC	61
6	DOS ESTERÍOTIPOS E EXPRESSÕES RACISTAS.....	63
7	EDUCAÇÃO ANTIRRACISTA: NÃO AO APAGAMENTO DA NEGRITUDE NA EDUCAÇÃO	69
8	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	84
9	PRODUTO EDUCACIONAL	87
	REFERÊNCIAS	89
	APÊNDICE A – PRODUTO DA DISSERTAÇÃO.....	95

1 INTRODUÇÃO

Este trabalho é parte da busca pelo constante aprofundamento, reflexão e (re)invenção de minha prática enquanto professora e pensadora da prática pedagógica com crianças no cotidiano da escola. Para tanto, a intenção foi evidenciar outras formas de conhecimento, principalmente com as pensadoras negras e o pensamento pedagógico de Paulo Freire, com o intuito de problematizar as formas de conhecimento sobre a cultura afro-brasileira e africana nos contextos escolares. Considero que experimentamos uma educação padronizada, colonizada, que parte dos moldes positivistas, balizados por uma cultura eurocêntrica.

A educação tradicional não deu conta de explorar outros saberes, considerados “menores” visto que foram e, ainda são produzidos por meio da oralidade, por meio do diálogo, especialmente pela escuta generosa e atenta, que valoriza a experimentação de outro modo de estar num contexto educacional. Nesse modo, os sujeitos assumem situações coletivas que lhes permitam produzir a possibilidade de novas práticas educativas. Importante pensarmos a educação como um ato político por se tratar de um propósito de garantia da autonomia e emancipação, capaz de fazer irromper processos de transformação nas relações sociais. Neste sentido, o estudo apresentado está organizado em três capítulos.

Apresenta-se sob o título “Introdução”, onde enfoca-se a justificativa do tema de pesquisa, fazendo interlocuções com o que será estudado.

Apresenta-se sob o título “**Objetivos**” apresenta o problema de pesquisa, o objetivo geral e os objetivos específicos que ancoram o desenvolvimento de toda pesquisa. No **Primeiro capítulo**, aborda-se o seguinte:

O subcapítulo denominado “**Memórias de atos de racismo: motivos que impulsionam os estudos sobre o tema**”, são destacados os caminhos e descaminhos trilhados desde o ingresso no curso de Licenciatura em Pedagogia e o momento do interesse pela área da educação, as escolhas, os abandonos e a maneira por esses afetada, resultando, assim, no problema de pesquisa que propõe-se.

O subcapítulo sob o título “ **Tipo Estado do Conhecimento: trilhando o caminho da pesquisa**”, apresenta-se a busca pela pesquisa em trabalhos científicos, almejando a ampliação do conhecimento referente a temática que seria desenvolvida na dissertação. A investigação foi trilhada no site da Biblioteca Brasileira de Teses e

Dissertações (BDTD), os dados obtidos auxiliaram na escolha do tema. No **segundo capítulo**, aborda-se o seguinte:

O subcapítulo, intitulado “**Fundamentos teórico-metodológicos da pesquisa**”, evidencia os delineamentos metodológicos, a abordagem e o tipo de pesquisa.

O subcapítulo sob o título “**Breve histórico das reformas educacionais e os planos de educação**”, apresenta as mudanças no campo educacional que auxiliam a entender por todas as modificações e influências que a Educação tem passado. Também focaliza o investimento em Educação, através dos programas de governo, ou seja, nos diferentes mandatos presidenciais. No **terceiro capítulo**, aborda-se o seguinte:

O subcapítulo, nomeado “**Políticas Educacionais e suas contribuições para a educação antirracista**”, descrevem-se de forma sucinta, as políticas públicas educacionais e reflexões quanto a sua colaboração, em relação à temática apresentada nessa pesquisa. Relatando períodos históricos dos diferentes mandatos

O subcapítulo, chamado “**Políticas Curriculares e seus desdobramentos**”, são delineados os aspectos importantes das Políticas Curriculares, trazendo implementação de diferentes concepções acerca das principais Políticas curriculares voltadas para a Educação Antirracista.

O subcapítulo, que é “**Dos estereótipos racistas e expressões racistas**”, procura aprofundar o conhecimento sobre os padrões estereotipados e palavras ditas costumeiramente, sem perceber o significado racista existentes nelas.

O subcapítulo, sob o título “**Educação antirracista: Não ao apagamento da negritude na educação**”, busca-se refletir, uma forma de abrangência das questões raciais na escola, baseando-se numa educação que não seja omissa e fortaleça a temática em questão.

As “**Considerações Finais**”, destaca o entendimento acerca da pesquisa, interpretando os dados relativos ao referencial teórico, tecendo reflexões a respeito do que foi pesquisado.

O “**Produto Educacional**”, enfoca o Guia de apoio (in) formativo sobre Políticas Curriculares e Educação Antirracista, que foi desenvolvido como propósito e exigência do Curso de Mestrado Profissional, desenvolver um diferencial que engloba a relação da teoria do estudo, a prática profissional na sociedade, assim consolida-se o produto educacional.

2 OBJETIVOS

2.1 PROBLEMA DE PESQUISA

Como problema de pesquisa, sinaliza-se que, como as políticas curriculares podem promover mudanças nos sistemas de ensino por meio de práticas pedagógicas baseadas em um currículo antirracista?

2.2 OBJETIVO GERAL

E, para consolidar o estudo e responder a este problema tem-se como objetivo geral investigar Políticas Curriculares que promovam mudanças nas práticas pedagógicas baseadas em um currículo Antirracista.

2.3 OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- a) Identificar políticas curriculares antirracistas direcionadas ao currículo da escola pública.
- b) Compreender as perspectivas teóricas construídas a respeito da educação antirracista.
- c) Analisar materiais de formação docente sobre políticas curriculares antirracistas para professores da Educação Básica.
- d) Refletir sobre as propostas pedagógicas transgressoras na construção de uma educação antirracista.

CAPÍTULO I

3 MEMÓRIAS DE ATOS DE RACISMO: MOTIVOS QUE IMPULSIONAM OS ESTUDOS SOBRE O TEMA

*Mas hoje chegou o dia
E tudo que está preso na memória
Eu quero libertar, deixar voar,
Desabafar”.*
(OLIVEIRA, 1992).

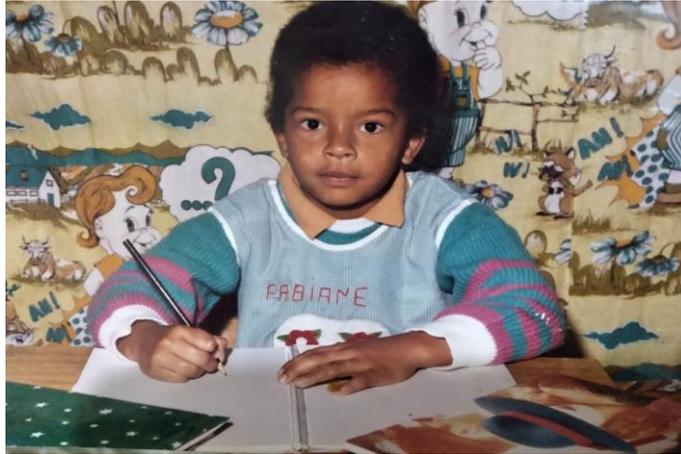
Em minhas memórias, tenho registros de violências, opressões e silenciamentos de raça, classe, gênero, que se davam no cotidiano das instituições¹, às quais eram representadas pelas relações familiares e escolares. Esses aspectos mobilizam minhas inquietações quanto aos efeitos no itinerário educativo das crianças e jovens quanto às práticas de preconceito² que experimentam no cotidiano da escola básica brasileira.

O meu interesse em pesquisar surgiu, primeiramente, por ter sofrido na pele, por diversas vezes atos de racismo. Quando ingressei meus estudos no Ensino Médio, optei pela docência, primeiramente no Curso Normal, posteriormente no Curso de Pedagogia, e no decorrer da formação, descobri que o que eu tinha presenciado na infância em relação ao racismo, nos ambientes de ensino, ainda se faz presente só que de uma maneira mais ‘camuflada’.

¹ “O racismo institucional opera de tal forma que coloca os sujeitos brancos em clara vantagem em relação a outros grupos racializados” (KILOMBA, 2019, p. 78).

² Grada Kilomba aponta que “[...] - a construção da diferença e sua associação com uma hierarquia - formam o que também é chamado de *preconceito*. Por fim, ambos os processos são acompanhados pelo poder histórico, político, social e econômico. É a combinação do preconceito e do poder que forma o racismo” (2019, p. 76).

Figura 1 - Início da trajetória escolar - Educação Infantil (1994)



Fonte: Arquivo Pessoal da Autora (2023)

A Figura 1 demonstra o início do meu percurso formativo, neste período estava frequentando a Educação Infantil, lugar, o qual eu amava estar, pois me sentia acolhida pela professora, mas infelizmente por alguns colegas não. Muitas vezes era excluída das brincadeiras, ouvia piadas referente ao tom de minha pele, ao modo como usava meu cabelo.

Durante as atividades a professora organizava os grupos em cada mesa, naquela época as mesas eram redondas, facilitando a aproximação com os colegas. Muitos não gostavam quando a professora me designava para ir para tal grupo, eu era recebida no grupo com deboches, xingamentos, era chamada por feia, preta, cabelo de homem, mandavam eu comer as cascas das bananas que eles levavam para o lanche, pois diziam que eu era uma macaca e tinha que comer. Tudo isso acontecia sem a professora perceber, pois me oprimiam com a fala no tom baixo e eu não conseguia reagir, por medo. Eu acabava fazendo tudo que eles mandavam para tentar ser incluída no grupo.

Através destas lembranças, questiono-me o quanto uma criança é capaz de machucar a outra, são lembranças que ficam eternizadas na memória e no coração. Por isso muitas vezes é difícil falar, apresentar algo, pois passei e ainda passo um bom período da minha vida sendo silenciada. Mas luto contra isso, todo dia, toda hora.

Almejando ser diferente do que me rotulavam me dediquei ao estudo, pois durante o ensino fundamental e médio sempre fui a aluna frequente e dedicada e dessa forma eu conseguia ter “amigos”, pois muitos sabiam que eu fazia os trabalhos

por eles. Na adolescência percebi que eu queria ter uma profissão diferente do que eu via, as mulheres da minha família são maravilhosas, guerreiras, mas eu queria algo que minha mãe sempre me motivava a ser: professora.

Assim foi, resolvi seguir na docência, primeiramente na formação do Magistério - Curso Normal, depois almejando adquirir conhecimento fui em busca da graduação, fiz três: Pedagogia, Educação Especial e Educação do Campo, sempre motivada a seguir nos estudos, qualificando-me, resolvi fazer algumas especializações na área da Educação. Rememorar as formações é uma alegria imensa.

Figura 2 - Formações



Fonte: Arquivo Pessoal da Autora (2023)

Na Figura 2, as imagens são marcadas pelo momento muito especial: o dia de tirar as fotos de formatura. No decorrer da profissão fui aprendendo muito e me

apaixonando pelo ato de ensinar, mas nem tudo dentro de um sistema de ensino é só alegria. Pois como dito anteriormente, os atos de racismo vivenciados no cotidiano escolar me mobilizam há tempos a problematizar de que modo uma pedagogia pode ser crítica. Assim, os contextos educativos voltam-se para a formação de uma educação pautada no acolhimento das diferenças, no qual muitos tem apenas a professora³ como alguém que irá nortear a sua educação para escaparem do que é próprio “no racismo cotidiano, a pessoa negra é usada como tela para projeções do que a sociedade branca tornou tabu” (KILOMBA, 2019, p.78).

Muitos pais e/ou responsáveis, abrem mão de dialogar sobre alguns assuntos com as crianças no contexto familiar. Ao ausentar-se deste diálogo, os mesmos perdem uma importante possibilidade de escutar a voz das crianças e suas infâncias.

Ao deparar-se com a sala de aula, a criança observa e percebe as diferenças existentes entre os colegas, e também as semelhanças. Neste lugar é o local onde acontecem as trocas de experiências e aprendizagens do mundo externo à escola. Nessa convivência, escutei muitas falas racistas, vindas de alunos tão pequenos que compartilham do mesmo espaço escolar e por diversas vezes, me perguntei de onde vinha tanta raiva? Onde aprenderam a falar coisas que machucam o colega? Quem os ensinou?

Constantemente presenciei comentários racistas entre os alunos quando estavam em momento de fala espontânea, me senti angustiada ao perceber que apenas eu, por ser professora negra consigo me ater a escutar estas falas espontâneas e problematizar com eles no momento que está acontecendo. Me questiono o motivo pelo qual as outras professoras brancas não fazem da mesma forma. A atuação docente, para além dos aspectos do conhecimento e metodologias de ensino, converge também para questões da formação ética e demandas dos discentes.

Nas questões tratadas pela escritora bell hooks⁴ em um dos seus livros intitulado *Ensinando a transgredir: a educação como prática para liberdade* (2017)

³ Destaca-se que o(s) termo (s) professora(s) será escrito no decorrer de toda a pesquisa, pois será utilizado com intuito de identificar professores e professoras, uma vez que, nos Anos Iniciais observa-se que a maioria são Pedagogas.

⁴ bell hooks é o pseudônimo de Gloria Jean Watkins, escritora norte-americana. O apelido que ela escolheu para assinar suas obras é uma homenagem aos sobrenomes da mãe e da avó. O nome é assim mesmo, grafado em letras minúsculas. A justificativa, encontrei depois numa frase da própria bell: “o mais importante em meus livros é a substância e não quem sou eu”. Para ela, nomes, títulos, nada disso tem tanto valor quanto as ideias.

encontramos um relato dramático de suas vivências nos contextos escolares. Nesse relato ela evidencia os sentimentos e os efeitos traumáticos que as crianças negras são submetidas quando a política curricular está organizada para reforçar o *status quo* que prima pela desigualdade. Em sua escrita bell hooks explicita que as “[...] escolas brancas onde os alunos negros eram sempre vistos como penetras, como gente que não deveria estar ali, me ensinou a diferença entre a educação como prática da liberdade e a educação que só trabalha para reforçar a dominação” (bell hooks, 2017, p.12).

A voz de bell hooks vem de encontro ao que nós, negros, desde a infância, somos ensinados, ou seja, a resistir a todas as estratégias brancas de colonização racista. Por isso, para uma professora negra, educar vai além de ensinar, além da alfabetização de crianças. Significa incentivar fundamentalmente um ato político, no qual alunos negros e brancos movimentam-se em torno da luta contra o racismo e as desigualdades raciais tão explícitas.

A representatividade da professora negra, ocupando os espaços da escola, promove um movimento que faz pensar e repensar as atitudes e criar novas visões que permitam as transgressões. Ao longo dos dias de interação e convivência com as crianças na escola pública, observa-se muitas situações relacionadas a mim, ou seja, alunos apontavam e comentavam sobre mim, denominavam características fenotípicas, as quais eles achavam feia.

O cabelo do negro, visto como “ruim”, é expressão do racismo e da desigualdade racial que recai sobre esse sujeito. Ver o cabelo do negro como “ruim” e do branco como “bom” expressa um conflito. Por isso, mudar o cabelo pode significar a tentativa do negro de sair do lugar da inferioridade ou a introjeção deste. Pode ainda representar um sentimento de autonomia, expresso nas formas ousadas e criativas de usar o cabelo (GOMES, 2010, p. 3).

Concorda-se com Gomes (2010) ao relembrar momentos diferentes em sala de aula em relação ao meu cabelo. Constata-se as seguintes situações: na primeira, a aluna perguntou o por que meu cabelo era liso, mas não balançava e parecia que estava sujo, questionava por não ser igual ao dela, que tinha movimento. A expressão facial da aluna, demonstrava estar sentindo nojo, na época do ocorrido eu ainda

alisava⁵ o cabelo. Pode-se observar na imagem abaixo, o período que retrata este relato.

Figura 3 - Cabelo com alisamento químico



Fonte: Arquivo Pessoal da Autora (2023)

Percebe-se que mesmo tentando igualar-se aos demais, o cabelo ainda é divisor de opiniões. Pinheiro (2023), afirma que:

É uma aprendizagem de dor para essas mulheres, algo que atravessa as suas lágrimas derramadas e negligenciadas ao longo de uma vida, que atravessa as queimaduras do couro capilar desde ferro até a guanidina que usam para se moldar a alguma medida social e serem aceitas, que atravessa a compreensão do auto-ódio delas, porque isso é reverberado nas crianças parecidas com aquelas que elas foram (PINHEIRO, 2023, p. 81).

A colonialidade explícita desde a infância, dispara mecanismos de poder e rejeição perante aqueles que não são incluídos dentro de uma sociedade, por isso muitas mulheres e crianças tentam passar por esse padrão, mesmo que seja preciso passar por momentos de dor ou irritação com os produtos de alisamento.

⁵ Esse tipo de procedimento é bastante procurado por pessoas com cabelos crespos, cacheados ou ondulados. Ele é utilizado para diminuir o volume dos fios, reduzir o frizz ou alisar totalmente as mechas (CERQUEIRA, 2020).

Na segunda situação, eu estava usando meu cabelo natural, após ter passado por uma transição capilar⁶, usava-o crespo, no estilo *Black Power*⁷, fui até meus alunos para leva-los até a sala de aula e ao chegar perto, escuta-se dois alunos de turmas distintas, comentando: - Olha João⁸, lá vem a tua professora, aquela do cabelo desarrumado, redondo. Ao que o outro menino respondeu: -Não, a minha professora é bonita, tem o cabelo loiro e liso, não é essa aí! Intensifica-se na fala dos meninos o deboche e os risos. Destaco ainda que a professora destes meninos estava por perto, ouviu o comentário e não problematizou o ocorrido. A seguir, a imagem da professora utilizando o cabelo descrito, no relato anterior.

Figura 4 - Cabelo crespo natural



Fonte: Arquivo Pessoal da Autora (2023)

Sobre o padrão do cabelo, Nilma Gomes (2010) amplia as reflexões e alerta a respeito da tensão presente nas relações étnico-raciais ao afirmar que:

Estamos, portanto, em uma zona de tensão. É dela que emerge um padrão de beleza corporal real e um ideal. No Brasil, esse padrão ideal é branco, mas o real é negro e mestiço. O tratamento dado ao cabelo pode ser considerado uma das maneiras de expressar essa tensão. (GOMES, 2010, p. 3).

⁶ A transição capilar é o processo em que uma pessoa decide abandonar o uso de produtos químicos para alisar ou modificar a estrutura natural de seu cabelo e permite que ele cresça naturalmente em sua forma original (WIKIPÉDIA, 2023).

⁷ O cabelo black power é símbolo de luta e resistência para o povo negro, por isso, tem sido cada vez mais adotado pelas pessoas com cabelo crespo ou cacheado. Suas principais características são o volume e o formato arredondado, que impõe respeito e deixa qualquer um no estilo (REI, 2021).

⁸ Nome fictício.

Na mesma direção, Barreiro e Faria (2016) defendem a ideia de que para educação é interessante que professoras possam, junto com as crianças, construir diferentes representações acerca do conceito “raça” e “família”, produzindo esculturas, desenhos, vídeos, pinturas, imagens, utilização de recursos audiovisuais, entre outros instrumentos, demonstrando a pluralidade e multiplicidade cultural que constitui o mosaico das diferenças. Pinheiro (2023), complementa essa perspectiva, ao afirmar que:

Crenças racistas fazem com que mulheres e homens negros não recebam carinho, ou porque a sociedade acha que não precisam ou porque verticalizam o carinho para baixo na cabeça e não conseguem acariciar um cabelo black, dreadado, de trança (PINHEIRO, 2023, p. 81).

Além do cabelo, outras falas racistas são ouvidas cotidianamente entre as crianças, e até mesmo entre professoras, ou seja, um dos exemplos, é ao se referir ao lápis que representa a cor das pessoas, para isso, referem-se ao lápis rosado, demonstrando na Figura 5 abaixo.

Figura 5 - Lápis cor de pele



Fonte: Rocha (2016)

A falta da representatividade negra, nos lápis de cor, nas falas da professora, pode parecer banal para muitos, mas para as crianças que estão crescendo, construindo a sua identidade, não se ver, não se encontrar nesse padrão imposto, é

muito triste. Um fato simples e corriqueiro em sala de aula, é o pedido para que façam o desenho de si, em muitos casos, causa angústia para o aluno negro, por não conseguir perceber que a sua cor não é igual a um lápis só, e não entender o porquê não encontra o seu tom de pele na caixa de lápis. Nesse momento, também não é problematizado para que os alunos reflitam que sua cor é única, e que os lápis podem ser misturados para tentar chegar o mais perto do seu tom, mas dificilmente será igual.

Barreiro e Faria (2016, p.259) orientam que existe uma angústia relativa “[...] aos vícios racistas que a linguagem adquiriu historicamente, e que são pronunciados no dia a dia, muitas vezes, materializando-se nos utensílios escolares, como a expressão utilizada pelos professores e professoras “cor de pele” para referir-se ao tom de cor bege ou rosinha”.

Movimentos de resistência precisam ser manifestados no momento que se escuta a aluna perguntar o porquê o lápis é chamado assim, se a pele dela não é dessa cor. Existem instrumentos didáticos para se combater, resistir aos momentos de discursos racistas, temos como exemplo uma caixa de giz de cera “cor de pele”, produzido pelo Uniafro⁹, que dispõe de várias tonalidades de pele.

Figura 6 - Giz de cera “cor de pele”, criado pelo UNIAFRO



Fonte: UNIAFRO (2023)

⁹ O Curso de Aperfeiçoamento UNIAFRO – Política de Promoção da Igualdade Racial na Escola e tem por objetivo geral qualificar a educação antirracista em curso nas escolas públicas do estado do Rio Grande do Sul, visando o atendimento da Lei 10.639/2003 (UNIAFRO, 2023).

Atrelada a essas falas, podemos perceber o quanto a professora precisa descolonizar a linguagem, perceber a ótica dos fenômenos sociais e raciais que acontecem no cotidiano escolar e problematizar, pois a docência exige a sensibilidade diante das diferenças e luta contra toda forma de desigualdade. A professora negra no espaço escolar, promove transgressões, no momento que se percebe que a sua presença e fala estão mudando concepções.

Reconhecendo a representatividade em momentos corriqueiros, como pedir para desenhar a professora sem dar instruções nenhuma sobre a ilustração. E receber de volta esse olhar atento aos detalhes, ao tom de pele, a vestimenta, ao cabelo. Penso estar provocando movimentos positivos que antes não eram percebidos.

Figura 7- Desenhos da professora, ilustrado por alunos



Fonte: Arquivo Pessoal da Autora (2023)

Observa-se os detalhes registrados pelos alunos como a pele, cabelo, roupa, esse olhar atento às características da professora são desenvolvidos por crianças do 1º ano. Estas, com idade em torno de 6/7 anos. Nesse contexto, acredita-se que ter uma professora negra, acaba por influenciar, no olhar diferenciado desses alunos. Entende-se que a professora precisa dialogar, problematizar questões raciais em sala

de aula, assim conseguirá instigar aos alunos sobre suas concepções de raça e de mundo.

As autoras Barreiro e Faria (2016) apontam algumas reflexões quanto a necessidade de pensarmos a gestão, organização, planejamento e as condições do espaço institucional, ou seja, as crianças e suas infâncias necessitam de contextos apropriados para suas vivências: “Ofereçam às crianças um ambiente em que as diversidades e diferenças também estejam representadas, dando visibilidade a todas as pessoas e legitimando outras possibilidades de ser e viver em sociedade” (BARREIRO; FARIA, 2016, p. 258). No contexto escolar, o racismo parece ter ainda maior influência nos processos de aprendizagem, pois as crianças negras encontram dificuldades em relação ao respeito, a sua singularidade, diferença e raça.

Dessa forma, é impulsionada por memórias de atos de racismo e por uma aspiração à mudança, que apresento a seguir, um estudo no contexto de um Mestrado Profissional em Políticas Públicas e Gestão Educacional. A seguir aborda-se a investigação para o tipo de estado do conhecimento, o qual apresenta os dados que foram pesquisados sobre a temática do trabalho.

3.1 ESTADO DO CONHECIMENTO: TRILHANDO O CAMINHO DA PESQUISA

Neste estudo, foi realizado uma busca em trabalhos científicos, para ampliar o embasamento teórico da pesquisa em relação ao tema que se almejava investigar. A investigação foi desenvolvida no site da Biblioteca Digital Brasileira de Teses e dissertações (BDTD), buscando as principais contribuições para a Educação, pois é considerado um banco de dados com um conhecimento amplo nas discussões, para que se tenha compreensão dos resultados apresentados. Para Morosini (2015), o estado do conhecimento é uma possibilidade para identificar, sintetizar e refletir sobre o que já foi produzido acerca de uma determinada temática dentro de um certo limite de tempo e espaço.

Numa perspectiva de aprendizagem ativa e colaborativa, pela qual o sujeito assume o compromisso com a sua reflexão crítica, com a construção de seu objeto e com a inserção no campo científico (MOROSINI, 2015, p.114).

Inicialmente, enquanto surgiam diversas dúvidas, indagações, referente ao tema que seria pesquisado para o desenvolvimento desta dissertação, procurou-se refletir alguns temas pertinentes, que se aproximavam do que estava-se conversando em relação ao que seria trabalhado na pesquisa, em busca de desenvolver um problema de pesquisa, e por diversas vezes os temas foram modificados. Com o passar dos dias, através das leituras, conseguiu-se definir os descritores que seriam pesquisados.

O desenvolvimento deste estudo permitiu aprimorar o conhecimento em diferentes temas. Por isso optou-se pela demonstração dos dois momentos que foram feitas as pesquisas no site BDTD, os quais foram muito interessantes para o desenvolvimento deste trabalho. Esta busca, deu origem a duas pesquisas para o estado do conhecimento, ou seja, fez-se o levantamento e análises das produções do que foi feito a seu respeito de modo a fundamentar o trabalho.

O trabalho apresenta o levantamento de dados e análise das produções científicas no período de defesa de 2017 a 2022 que abordam o tema sobre políticas curriculares antirracistas e o combate ao racismo estrutural na práxis pedagógica da educação básica. Para estruturar o estado do conhecimento, foi feita uma pesquisa e leituras sobre os temas e observou-se que o assunto é tratado de forma isolada, ou seja, em nenhum trabalho analisado foi encontrado o mesmo delineamento da pesquisa que é proposta nesse estudo.

Para estruturar o estado do conhecimento foram utilizados os seguintes descritores: racismo estrutural, racismo estrutural e educação, política curricular e educação, política curricular e racismo estrutural, prática pedagógica e racismo. Como já foi mencionado anteriormente, a análise foi elaborada determinando-se como filtro o período das produções que foram divulgadas entre o ano de 2017 a 2022.

No Quadro 1 abaixo, organizou-se alguns trabalhos que foram selecionados dentre todos que foram analisados.

Quadro 1- Estado do Conhecimento

(continua)

AUTOR / ANO	INSTITUIÇÃO	TIPO DE DOCUMENTO	TÍTULO
Descritor: Racismo Estrutural			
Bandeira, Gustavo	UFRGS	Tese	Do Olímpico à Arena:

Andrada / 2017			Elitização, racismo e heterossexismo no currículo de masculinidade dos torcedores de estádio.
Stephanie Pereira/ 2018	USP	Dissertação	Mais pra preta do que pra branca: Racismo estrutural na Lei Maria da Penha.
SILVA JUNIOR, Francisco Carlos da/ 2019	UFMA	Dissertação	Coisa de preto e norma de branco: A circulação dos discursos do racismo estrutural nas instituições do Sistema de Justiça do Maranhão (Polícia Judiciária, Ministério Público e Poder Judiciário).
Santos, Júlio Cesar Silva/ 2021	Universidad e Prebisteriana Mackenzie	Tese	Racismo Institucional e relações de trabalho no Brasil
Rocha, Valdivina Francisca de Jesus e/ 2021	Unifesp	Dissertação	Racismo estrutural: Trajetórias de vida de pessoas negras em situação de rua na cidade de Santos/SP
Descritores: Racismo Estrutural e Educação			
Gilmara Silva Souza/ 2017	UFMG	Dissertação	Das fronteiras: Mulheres, gestão quilombola e gestão escolar no Quilombo-Ribeirinho de Alegre - Januária - MG

Quadro 1- Estado do Conhecimento

(continuação)

AUTOR / ANO	INSTITUIÇÃO	TIPO DE DOCUMENTO	TÍTULO
Silva, Silmara Cardoso De Lima/ 2019	UNIFESP	Dissertação	Formação docente para a implementação da Lei 10.639/03: Concepções em curso na rede municipal de São Paulo
GUIMARÃES, Érika Rafaelle de Pontes/ 2020	UFCG	Dissertação	A cor da pele dita o "tom": Análise sobre as mulheres negras no espaço escolar
Santos, Maria Adriana Pereira dos/ 2021	UFS	Dissertação	O acesso de estudantes quilombolas beneficiários(as) do Programa Bolsa Permanência da Universidade Federal de Sergipe: Uma análise de documentos institucionais
Fonseca, Suellen Souza/ 2021	UFSC	Dissertação	Ancestralidade afro-brasileira na Educação Infantil: Reflexões formativas para uma educação científica antirracista
Descritores: Política Curricular e Educação			

Coutinho, Amanda Leal / 2017	UERJ	Dissertação	Políticas de currículo: Relação família e escola nos textos políticos para Educação Infantil
Mello, Andreilisa Goulart de / 2018	UFSM	Tese	Políticas Curriculares: Conhecimento em diáspora
Rocha, Adriana Rocely Viana da / 2020	UFP	Dissertação	A política curricular da BNCC e o ensino médio: Currículo e contexto
Rocha, Adriana Rocely Viana da / 2021	UFRGS	Tese	A atuação da política curricular Freireana na Educação de Jovens, Adultos e Idosos (EJAI) na rede municipal de educação de Maceió – Alagoas (2013-2020)
Silva, Sadi José Rodrigues da / 2022	UFSC	Tese	A política curricular e o currículo escolar nas escolas do campo: Concepções e práticas em Santa Catarina
Descritores: Política Curricular e Racismo Estrutural			
Silva, Beatriz Araújo da / 2017	UFAL	Dissertação	As práticas curriculares de professores(as): Olhares para as experiências culturais negras e saberes quilombolas em Santa Luzia do Norte e a produção artística de mestre José Zumba

Quadro 1- Estado do Conhecimento

(conclusão)

AUTOR / ANO	INSTITUIÇÃO	TIPO DE DOCUMENTO	TÍTULO
Campos, Marcelo dos Santos / 2020	UFJF	Dissertação	Hoje é dia de branco: A branquitude de médicos de família de Juiz de Fora/MG e a equidade racial no cuidado em saúde
Eloá Lamin da Gama / 2021	UEL	Dissertação	“Tudo que eu achava que era uma coisa, na verdade era algo muito mais complexo”: O ensino de História, a Lei 10.639/03 e a formação do pensamento histórico de jovens estudantes
Ferrari, Alice Rosa de Sena / 2021	PUC- SP	Tese	O currículo escolar e as suas possibilidades em relação à superação do racismo
Descritores: Prática Pedagógica e Racismo			
Moura, Tatiana Maria de / 2017	UFG	Dissertação	Racismo na contemporaneidade: Uma análise do racismo nas redes sociais
FERREIRA, Michele	UFPE	Tese	Educação das relações étnico-

Guerreiro/ 2018			raciais e prática curricular de enfrentamento do racismo na UNILAB
SANTOS, Antônio Luís Parlandin dos/ 2018	UFPA	Tese	Representações sociais de professores do ensino fundamental sobre educação étnico-racial e as implicações em sua prática pedagógica: Por uma pedagogia decolonial e intercultural
Montemezzo, Laura Ferrari/ 2018	UFRGS	Dissertação	Um galho na árvore da música negra: Movimento hip hop e rap no ensino de história e nas relações étnico-raciais da educação básica
Andrade, Maíra Pires/ 2022	PUC- SÃO PAULO	Tese	Práticas pedagógicas transgressoras: Possibilidades para uma educação antirracista a partir do prêmio educar para a igualdade racial (CEERT)

Fonte: Elaborado pela autora (2023)

O primeiro descritor “racismo estrutural” encontrou 96 produções em língua portuguesa no total, divididos em 70 dissertações e 26 teses, ao refinar os trabalhos em língua estrangeira, observou-se a redução da quantidade, passando a ser 92.

Também foi constatado que ao acrescentar o termo “educação”, formando assim o segundo descritor, observou-se que houve a redução nas publicações para 28 no total.

O Terceiro descritor “política curricular e educação” gerou 12 produções em língua portuguesa, fazendo o refinamento constatou-se 0 produções em língua estrangeira, divididas em 8 dissertações e 4 teses.

O quarto descritor “política curricular e racismo estrutural” gerou 6 produções, dentre elas 5 em língua portuguesa e 1 em língua estrangeira.

Percebe-se que o termo “racismo” individualizado aparece mais nas publicações do que a expressão racismo estrutural. Por fim, o quinto descritor “prática pedagógica e racismo” buscou 164 produções, 164 em língua portuguesa, fazendo o refinamento constatou-se 0 produções em língua estrangeira, divididas em 124 dissertações e 40 teses.

Consecutivamente, foram selecionadas 30 produções no total acerca dos descritores que foram citados anteriormente, posteriormente foi feita uma leitura

flutuante e inicial dos trabalhos que foram encontrados, com um objetivo de reunir os documentos para conseguir fazer a análise.

O total de trabalhos analisados com o descritor “racismo estrutural” e “racismo estrutural e educação” resultaram em 8 teses e 22 dissertações, estas produções são oriundas das regiões norte, nordeste, sudeste e sul do Brasil. Também se constatou que as seguintes universidades: Universidade Federal do Rio Grande do Sul e Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, tiveram maior número de produções dos trabalhos com a temática em questão.

O total de trabalhos analisados com o descritor “política curricular e educação” resultaram em 4 teses e 8 dissertações, estas produções são oriundas das regiões nordeste, sudeste, centro-oeste e sul do Brasil. Também se constatou que as seguintes universidades: Universidade Federal do Rio de Janeiro e Universidade de São Paulo, tiveram maior número de produções dos trabalhos com a temática em questão. Quando mudou-se o descritor, formando “política curricular e racismo estrutural”, observou-se a repetição dos trabalhos com os outros descritores.

O total de trabalhos analisados com o descritor “prática pedagógica e racismo” resultaram em 9 teses e 21 dissertações, estas produções são oriundas das regiões nordeste, sudeste e sul do Brasil. Também se constatou que as seguintes universidades: Universidade Federal do Rio de Janeiro e Universidade de São Paulo, tiveram maior número de produções dos trabalhos com a temática em questão.

Após analisar as 30 produções de cada descritor, percebeu-se que a região incomum a todos os descritores são: Nordeste, sudeste e sul. Também percebeu-se que alguns trabalhos se referiam as outras áreas diferentes da educação, tais como: segurança pública, política.

A pesquisa realizada no banco de dados Biblioteca Digital Brasileira de teses e dissertações é utilizada como recurso para conseguir aprofundar conhecimento em relação ao que está sendo discutido e publicado em relação a algum tema pertinente a ser estudado. Diante disso, ao pesquisar no site constatou-se que há mais publicações relacionadas ao racismo, mas com menos índice de escrita relacionada às políticas curriculares e o racismo estrutural.

Para entender um pouco melhor sobre cada produção analisada, foram feitas leituras dos resumos dos trabalhos, afim de entender um pouco mais sobre o que estavam produzindo sobre a temática em questão. Ao explorar as leituras percebe-se a riqueza e grandiosidade das escritas, cada uma com a sua singularidade,

organização e metodologia, mas todas com o mesmo objetivo, ou seja, aprofundar conhecimentos.

Neste contexto, a realização do estado do conhecimento auxiliou no mapeamento das discussões e das pesquisas científicas e acadêmicas que tratam do tema proposto. Os autores destacaram formas e visões diferentes sobre os assuntos, mas que de certa forma se interligavam, mas cada um com o seu posicionamento.

Através dessa pesquisa, constatou-se que dentre os trabalhos encontrados referentes à temática políticas curriculares, estavam vinculados às orientandas de mestrado da professora orientadora dessa dissertação. Como pode-se observar no Quadro 2 abaixo:

Quadro 2 - Estado do conhecimento - Políticas Curriculares

(continua)

AUTOR / ANO	INSTITUIÇÃO	TIPO DE DOCUMENTO	TÍTULO
Descritor: Políticas Curriculares			
Frasson, Carine Martins Godoy Torres/ 2019	UFSM	Dissertação	Políticas curriculares e gestão escolar: Continuidade ou ruptura em relação aos anos iniciais e anos finais do ensino fundamental?

Quadro 2 - Estado do conhecimento - Políticas Curriculares

(conclusão)

AUTOR / ANO	INSTITUIÇÃO	TIPO DE DOCUMENTO	TÍTULO
Silva, Cármen Maria França da/ 2019	UFSM	Dissertação	Pacto nacional pela alfabetização na idade certa: Repercussões de uma política curricular nas práticas de alfabetização na rede pública de ensino no Rio Grande do Sul
Silva, Graciela Coêlho da/ 2021	UFSM	Dissertação	As competências socioemocionais na política curricular da BNCC: Desdobramentos na formação de professores
Miolo, Patrícia/ 2022	UFSM	Dissertação	Políticas e práticas de organização curricular da alfabetização na pandemia: Estudo de uma experiência inédita

Fonte: Elaborado pela autora (2023)

Esse conjunto de leituras propostas pelas orientandas também foi um ótimo auxílio na reconfiguração do projeto inicial. O empenho na análise dos trabalhos encontrados é de suma importância, visto que a grandiosidade na produção dos estudos faz perceber o quanto a escrita é importante, o quanto o seu posicionamento frente a uma situação determina o quanto pesquisador se é e o que ainda se pode alcançar. A partir das pesquisas associadas às políticas curriculares, concluiu-se o quanto o tema precisa ser estudado e abordado nos trabalhos, visto que ainda é uma temática pouco explorada. Na sequência, serão apresentados os objetivos que ancoram esta pesquisa.

CAPÍTULO II

4 FUNDAMENTOS TEÓRICO-METODOLÓGICOS DA PESQUISA

Neste capítulo, busca-se mostrar os caminhos metodológicos que foram percorridos, no intuito de alcançar os objetivos desta pesquisa. Para isso propõe-se um estudo com delineamento qualitativo. Segundo Minayo (2010, p. 57):

O que é o método qualitativo? O método qualitativo é o que se aplica ao estudo da história, das relações, das representações, das crenças, das percepções e das opiniões, produtos das interpretações que os humanos fazem a respeito de como vivem, constroem seus artefatos e a si mesmos, sentem e pensam.

Ressalta-se a necessidade e relevância por esse método, pois preocupa-se com aspectos da realidade que não podem apenas ser quantificados, respeitando a compreensão e a dinâmica das relações entre os alunos e professoras, durante a prática pedagógica. O estudo foi traçado especialmente a partir da leitura e análise conceitual dos/as pensadoras/es negros/as e de documentos legais que orientam as políticas curriculares para Educação Básica.

Com o propósito de corresponder aos objetivos e demandas deste trabalho, foi realizada uma pesquisa do tipo estudo de caso. Neste estudo, fez-se uma revisão dos referenciais teóricos e uma investigação em relação ao caminho trilhado para alcançar o objetivo da pesquisa.

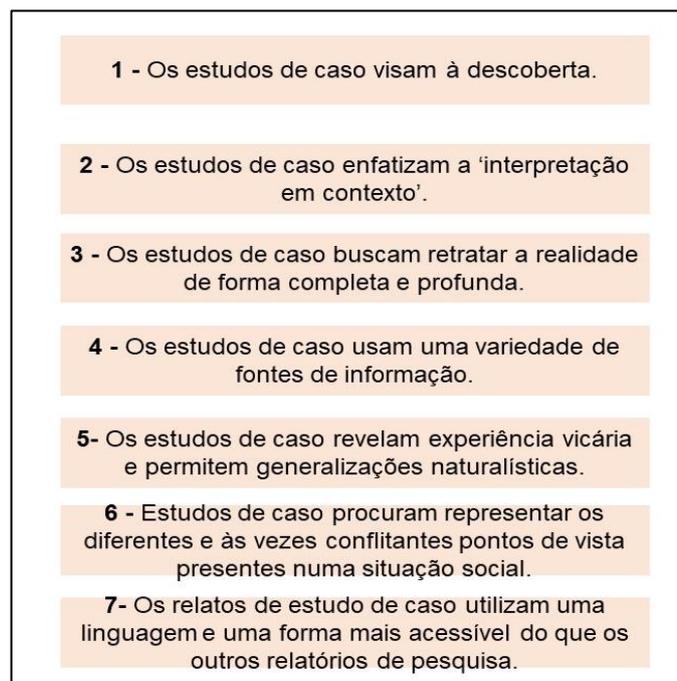
O estudo de caso contribui para o aperfeiçoamento do pesquisador em relação ao conhecimento trabalhado individualmente, coletivo, organizacional, social e político. Partindo disso, constrói-se a coleta de dados, as análises e o relatório final. De acordo com Yin (2001, p. 21):

O estudo de caso permite uma investigação para se preservar as características holísticas e significativas dos eventos da vida real - tais como ciclos de vida individuais, processos organizacionais e administrativos, mudanças ocorridas em regiões urbanas, relações internacionais e a maturação de alguns setores.

Observa-se que, por meio do estudo de caso, busca-se conhecer as vivências do cotidiano do fenômeno estudado e, para tanto, precisa adentrar-se a esta realidade

para conhecer um pouco mais sobre o que está acontecendo no meio o qual a pesquisa está sendo desenvolvida, ou seja, preserva as características reais da investigação. Por isso, acredita-se ser importante este tipo de pesquisa para qual este trabalho foi inicialmente proposto. A seguir, na Figura 8, são abrangidas as principais características do processo de desenvolvimento do estudo de caso, abordada por Lüdke e André (1986, p. 18-20).

Figura 8 - Características do processo de desenvolvimento do estudo de caso



Fonte: Organização da autora a partir de Lüdke e André (1986).

É possível constatar que as características dão a ideia de que a aprendizagem, o pensamento e o conhecimento estão sempre em processo de construção e desconstrução, ou seja, não busca-se sempre a verdade, pois cada um tem a sua. Também acredita-se que não exista uma melhor forma de criar uma relação de campo em que haja contato concreto com os sujeitos e com seus diferentes efeitos que sofrem com a interseccionalidade imposta pelo racismo que sustenta a nossa sociedade capitalista, mesmo sendo ainda crianças no convívio com outras crianças e adultos.

O ideal então seria aprender com o grupo, aprender com as relações que vão estabelecendo formas de registrar a pesquisa, formas de aproximar com a educação que já possuem e dialetizar com a aprendizagem em relação à realidade existente, perceber como se dão os processos de opressão e o que se pode fazer para melhorar a si e a sociedade.

O estudo de caso perpassa por 4 fases, segundo Lüdke e André (1986), inicialmente estabelece a primeira fase exploratória, momento em que se delimita o que será feito, como será organizado, ou seja, é quando serão definidas as fontes que serão utilizadas posteriormente, que estejam ligadas diretamente com a pesquisa. Segundo Lüdke e André (1986, p.22):

Dentro da própria concepção de estudo de caso que pretende não partir de uma visão predeterminada da realidade, mas apreender os aspectos ricos e imprevisto que envolvem uma determinada situação, a fase exploratória se coloca como fundamental para uma definição mais precisa do objeto de estudo.

Neste trabalho, essa fase, se originou através das vivências pessoais da pesquisadora na escola, enquanto aluna e enquanto professora, essa busca incessante por entender o porquê da falta de interesse de muitas professoras para estudar, se atualizar e dar uma aula de qualidade aos seus alunos.

Na segunda fase tem-se a delimitação do tema, o qual o pesquisador poderá fazer as suas atribuições juntamente ao seu campo de pesquisa, buscando por informações, investigando para entender um pouco melhor o fenômeno que está sendo estudado. Isso vem acontecendo durante toda a construção desse projeto, juntamente com as orientações, pesquisando, refletindo o melhor caminho a ser trilhado para que tenhamos norteadores que nos embasem teoricamente rumo ao foco principal da pesquisa, para não ficar baseando-se em especulações sem comprovações científicas.

Inicialmente foi cogitado o envio de um questionário, porém, devido ao período pós pandêmico e uma análise empírica inicial, optou-se por concentrar-se de forma mais intensa na fase de estudo bibliográfico e documental e, com isso, buscar responder à questão principal da pesquisa a partir desse estudo.

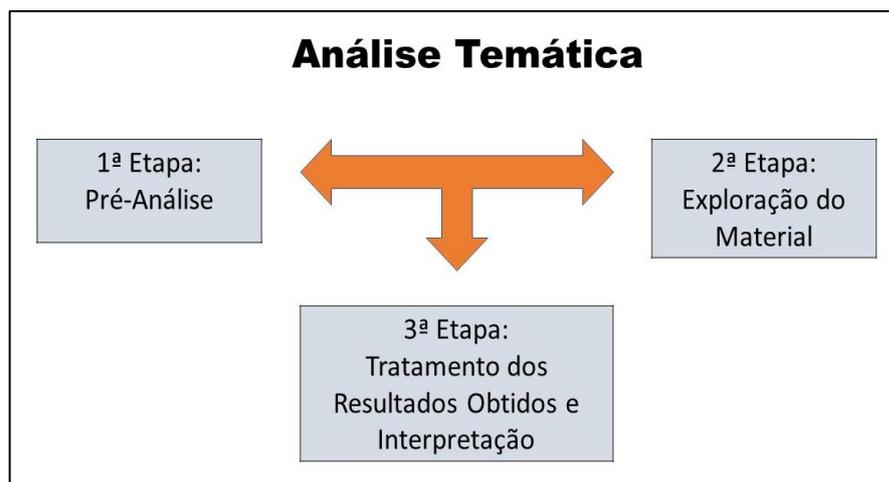
Na terceira fase é realizada a análise sistemática e a elaboração do relatório, neste momento, houve a necessidade de reunir as informações adquiridas para fazer

uma análise crítica. Essa etapa se deu através da análise de conteúdo dos documentos oficiais e materiais bibliográficos selecionados.

Na quarta fase, que previa a prática do estudo de caso propriamente dita, foi realizada de forma diferenciada, pois seria necessário compreender mais a fundo o cotidiano do campo da pesquisa para captarmos elementos para melhor compreender a escola e pensar uma estratégia que a auxiliasse na demanda do seu cotidiano. Para tanto, foi proposto o desenvolvimento de algum material pedagógico que acrescentasse elementos para uma educação antirracista à realidade da escola. Sendo assim, essa fase culminou com o desenvolvimento de um trabalho através do produto educacional exigido pelo Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas e Gestão Educacional.

No que se refere as análises dos materiais selecionados (livros, artigos, documentos), buscou-se realizar por meio da análise de conteúdo, que, segundo Minayo (2010), deve ocorrer através das etapas indicadas como relevantes. Neste caso, optou-se pela modalidade análise temática (MINAYO, 2010). A organização da sequência das etapas da Análise Temática proposta por Minayo (2010) é a seguinte:

Figura 9 - Análise Temática



Fonte: Organização da autora a partir de Minayo (2010)

a) Primeira etapa: Pré-Análise: Consiste em como serão organizados os materiais, os documentos, a fim de retomar os objetivos iniciais da pesquisa, pois estes darão fundamentação para o segmento do trabalho.

b) Segunda etapa: Exploração do material – Constitui-se em aprofundar o conhecimento baseado nos materiais e documentos que são norteadores da pesquisa, que auxiliam na fundamentação teórica e a encontrar as categorias.

c) Terceira etapa: Tratamento dos resultados obtidos e interpretação – propõe inferências e realiza interpretações, fazendo conexão com o que vinha interpretando no seu material organizado em relação ao tema de pesquisa.

Entretanto, devido ao momento da pós pandemia, essas etapas foram repensadas diversas vezes para dar continuidade a este trabalho. Inicialmente foi refletido muitas vezes sobre qual maneira seria delineada a pesquisa, que passou por diversas mudanças, indagações e preocupações gerando conflitos até saber qual o melhor caminho a seguir. Pensando o quão importante é o tema abordado, percebeu-se o quanto é relevante pensar na educação como um todo e a educação antirracista em particular.

Para isso, optou-se por estudar mais a fundo a temática curricular e antirracista a partir de uma pesquisa bibliográfica, buscando maior entendimento para o tema pesquisado. Diversos autores trazem o tema em suas pesquisas, por isso acredita-se ser de suma importância reunir a maior quantidade de materiais e estudos possíveis em relação ao tema para qualificar ainda mais esta pesquisa.

Partindo do entendimento de Andrade (2010), o qual diz que “A pesquisa bibliográfica é habilidade fundamental nos cursos de graduação, uma vez que constitui o primeiro passo para todas as atividades acadêmicas” (ANDRADE, 2010, p. 25), deu-se a importância para o delineamento deste trabalho.

Este estudo também foi organizado a partir das leituras feitas no decorrer do curso de Mestrado Profissional, o qual diversos professores auxiliavam no pensamento em busca do que era necessário à pesquisa e mostravam caminhos que poderiam ser percorridos em busca de atingir o objetivo, bem como, argumentos que auxiliassem na produção de conhecimento. Dentre esses conhecimentos, destaca-se que a pesquisa bibliográfica acontece da seguinte maneira, na concepção de Andrade (2010, p. 25):

Ela é obrigatória nas pesquisas exploratórias, na delimitação do tema de um trabalho ou pesquisa, no desenvolvimento do assunto, nas citações, na apresentação das conclusões. Portanto se é verdade que nem todos os alunos realizarão pesquisas de laboratório ou de campo, não é menos verdadeiro que todos, sem exceção, para elaborar os diversos trabalhos solicitados, deverão empreender pesquisas bibliográficas.

Para melhor compreensão, evidenciam-se as técnicas de pesquisa bibliográfica utilizadas neste trabalho:

- a) O uso da biblioteca da UFSM: buscando fontes bibliográficas
- b) Identificação das fontes que foram escolhidas
- c) Identificação e separação de fontes primárias e secundárias
- d) Pesquisa bibliográfica na internet (usando diversos sites de busca, para otimizar os resultados.

Resumisse-se, assim, brevemente, um pouco de cada técnica apresentada por Andrade (2010):

a) O uso da biblioteca e fontes bibliográficas: Diversas vezes os alunos quando ingressam no meio acadêmico ficam preocupados em saber como fazer a pesquisa dos seus trabalhos, como organizá-los. Para isso é importante que se dialogue e informem os discentes sobre a biblioteca que é organizada por temas, autores. Basta perguntar a bibliotecária as informações que precisa, pois ela trabalha com isso e saberá fornecer as possíveis informações corretas e atualizadas. Em busca das informações relativas à escrita deste trabalho, pesquisou-se na Biblioteca Setorial da UFSM, diversos livros, dissertações, teses e alguns deles orientados pela atendente da biblioteca, já que esta conhecia diversas pesquisas sobre a temática e assim também pode contribuir com esta escrita, ao indicar as leituras. Conforme Andrade (2010, p.26):

Além dos fichários de cartão, na maioria das bibliotecas públicas já existem terminais de sistemas automatizados de consulta, mediante a digitação do nome do autor, título da obra ou assunto. Os terminais podem estar conectados a bancos de dados ou redes de informação e dar acesso, pelo próprio consulente ou pela intervenção da bibliotecária, aos acervos integrados ao sistema informatizado.

Assim, como menciona Andrade (2010), a biblioteca setorial do Centro de Educação da UFSM dispõe do sistema automatizado, que agiliza e facilita a busca pelas leituras pertinentes à pesquisa dos acadêmicos, tanto por exemplares impressos que se encontram no acervo bibliográfico, quanto os que se encontram no acervo digital.

b) Identificação das fontes escolhidas: Existem diversas fontes bibliográficas a depender do tema, do assunto a ser pesquisado. Sobre cada tema haverá informações relevantes que podem ser consideradas. Segundo Andrade (2010, p.27):

As fontes bibliográficas compreendem diversos tipos de documentos: documentos manuscritos (códices, apógrafos, autógrafos); documentos impressos: livros, revistas, jornais, folhetos, catálogos, boletins, anuários, textos legais, processos, pareceres, correspondência pública, etc; documentos mimeografados, xerocopiados, microfimes, que reproduzem outros documentos, gravações de áudio e vídeo; mapas, esboços, plantas, desenhos, cartazes, documentos cartográficos, fotográficos, etc.

Partindo da definição da autora, utilizou-se para este trabalho, a leitura de livros impressos, digitais, revistas impressas digitais, documentos xerocopiados, vídeos, desenhos. Segundo Andrade (2010) as fontes bibliográficas são classificadas em: livros de leitura corrente, livros de referência, periódicos, impressos diversos. (ANDRADE, 2010, p.28).

c) Identificação e separação de fontes primárias e secundárias;

As fontes primárias são organizadas por obras nunca trabalhadas, que não foram analisadas, mas que darão origens a outros trabalhos, temos como exemplo utilizados nesta escrita, recursos audiovisuais, ou seja, programas de televisão, desenhos, pinturas, escritas pessoais, documentos oficiais. As fontes secundárias são elaboradas pela literatura originada das fontes primárias.

Assim sendo, a diferença fundamental entre fonte primária e secundária consiste em que as fontes primárias são constituídas de textos originais, com informações de primeira mão; as fontes secundárias constituem-se da literatura a respeito de fontes primárias, isto é, de obras que interpretam e analisam fontes primárias (ANDRADE, 2010, p. 29).

Neste caso, utilizou-se fontes de leitura e escrita que vieram a somar com a construção deste trabalho, buscando informações relativas ao tema proposto.

d) Pesquisa bibliográfica na internet

Ao realizar essa fase, a pesquisa junto à biblioteca sempre esteve presente, mas com o avanço tecnológico temos uma dimensão maior para busca de informações referentes à pesquisa. Mas, devido ao alcance ser de extrema longevidade, precisa-se selecionar com cautela, os sites de busca para não se confundir com sites que não possuem informações verídicas e isso pode acabar prejudicando o desenvolvimento do trabalho. Sabe-se que, para acessar a internet, basta que se tenha um computador, com acesso a rede e o navegador instalado, para que consiga acessar qualquer site de busca. Tendo o endereço de pesquisa torna a

busca pelo tema mais rápido. Assim, pensando no desenvolvimento desta pesquisa, foi necessário seguir as fases da pesquisa bibliográfica listadas logo abaixo;

Primeiro: Escolha e delimitação do tema

Segundo: A coleta de dados

Terceiro: Localização das informações

Quarto: Documentação dos dados: anotações e fichamentos

Quinto: Seleção do material

Sexto: Plano de trabalho

Sétimo: Redação das partes

Oitavo: Leitura crítica para redação final

Nono: Organização da bibliografia

Percebe-se o quanto a pesquisa bibliográfica exige atenção, estudo e comprometimento para reunir as informações e conhecimentos que auxiliem na pesquisa, na produção de conhecimentos novos. Há quem pense que estudar as bibliografias seja fácil, pensando que seja somente a leitura, mas o que ocorre é o contrário. Através desta pesquisa, observou-se o quanto é difícil reunir e organizar uma linha de pensamento que consiga passar o que foi estudado no decorrer das leituras. Quanto mais leitura temos, maior entendimento é adquirido, e possivelmente poderá ser compartilhado com aqueles que tem vontade de aprender sobre o tema pesquisado.

A metodologia científica, dispõe de diversas técnicas de coleta de dados. Dentre elas, também encontra-se a pesquisa documental, que auxilia o pesquisador a organizar o seu trabalho utilizando fontes de leitura, que estão armazenadas a muitos anos, e carregam muito conhecimento e cultura, perpassando por diversos momentos que fazem com que ele faça parte da história em relação ao tema pesquisado. A pesquisa documental enriquece o resultado desejado. Segundo Gil (2008, p. 147) consideram-se fontes documentais para fins de pesquisa:

[...] documentos não apenas os escritos utilizados para esclarecer determinada coisa, mas qualquer objeto que possa contribuir para a investigação de determinado fato ou fenômeno. Assim, a pesquisa documental tradicionalmente vale-se dos registros cursivos, que são persistentes e continuados.

Nas palavras de Gil (2008), neste trabalho, o delineamento da pesquisa documental, aconteceu, definindo fases que se assemelham as fases de outros tipos de pesquisa, como a pesquisa bibliográfica descrita anteriormente.

- Percebe-se que a pesquisa documental se assemelha com a pesquisa bibliográfica, mas cada uma tem a sua distinção. Como dito anteriormente, a pesquisa bibliográfica é desenvolvida amplamente, almejando o conhecimento disponível sobre o assunto. A pesquisa documental tem um objetivo mais específico, envolvendo testes de hipóteses.

- Tratamentos dos dados: Os documentos que serão utilizados geralmente não passaram por nenhum tratamento analítico, por isso é necessário a análise de seus dados. Esta análise precisa se ater aos objetivos e ao plano da pesquisa. O que acontece, quando se estuda as legislações vigentes no Brasil, em relação às Políticas Curriculares e a Educação Antirracista.

- Construção lógica e elaboração do trabalho: Nas pesquisas documentais qualitativas fazem-se observação, reflexão e interpretação, assim que a análise vai progredindo, não se têm hipótese estatística, por isso torna-se mais complexa. Percebe-se isso no decorrer da escrita deste trabalho, o quão difícil é, reunir dados que tratam o mesmo assunto, sem parecer repetitivo com as informações no decorrer da escrita, e por consequência não acrescentar em conhecimentos novos a quem vai ler.

Assim sendo, os capítulos seguintes deste estudo, fazem parte da “redação das partes” da pesquisa bibliográfica e da “construção lógica” da pesquisa documental. Com isso procura-se apresentar um estudo embasado e realizado de forma comprometida com os princípios explicitados da melhor forma possível, de maneira que facilite a compreensão do leitor.

4.1 BREVE HISTÓRICO DAS REFORMAS EDUCACIONAIS E OS PLANOS DE EDUCAÇÃO

Na década de 1920, após o início do processo de industrialização o caráter excludente da educação brasileira tornou a questão educacional um problema. Os movimentos sociais reivindicavam a ampliação do atendimento escolar (LIBÂNEO,

2012). Em 1932, um grupo de professores lançou um manifesto ao governo e ao povo, chamado Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova, através deste documento, tinham como objetivo a elaboração de um Plano de Educação para o país, demonstrando que a educação era realmente uma situação delicada e exigia total atenção e preocupação de todos.

Em poucas palavras, pode-se compreender que o Manifesto defendia a possibilidade de ter uma escola pública, laica, obrigatória e gratuita com o objetivo de dismantelar o ensino baseado na decoreba de livros e sim ter a possibilidade de adquirir conhecimento de forma prática, em que todas as pessoas de classes sociais distintas, fossem atuantes em busca dos seus objetivos. Sabe-se que a Constituição de 1934, continha algumas intenções que eram discutidas pelo Manifesto e acabou por definir a função que o Conselho Nacional de Educação deveria seguir, ou seja, dar andamento ao documento Plano Nacional de Educação.

Refletindo sobre os dias atuais, percebe-se que essa busca é constante e presente, ou seja, ainda não se conseguiu organizar de forma que todos tenham acesso aos mesmos direitos, pois não adianta dar acesso à educação e não ter o suporte para permanência. Pensa-se nas classes menos favorecidas, pois sabe-se que muitos não conseguem estudar por diversos motivos, como por exemplo: não ter estrutura física, mental e financeira para seguir tendo motivação e esperar o melhor para o futuro. Para melhor compreensão, a seguir aborda-se as políticas referentes a educação brasileira.

4.2 PLANO NACIONAL DE EDUCAÇÃO (PNE) 2001-2010: UM BREVE RELATO

Pensando em estabelecer políticas e metas para 10 anos, criou-se o PNE, o qual foi aprovado pelo Congresso Nacional através da Lei nº10.172, de 9 de janeiro de 2001 e foi encerrado no ano de 2010. Através da proposta deste plano, os estados, o Distrito Federal e os municípios, precisariam produzir os planos decenais adequando-os à realidade local, mas infelizmente isso não aconteceu em diversos estados e municípios. Para ocorrer a elaboração do PNE seria necessário que tivessem um plano de estado que atuasse independente do governo atual, ou seja, assim poderia dar continuidade das políticas públicas para a educação. Na fala de Libâneo (2012, p. 182), a Constituição Federal de 1988 destaca que:

A CF/1988, em seu artigo 14, expressa o desejo da nação brasileira de um plano nacional de educação, de duração plurianual, que leve a erradicação do analfabetismo, à universalização do atendimento escolar, à melhoria da qualidade do ensino, à formação para o trabalho e à promoção humanística, científica e tecnológica do país. A LDB nº 9.394 de 1996, em seu artigo 9º, estabelece que a União deve incumbir-se de elaborar o Plano Nacional de Educação, em colaboração com os estados, o Distrito Federal e os municípios.

Sendo assim, Libâneo (2012) explica que o PNE 2001-2010 resultou do debate entre a Câmara e o Senado, discutindo os dois projetos de lei, ou seja, do MEC e das entidades e movimentos da sociedade civil. Por ter as duas propostas, demonstrava o momento conflitante entre os interesses dos diversos segmentos sociais. A alteridade entre elas, mostrava o quão problemático era para identificar os problemas e as necessidades educacionais que precisariam ser atendidas e também obviamente, o gasto do recurso financeiro que seria investido para que melhorias acontecessem. Na tentativa de auxiliar na compreensão, lista-se abaixo os objetivos do PNE 2001-2010, segundo Libâneo (2012, p.183):

- A elevação global do nível de escolaridade da população;
- A melhoria da qualidade de ensino em todos os níveis;
- A redução das desigualdades sociais e regionais no tocante ao acesso à escola pública e a permanência, com sucesso, nela;
- A democratização na gestão do ensino público nos estabelecimentos oficiais, obedecendo aos princípios da participação dos profissionais da educação na elaboração do projeto pedagógico da escola e da participação da comunidade escolar e local em conselhos escolares e equivalentes.

Percebe-se que os objetivos são coerentes para uma melhoria, mas ao mesmo tempo preocupantes, pois se precisava fazer tanto, é porque a educação realmente estava passando por um comprometimento da sua qualidade e do aspecto financeiro alarmante. É triste pensar que diversos estudantes estavam sem ter o melhor aproveitamento por falta de interesse e de investimento. Desde sempre, os menos favorecidos, os oriundos de escola pública, sendo prejudicados por motivos que não são de sua responsabilidade.

Ao tecer essa escrita questiona-se como que o povo brasileiro, consegue saber dessas informações, que perpassam pela educação de seus filhos e não se aliam aos professores na luta por direitos e por uma educação de qualidade. Neste período também, considera-se importante ressaltar que entre 2009 e 2010 foi constituída a Conferência Nacional de Educação (CONAE), a qual teve como responsabilidade a

mobilização no campo da Educação para a elaboração do PNE 2011-2020 e que acabou vigorando de 2014 a 2024.

4.3 O PNE PARA A PRÓXIMA DÉCADA

Conforme mencionado por Libâneo (2012), a Lei nº 10.172, de 9 de janeiro de 2001, que aprovou o Plano Nacional de Educação, previa que sua duração seria de dez anos de 2001 a 2010. Este documento foi dividido em seis eixos temáticos;

- I) Papel do Estado na garantia do direito à educação de qualidade: organização regulação da educação nacional;
- II) Qualidade da educação, gestão democrática e avaliação;
- III) Democratização do acesso, permanência e sucesso escolar;
- IV) Formação e valorização dos/das profissionais da educação;
- V) Financiamento da educação e controle social
- VI) Justiça social, educação e trabalho: inclusão, diversidade e igualdade. (LIBÂNEO, 2012, p. 207).

Em 15 de dezembro de 2010, o atual ministro da Educação, Fernando Haddad, apresentou o projeto de lei para o novo PNE para o período de 2011-2020. Quando aprovado esse projeto serviria como diretriz para nortear todas as políticas educacionais do país, divididos em doze artigos e um anexo com vinte metas para a educação. O foco também era a valorização do magistério e qualidade da educação.

Segundo Libâneo (2012), a meta proposta para essa valorização seria a seguinte: Meta 16: Formar cinquenta por cento dos professores da educação básica em nível de pós-graduação lato e stricto sensu e garantir a todos formação continuada em sua área de atuação.

Além dessa meta, destaca-se outras duas que consideram-se fundamentais para o atendimento à população que mais necessita de acesso à educação e para diminuir as desigualdades sociais:

Meta 1: Universalizar, até 2016, o atendimento escolar da população de quatro e cinco anos, e ampliar, até 2020, a oferta de educação infantil de forma a atender a cinquenta por cento da população de até três anos.

Meta 8: Elevar a escolaridade média da população de dezoito a vinte e quatro anos de modo a alcançar mínimo de doze anos de estudo para as populações do campo, da região de menor escolaridade no país e dos vinte e cinco por cento mais pobres, bem como igualar a escolaridade média entre negros e não negros, com vistas

à redução da desigualdade educacional.

Percebe-se, com isso, que houve um acréscimo de políticas destinadas à democratização do acesso à educação nessa época.

4.4 POLÍTICAS EDUCACIONAIS: GOVERNO FERNANDO HENRIQUE CARDOSO (1995-2002)

Neste período, as reformas educacionais brasileiras continuavam acontecendo. “A atrelagem financeira ao mercado globalizado refletiu-se nas demais dimensões da vida social, como as políticas públicas de cunho social e, entre elas, a educação” (LIBÂNEO, 2012, p.186). No entanto,

Com a posse de Fernando Henrique Cardoso (FHC), em 1995, iniciou-se, o processo de concretização da política educacional conforme as diretrizes de agentes financeiros multilaterais, como o Banco Mundial, cujas orientações se fizeram presentes na reforma educacional brasileira. A reforma educacional brasileira em curso teve início com um elenco amplo de ações, porém sem aumento de recursos financeiros para manutenção e desenvolvimento do ensino (LIBÂNEO, 2012, p. 186).

As políticas anteriores faziam reformas em alguns pontos da educação, mas a política do FHC, era extremamente ampla, causava modificações rapidamente em vários âmbitos de ensino. Pesquisadores educacionais muitas vezes acabavam por não conseguir acompanhar estas reformas e ações. Várias divulgações sobre as políticas educacionais eram informadas pela mídia, fazendo com que os cidadãos acreditassem que estava tudo fluindo de maneira favorável à educação, mas infelizmente com o passar do tempo a verdade veio à tona nos índices negativos na Avaliação Nacional do Ensino Fundamental (SAEB)¹⁰. Apesar de alguns avanços, as políticas educacionais dessa época não trouxeram muitas novidades com relação aos

¹⁰ O Sistema de Avaliação da Educação Básica (Saeb) é um conjunto de avaliações externas em larga escala que permite ao Inep realizar um diagnóstico da educação básica brasileira e de fatores que podem interferir no desempenho do estudante. Por meio de testes e questionários, aplicados a cada dois anos na rede pública e em uma amostra da rede privada, o Saeb reflete os níveis de aprendizagem demonstrados pelos estudantes avaliados, explicando esses resultados a partir de uma série de informações contextuais. O Saeb permite que as escolas e as redes municipais e estaduais de ensino avaliem a qualidade da educação oferecida aos estudantes. O resultado da avaliação é um indicativo da qualidade do ensino brasileiro e oferece subsídios para a elaboração, o monitoramento e o aprimoramento de políticas educacionais com base em evidências (INEP, 2023).

temas sociais que necessitavam de atenção, como as relações étnico-raciais, entre outros.

4.5 POLÍTICAS EDUCACIONAIS: GOVERNO LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA (2003-2006)

Nesta época, pela primeira vez, foi eleito um presidente oriundo das camadas mais pobres do Brasil. Ele tinha como proposta educacional um programa chamado “Escola do Tamanho do Brasil”¹¹ e acreditava-se que seria construída uma nova história pensada nos cidadãos pobres que necessitavam de maior atenção. O presidente demonstrava interesse pela Educação, pois alegava que através dela, haveria uma maior conquista da cidadania e teria a universalização da educação básica com melhor desempenho nos índices de escolaridade dos brasileiros.

Para garantir a educação como direito, o projeto de educação do governo Lula obedeceria a três diretrizes gerais:

- Democratização do acesso e garantia de permanência;
- Qualidade social da educação;
- Instauração do regime de colaboração e da democratização gestão. (LIBÂNEO, 2012, p.188).

Os aspectos acima destacados são mais bem detalhados na íntegra de cada diretriz, pois elas passam a fazer parte do documento orientador da Educação Básica brasileira. Após o término do primeiro mandato do governo Lula, constatou-se que algumas metas sugeridas em seus programas, foram atingidas, temos como exemplo o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica (FUNDEB), outras propostas estavam em andamento e deram continuidade no 2º mandato, como pode-se explicitar a seguir.

¹¹ Documento apresentado pelo Partido dos Trabalhadores (2002) como compromisso eleitoral de mudar o ensino do País, reconheceu a educação como direito inalienável, sendo prioridades de seu governo a expansão do sistema educacional e a elevação de seus níveis de qualidade (LIBRARY, 2023).

4.6 PROGRAMA DE EDUCAÇÃO: GOVERNO LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA (2007-2010)

O Brasil já teve quatro Planos Plurianuais¹² depois de 1988. Este documento norteia e define quais são as prioridades que o governo precisará trabalhar durante os quatro anos de mandato. Nele contém a organização e o planejamento para atingir o objetivo estabelecido para a execução das políticas públicas que almeja o bem-estar da população brasileira de diversas áreas. Neste período o Ministro da Educação atual, Fernando Haddad, apresentou o Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE) como um plano de Estado e não plano de governo ou partido. Conforme Libâneo (2012, p. 192-3):

O PDE reúne um conjunto de iniciativas articuladas sob a abordagem do sistema educativo nacional, cuja prioridade é a melhoria da qualidade da educação básica, passando por investimentos na educação profissional e na educação superior, pois se entende que os diferentes níveis de ensino estão ligados, direta ou indiretamente. Com uma proposta de ações sistêmicas, articuladas, o PDE visa mobilizar a sociedade para a importância da educação, envolvendo pais, alunos, professores e gestores em iniciativas que busquem o sucesso e a permanência do aluno na escola (Brasil, MP, 2007, p.16).

O Plano de desenvolvimento da Educação (PDE) era organizado em quatro eixos de ação:

- Educação básica
- Ensino superior
- Alfabetização
- Educação continuada
- Ensino profissional e tecnológico.

Nesse meio tempo, a preocupação com a educação era cada vez mais explícita, através das reformas educacionais. A luta pelo direito ao ensino público de qualidade era priorizada por todos envolvidos, através de diferentes mobilizações, cobrando seus direitos através de manifestações, greves. De acordo com Libâneo (2012, p. 199):

¹² É o documento que define as prioridades do Governo para o período de quatro anos, podendo ser revisado a cada ano. Nele consta o planejamento de como serão executadas as políticas públicas para alcançar os resultados esperados ao bem-estar da população nas diversas áreas (BRASIL, 2022).

Em setembro de 2006, surgiu o movimento Todos pela Educação, financiado exclusivamente pela iniciativa privada. Ele congrega a sociedade civil organizada, educadores e gestores públicos que têm como objetivo contribuir para que o Brasil garanta a todas as crianças e jovens o direito à educação básica de qualidade.

Partindo desta preocupação e comprometimento com as políticas públicas para educação, foi elaborada a Carta - Compromisso pela Garantia do Direito à Educação de Qualidade nas eleições de 2010. Ela foi assinada por 27 instituições e entidades e entregue aos candidatos do executivo e legislativo. Conforme o mesmo autor:

A carta-compromisso sustenta, ainda, que o sistema nacional de educação deve ser estruturado sobre três pilares: 1) a elaboração do Plano Nacional de Educação (PNE), que deverá provocar a construção articulada de planos estaduais e municipais de educação; 2) o estabelecimento de regime de colaboração legalmente constituído entre os entes federados; 3) a implementação da Lei de Responsabilidade Educacional, tal como aprovou a Conae de 2010.

Essas políticas tiveram muita importância no contexto brasileiro nessa época e tiveram o seu prosseguimento com o governo sucessor da Presidenta Dilma Rousseff.

4.7 PROGRAMA DE EDUCAÇÃO: GOVERNO DILMA ROUSSEFF (2011-2014)

Neste período o Brasil elege a primeira mulher para presidente, tomando posse no dia 1º de janeiro de 2011. Ao longo da sua campanha presidencial afirmava que seguiria dando continuidade ao Programa de Educação do Governo Lula, ou seja, o Plano de desenvolvimento da Educação (PDE) e outras prioridades, tais como: ter acesso aos cursos universitários no interior, elevação dos recursos para a educação, valorização dos professores e ampliação da oferta das creches e pré-escolas.

4.8 POLÍTICAS EDUCACIONAIS: GOVERNO MICHEL TEMER (2016-2018)

O mandato de Michel Temer foi assumido logo após o afastamento da atual presidente da época, Dilma Rousseff, que estava em processo de impeachment. Neste período o governo tinha o objetivo de trabalhar em função da reforma da presidência, garantir a segurança política, limitar os gastos públicos, assegurar a estabilidade política.

Em relação à Educação era um período de preocupação, pois falava-se muito em reformas e uma delas foi a reforma do ensino médio. No entanto, pouco se avançou nas pautas criadas anteriormente. Na verdade, houve um redirecionamento nos caminhos traçados o que levou a uma forte tendência a privatizações e abriu caminhos para a iniciativa privada assumir o controle do setor público educacional.

4.9 POLÍTICAS EDUCACIONAIS: GOVERNO JAIR BOLSONARO (2019-2022)

No caso desse governo, cujo presidente foi Jair Bolsonaro (PSL), o Ministério da Educação (MEC) apontou inicialmente duas propostas novas que seriam para a área da educação. Na primeira proposta era desenvolver um projeto de lei que dispõe sobre o direito a ter uma educação domiciliar e a outra proposta era um decreto presidencial que lança a Política Nacional de Alfabetização. Posteriormente, o projeto Escola sem Partido que, por sua vez, ficou sem formalização (METRÓPOLES, 2019).

Além dessas políticas cita-se o projeto PECIM, das escolas cívico-militares, que se dava por adesão de Estados e Municípios. A gestão de Bolsonaro ficou apontada pela imprevisibilidade de gastos na pasta e pela modificação intensa de ministros, após os cem primeiros dias de governo. Além disso, as políticas educacionais desse governo foram revogadas pelo governo atual do Presidente Lula (2022-2026).

Em seguida, serão abordadas as políticas educacionais que contribuíram para a Educação Antirracista.

CAPÍTULO III

5 POLÍTICAS EDUCACIONAIS E SUAS CONTRIBUIÇÕES PARA A EDUCAÇÃO ANTIRRACISTA

A partir dos estudos, entende-se que o Brasil é um país vasto em tamanho, expansão e miscigenação e para ter uma organização é necessário meios que facilitem a comunicação entre todos os cidadãos brasileiros e para isso existem as normas. Nessas normativas estão descritas todas as regras as quais se tem direitos e deveres a serem cumpridos como cidadãos. Pela imensidão do país, percebe-se que dificilmente seria possível conviver sem que houvesse as normas que auxiliasse para a convivência, pois todos são pluralidade.

Diante disso, existem diferentes visões de determinadas situações, e isso pode acarretar em conflitos públicos. Para que isso não aconteça ou, ao menos amenize, temos as normativas chamadas de políticas públicas que norteiam a legislação brasileira, auxiliando o caminho a ser percorrido para que se tenha uma sociedade mais justa e igualitária, assim descreve-se no documento, na lei.

Para se ter um entendimento organizado e esclarecido em relação às políticas, buscou-se a definição a partir de diferentes autores, para que após esta explanação fossem reunidas e articuladas as informações sobre definições de Política Pública, Políticas Públicas Educacionais e Políticas Curriculares. Neste sentido, Rodrigues (2010, p. 13) destaca que:

Política Pública é o processo pelo qual diversos grupos que compõem a sociedade – cujos interesses, valores e objetivos são divergentes – tomam decisões coletivas, que condicionam o conjunto dessa sociedade. Quando decisões coletivas são tomadas, elas se convertem em algo a ser compartilhado, isto é, em uma política comum.

Nessa direção, Leão (2023) menciona que [...] as políticas públicas educacionais contemplam propostas dirigidas a resolver questões educacionais, também podem vir a ser um instrumento do Estado para ajustar situações consideradas inadequadas ou para promover a criação de novas maneiras de realizar as práticas no campo da educação (LEÃO, 2023, p.80). Para esta mesma autora, as

políticas públicas educacionais tem como objetivo informar a organização o caminho que seguirá o sistema educativo. Da mesma maneira, menciona que essa política é [...] “formada pelas ideias e ações de um governo, que, em uma determinada esfera, modificam as partes e o todo” (LEÃO, 2023, p.81). De acordo com Leão (2023, p. 82):

As políticas educacionais são, portanto, as políticas de abrangência macro, dos sistemas federal, estadual e municipal. Entretanto, antes de chegar a sua efetivação, a maioria das políticas educacionais tem sua origem reconhecida nas orientações desenvolvimentistas do Banco Mundial, que apontam, mais recentemente, para uma educação que inclua a todos e para uma ampliação progressiva do tempo de permanência na escola.

No entanto, quando se fala em política curricular, lembra-se que ela representa o desdobramento para as reformas curriculares. Em termos práticos, Leão (2023) define que “[...] teorizações acerca do currículo possuem história e, portanto, têm o seu significado alterado conforme o período e as exigências sociais e culturais” (LEÃO, 2023, p.28).

A partir das leituras organizou-se uma breve passagem sobre as políticas públicas, educacionais e curriculares que orientam o tema deste trabalho. Assim, pode-se visualizar melhor os movimentos das políticas em torno da temática apresentada. A qualidade da educação está intimamente ligada a maneira que as políticas entrelaçam este tema. A qualidade também precisa preconizar as identidades culturais dos estudantes, em função de que são o ponto de partida para atingir a aprendizagem. Observa-se esses elementos na Constituição Federal, que é a lei suprema do Brasil, a qual está previsto que no Art. 205 “A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade [...]” (BRASIL, 1988), por isso entende-se que a educação é dever do Estado.

De qualquer maneira, mesmo estando escrito na lei, sabe-se que em alguns estados e municípios brasileiros ainda existem crianças fora da escola, por diversos motivos, que fogem ao compromisso do professor em sala de aula ou até mesmo da escola. São muitos casos de abandono, crianças com fome, passando necessidades, sofrendo abuso sexual, trabalhando para ajudar no sustento da família.

Então, são esses motivos que deveriam impulsionar as políticas públicas a auxiliar os cidadãos na busca por melhorias na sua qualidade de vida. Pensar a educação nos faz refletir sobre qual é realmente a sua função social, para isso são

trazidos alguns apontamentos sobre as políticas que norteiam esse sistema que perpassa por todos os cidadãos.

Nessa direção, inicia-se a compreensão sobre o que deu início às políticas educacionais no Brasil e o porquê elas foram tão necessárias para a educação que temos hoje, e quais foram as suas contribuições. Nesta perspectiva Vieira (2007, p. 56), afirma que:

Num sentido mais prático, quando nos referimos à política educacional, estamos tratando de ideias e de ações. E, sobretudo, de ações governamentais, reconhecendo que “a análise de política pública é, por definição, estudar o governo em ação” (Souza, 2003). As políticas educacionais, nessa perspectiva, expressam a multiplicidade e a diversidade da política educacional em um dado momento histórico. Dizem respeito a áreas específicas de intervenção, daí porque se fala em políticas de educação infantil, educação básica, educação superior, etc. Cada uma delas, por sua vez, pode se desdobrar em outras.

A educação precisa de um planejamento, de uma boa gestão, para que tudo se organize, mas para isso tem intervenção nos processos formativos que consequentemente vão influenciar na economia, na saúde, na segurança, pública, por isso pensar nesse tema é tão importante, pois é a partir dele que existe o direcionamento para os demais setores da sociedade.

No Brasil a educação ainda é colocada em pauta, como um dos assuntos preocupantes, pois ainda está em defasagem, acredita-se que por diversos motivos, dentre eles, a desigualdade social, a fome, o desemprego, entre inúmeros outros motivos que fazem com que a dificuldade aumente para que o aluno permaneça em sala de aula, pois acreditamos que não adianta ter o acesso, se não tiver como permanecer.

Nos últimos anos, o Ministério da Educação, acompanhado da sociedade brasileira, vem procurando transformar o sistema educacional, tendo como finalidade ampliar e melhorar a qualidade do ensino, a fim de enfrentar os desafios que se apresentam cotidianamente. Assim, a educação deve ser compreendida como uma prática social que ocorre em diferentes espaços e momentos da produção da vida social, devendo ter como finalidade a formação integral dos sujeitos (FREIRE, 2009). Procurando entender um pouco mais sobre a temática antirracista, a seguir aborda-se as políticas curriculares e seus desdobramentos na educação.

5.1 POLÍTICAS CURRICULARES E SEUS DESDOBRAMENTOS

Entende-se que para refletir a política curricular, se faz necessário retomar brevemente o estudo das teorias do currículo para que se consiga compreender o currículo que apresenta-se atualmente no cenário educacional. Para iniciar este estudo é preciso partir da questão principal: Qual conhecimento deve ser ensinado? De forma mais resumida, pergunta-se: O quê? De acordo com Silva (2011, p. 15):

A pergunta “O quê?”, por sua vez, nos revela que as teorias do currículo estão envolvidas, explícita ou implicitamente, em desenvolver critérios de seleção que justifiquem a resposta que darão àquela questão. O currículo é sempre o resultado de uma seleção: de um universo mais amplo de conhecimentos e saberes seleciona-se aquela parte que vai constituir, precisamente, o currículo.

As teorias do currículo, depois que decidem quais conhecimentos serão selecionados, vão buscar justificativas do por que “esses conhecimentos” e não outros para serem desenvolvidos, entretanto a pergunta “o quê?” nunca será separada de uma importante pergunta: “O que eles ou elas devem ser?” ou, melhor o que eles ou elas devem se tornar?” (Silva, 2011). Enfim, o currículo almeja provocar mudanças nos sujeitos que vão segui-lo, pois tratam da identidade dos sujeitos. Silva (2011, p. 15) afirma:

Nas discussões cotidianas, quando pensamos em currículo, pensamos apenas em conhecimento, esquecendo-nos de que o conhecimento que constitui o currículo está inextricavelmente, centralmente, vitalmente, envolvido naquilo que somos, naquilo que nos tornamos: na nossa identidade, na nossa subjetividade.

Considerando a perspectiva pós-estruturalista defendida por autores como Silva e outros. Essa noção é importante porque mostrou o quanto as escolhas escondem os propósitos de determinados segmentos sociais que detêm maior espaço de poder nesse país. É importante ressaltar que o currículo emana uma questão de poder e as teorias do currículo ao descrever quais conhecimentos precisam ser trabalhados, participa dessa questão de poder. Pois é essa questão e poder que vai dissociar as teorias tradicionais das teorias críticas e pós-críticas do currículo. No Quadro 3 abaixo resume-se as grandes categorias de teoria enfatizando seus conceitos.

Quadro 3 - Categorias de Currículo

Teorias Tradicionais	Teorias Críticas	Teorias Pós- Críticas
Ensino	Ideologia	Identidade, alteridade,
Aprendizagem	Reprodução Cultural e social	diferença
Avaliação	Poder	Subjetividade
Metodologia	Classe Social	Significação e discurso
Didática	Capitalismo	Saber-poder
Organização	Relações sociais de produção	Representação
Planejamento	Conscientização	Cultura
Eficiência	Emancipação e libertação	Gênero, raça, etnia,
Objetivos	Currículo Oculto	sexualidade
	Resistência	Multiculturalismo

Fonte: Organização da autora a partir de Silva (2011, p. 17).

Para dar maior evidência ao Quadro 3 acima, destaca-se que os termos listados não estão restritos apenas a um período, pois entende-se que as teorias se entrelaçam, fazendo um movimento de ir e vir simultaneamente no campo educacional. Nesse sentido Leão (2023, p. 22), diz que “[...] é importante destacar que todas as correntes teóricas cumprem um papel fundamental no debate sobre o que ensinar, para quem ensinar e por que ensinar, que são os fins últimos da existência do currículo”.

De modo mais explícito, destaca-se que a listagem de termos é designada pelo enfoque que cada teoria abordava, recorrendo às reflexões sobre o tema “Qual o conhecimento a ser ensinado?” Como se pode observar, no Quadro 5 acima, os termos raça e etnia aparecem no contexto das teorias pós-críticas e bem mais recentemente, indicando a importância dessas abordagens no currículo escolar.

Pensando na dimensão dessa pergunta, que efetivamente acontece no contexto escolar, Moreira e Candau (2008) entendem currículo “como as experiências escolares que se desdobram em torno do conhecimento, em meio a relações sociais, e que contribuem para a construção das identidades de nossos/as estudantes. Currículo associa-se, assim, ao conjunto de esforços pedagógicos desenvolvidos com intenções educativas” (MOREIRA; CANDAU, 2008, p. 18). Então, entende-se que o currículo não é a mera listagem de conteúdos, a qual muitos professores estão acostumados a dizer e a pensar. Currículo é pertencimento, é apropriar-se, é entender

o lugar e as pessoas a qual participam daquela comunidade escolar, é troca, é conhecimento, é aprendido.

Na gestão democrática todos somos atuantes nesse processo de construção do currículo. O papel do professor no processo de ensino aprendizagem se faz necessário e importante, pois ele precisa discutir e fazer reflexões sobre o currículo. Segundo Leão (2019, p. 263):

[...] Entende-se, atualmente, que o currículo é o próprio fundamento de qualquer sistema de ensino. O currículo é o elemento nuclear do projeto pedagógico de uma escola, viabilizando o processo de ensino-aprendizagem. Compreende-se, assim, que o currículo é a própria essência do fenômeno educacional.

Sabendo-se da importância do currículo, também se percebe uma disputa em relação a ele, ou seja, de um lado tem os professores que entendem que o currículo precisa ser construído, do outro lado tem os pais dos discentes que cobram a todo momento a lista de conteúdos, o caderno com muitas folhas copiadas, pois assim sentem-se assegurados de que seus filhos estão sendo ensinados. Como se o único momento que se aprendesse, fosse apenas, no momento da cópia das atividades, mas para muitos destes familiares o que mais importa é ver o conteúdo no caderno, mas também por um lado é preciso entender, pois muitos docentes também pensam da mesma forma. Negam-se a estudar e aprimorar o conhecimento para entender que currículo não é apenas isso. Arroyo (2011, p. 13), destaca que:

[...] na construção espacial do sistema escolar, o currículo é o núcleo e o espaço central mais estruturante da função da escola. Por causa disso, é o território mais cercado, mais normatizado. Mas também o mais politizado, inovado, ressignificado. Um indicador é a quantidade de diretrizes curriculares para a Educação Básica, Educação Infantil, Ensino Fundamental de 9 anos (nove) anos, Ensino Médio, EJA, educação do campo, indígena, étnico-racial, formação de professores etc. Quando se pensa em toda essa diversidade de currículos sempre se pensa em suas diretrizes, grades, estruturas, núcleos, carga-horária; uma configuração política do poder.

O currículo recebe diferentes significados, para compreendê-lo um pouco mais optou-se pelo entendimento de Sacristán (2000) em relação as etapas interligadas ao currículo. O autor organizou em seis etapas, dentre elas estão o Currículo prescrito; Currículo apresentado aos professores; Currículo modelado pelos professores; Currículo na ação; Currículo realizado e Currículo avaliado. É importante destacar o que cada etapa tem a contribuir para o currículo:

Quadro 4 - Etapas do currículo

1) Currículo Prescrito	2) Currículo apresentado aos professores	3) Currículo modelado pelos professores	4) Currículo na ação	5) Currículo realizado	6) Currículo avaliado
<p>Nesta etapa serão definidos os conteúdos a serem trabalhados obrigatoriamente na instituição de ensino, ou seja, serão prescritos os conteúdos comuns a todos, a maneira como serão ensinados, pois isso acarretará no rendimento escolar. O currículo prescrito é o usual, é referência para as etapas do currículo e o seguimento da escolaridade.</p>	<p>Relaciona-se a documentação que é composta pelas prescrições que darão subsídios de trabalho ao professor em sala de aula, como por exemplo, o uso do livro didático que possui diversos conteúdos padronizados pelo currículo prescrito e tem maior visibilidade midiática e conhecimento por parte da comunidade escolar no geral, talvez por ser um recurso de ensino muito usado, desde os primeiros tempos.</p>	<p>Especifica os planos de ação que os professores da escola elaboram para o trabalho que será desenvolvido durante o ano letivo. Engloba toda a área educativa como o desenvolvimento do PPP, os projetos que são desenvolvidos individual e coletivamente. Esse processo chamamos de currículo transformado, pois parte do cotidiano do professor frente as demandas escolares e acaba fazendo adequações ao currículo prescrito, ou seja, o professor, poder mediar a ação do currículo.</p>	<p>Apresenta-se como o cotidiano na escola, ou seja, o dia a dia na prática, demonstrando como as situações são vivenciadas, como as atividades pedagógicas são planejadas. Não esquecendo da realidade em que estão inseridos, pois o meio interfere no resultado.</p>	<p>Circunda as aprendizagens que são adquiridas através das trocas entre os alunos, baseadas principalmente na aquisição de novos conhecimentos para o seu cotidiano, que trará mudanças para a vida do discente. Esse currículo perpassa por ambientes além do escolar, ou seja, pelo ambiente social e familiar.</p>	<p>Como o próprio nome já diz, esse currículo é baseado na avaliação, nos resultados obtidos, através das propostas curriculares.</p>

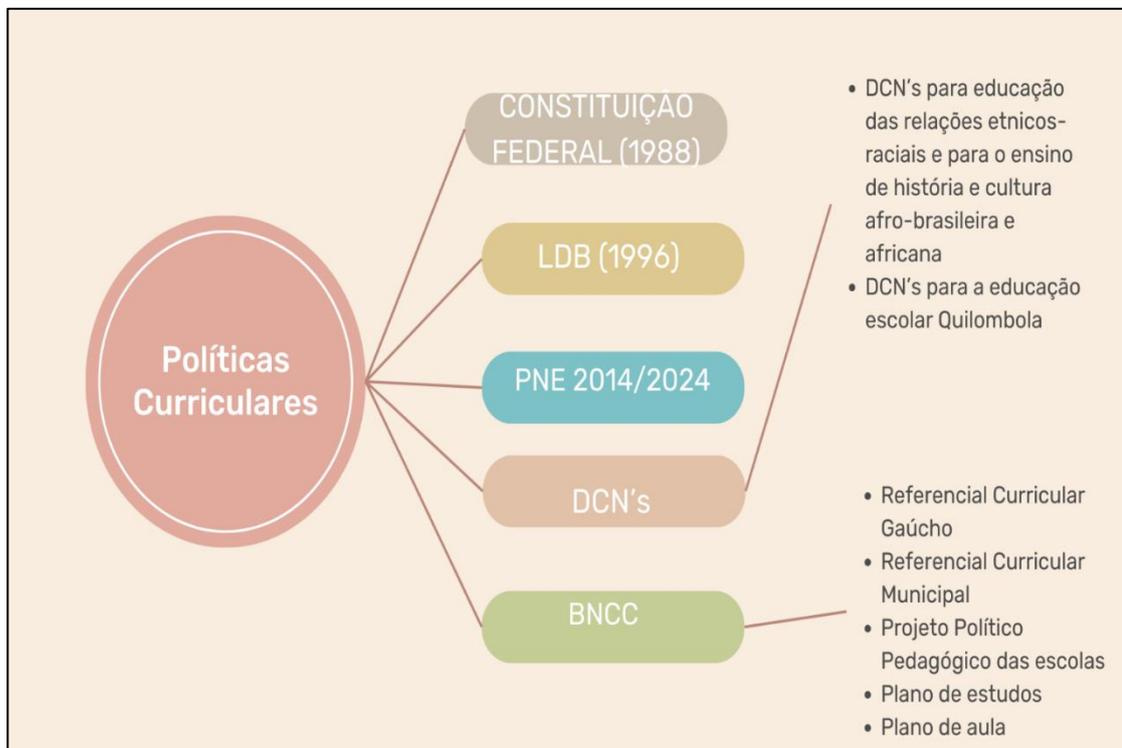
Fonte: Organização da autora a partir de Sacristán (2000)

Para que tais definições descritas no quadro 6 sejam contempladas é necessário qualificação profissional, visto que as etapas do currículo precisam ser

entendidas e estudadas pelas professoras. São conhecimentos que perpassam as paredes da escola. Uma vez que o currículo não é somente teorização, mas a prática do que é proposto, é uma construção com diferentes opções possíveis de entendimento.

É importante refletir que as políticas curriculares se consolidam no espaço da escola, em que os formadores poderão articular as suas práticas e formar suas concepções teóricas fundamentais para construção do currículo, pois os professores e alunos são agentes atuantes e participantes da construção desse currículo, almejando a aprendizagem, expondo suas experiências para somar significados no cotidiano da escola.

Figura 10 - Organização das Políticas Educacionais e Curriculares



Fonte: Elaborado pela autora com base em Leão (2023)

As políticas curriculares são necessárias para a implementação de diferentes concepções, ou seja, a participação de diferentes atores atuantes nessa comunidade unidos a uma prática educacional. Sacristán (2000, p. 109) deixa claro que:

[...] a política curricular é toda aquela decisão ou condicionamento dos conteúdos e da prática do desenvolvimento do currículo a partir das instâncias de decisão política e administrativa, estabelecendo as regras do jogo do sistema curricular. Planeja um campo de atuação com um grau de flexibilidade para os diferentes agentes moldadores do currículo. A política é um primeiro condicionante direto do currículo, enquanto o regula, e indiretamente através de sua ação em outros agentes moldadores.

Nesse sentido, considera-se essa abordagem muito importante porque contamos atualmente com algumas políticas curriculares que se destinam especificamente a contribuir com uma educação antirracista. Dessa maneira no decorrer da escrita, serão abordadas algumas destas políticas citadas anteriormente.

5.1.1 DIRETRIZES CURRICULARES NACIONAIS PARA A EDUCAÇÃO DAS RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS E PARA O ENSINO DE HISTÓRIA E CULTURA AFRO-BRASILEIRA E AFRICANA

As Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-raciais e para o ensino de história e cultura afro-brasileira e africana é um documento que tem a finalidade de redefinir o papel do Estado como incentivar ao reconhecimento das transformações sociais, reconhecendo as disparidades entre os cidadãos de pele branca e de pele preta em nossa sociedade. Neste sentido, o governo federal, sancionou em março de 2003, a Lei nº 10.639/03, que alterou a LBD 9394/96, estabelecendo as Diretrizes Curriculares para que fosse implementada a lei na prática. Essa lei acontece nos sistemas de ensino de maneira obrigatória, sendo inserida no currículo escolar do ensino fundamental e médio.

Este parecer visa a atender os propósitos expressos na Indicação CNE/CP 6/2002, bem como regulamentar a alteração trazida à Lei 9.394/96 de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, pela Lei 10.639/2000, que estabelece a obrigatoriedade do ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana na Educação Básica. Desta forma, busca cumprir o estabelecido na Constituição Federal nos seus Art. 5º, I, Art. 210, Art. 206, I, § 1º do Art. 242, Art. 215 e Art. 216, bem como nos Art. 26, 26 A e 79 B na Lei 9.394/96 de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, que asseguram o direito à igualdade de condições de vida e de cidadania, assim como garantem igual direito às histórias e culturas que compõem a nação brasileira, além do direito de acesso às diferentes fontes da cultura nacional a todos brasileiros. (BRASIL, 2004, p. 9).

As reivindicações do Movimento Negro ao longo do século XX apontavam a necessidade de diretrizes que orientassem pela valorização da história e cultura dos

afro-brasileiros e dos africanos para que fosse de conhecimento de todos, essa história tão importante para o povo negro, essa conquista deve-se aos atores sociais que fazem parte o Movimento Negro, que lutaram muito por essa conquista. Entendendo-se que nos estabelecimentos de ensino os professores deverão formar os alunos no que diz respeito as relações étnico-raciais e sua cultura dos afro-brasileiros, pois vivemos numa nação brasileira, vasta em diversidade. Por isso, não é apenas um estudo, mas sim um direito a formação da cidadania justa e democrática. Nesse parecer também se tem a seguinte informação:

O parecer procura oferecer uma resposta, entre outras, na área da educação, à demanda da população afrodescendente, no sentido de políticas de ações afirmativas, isto é, de políticas de reparações, e de reconhecimento e valorização de sua história, cultura, identidade. Trata, ele, de política curricular, fundada em dimensões históricas, sociais, antropológicas oriundas da realidade brasileira, e busca combater o racismo e as discriminações que atingem particularmente os negros. Nesta perspectiva, propõe A divulgação e produção de conhecimentos, a formação de atitudes, posturas e valores que eduquem cidadãos orgulhosos de seu pertencimento étnico-racial – descendentes de africanos, povos indígenas, descendentes de europeus, de asiáticos – para interagirem na construção de uma nação democrática, em que todos, igualmente, tenham seus direitos garantidos e sua identidade valorizada (BRASIL, 2004 p. 10).

É importante enfatizar que tais políticas têm como meta o direito dos negros de se reconhecerem pertencentes a uma cultura nacional e precisar, antes de tudo, entender-se como negro, para a partir daí poder fazer cobranças de seus direitos como cidadãos brasileiros que tem autonomia em seus pensamentos, capazes de lidar com tensas relações de racismo e discriminações, demonstrando conhecimento e valorização da história, cultura e identidade dos descendentes de africanos.

O sucesso das políticas públicas de Estado, institucionais e pedagógicas, visando a reparações, reconhecimento e valorização da identidade, da cultura e da história dos negros brasileiros depende necessariamente de condições físicas, materiais, intelectuais e afetivas favoráveis para o ensino e para aprendizagens; em outras palavras, todos os alunos negros e não negros, bem como seus professores, precisam sentir-se valorizados e apoiados. Depende também, de maneira decisiva, da reeducação das relações entre negros e brancos, o que aqui estamos designando como relações étnico-raciais. Depende, ainda, de trabalho conjunto, de articulação entre processos educativos escolares, políticas públicas, movimentos sociais, visto que as mudanças éticas, culturais, pedagógicas e políticas nas relações étnico-raciais não se limitam à escola. (BRASIL, 2004 p. 13).

Acredita-se que combater o racismo, estudar, batalhar pelo fim da desigualdade social e racial, não é exclusiva função da escola, porém as situações de racismo perpassam nesse âmbito, por isso precisam ser dialogadas com esclarecimento e ensino do tema. Gomes(2012) relata que “A partir dos anos 200, o movimento negro intensificou ainda mais o processo de ressignificação e politização da raça, levando a mudanças internas na estrutura do Estado.” (GOMES, 2012, P. 739). Por isso acredita-se que a escola tem o papel essencial e importante para os registros culturais, espaços democráticos e igualitários.

5.1.2 Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Quilombola

A Educação Quilombola acontece em unidades educacionais, nas suas terras e cultura. Esta educação é pautada no respeito a sua especificidade étnico-cultural e para isso necessita de uma pedagogia voltada para a sua história. Nesse sentido, ela destaca que:

§ 1º A Educação Escolar Quilombola na Educação Básica: I - organiza precipuamente o ensino ministrado nas instituições educacionais fundamentando-se, informando-se e alimentando-se:

- a) da memória coletiva;
 - b) das línguas remanescentes;
 - c) dos marcos civilizatórios;
 - d) das práticas culturais;
 - e) das tecnologias e formas de produção do trabalho;
 - f) dos acervos e repertórios orais;
 - g) dos festejos, usos, tradições e demais elementos que conformam o patrimônio cultural das comunidades quilombolas de todo o país;
 - h) da territorialidade.
- (BRASIL, 2012).

Nesse contexto, os planejamentos dos professores precisam ser baseados no que é importante para eles, mas sabe-se que existe um número grande de comunidades quilombolas que não possuem escolas, obrigando-se assim, as crianças e adolescentes a estudarem fora do seu território quilombola.

5.1.3 Base Nacional Comum Curricular- BNCC

Conforme foi estudado anteriormente em um dos capítulos apresentados, percebe-se que a Lei 10.639/2003 e a Resolução CNE/CP 001/2014 trouxeram a

obrigatoriedade da inserção da temática nos currículos da Educação Básica sendo instituições públicas e privadas. É necessário seguir e cumprir essa normativa, contudo em relação a Base Nacional Comum Curricular (BNCC), percebe-se que alcançou o protagonismo, pois sabe-se- que:

É um documento de caráter normativo que define o conjunto orgânico e progressivo de aprendizagens essenciais que todos os alunos devem desenvolver ao longo das etapas e modalidades da Educação Básica, de modo a que tenham assegurados seus direitos de aprendizagem e desenvolvimento, em conformidade com o que preceitua o Plano Nacional de Educação (PNE) (BRASIL, 2017, p.7).

Apesar de ser um documento normativo, norteador dos currículos da Educação Básica, observa-se que ele não traz de forma específica as questões de relações étnico-raciais, apenas. Ao navegar no arquivo da BNCC da *internet*, quando pressiona-se o comando Ctrl+F, e escreve-se *racismo*, o arquivo encontra essa palavra apenas quatro vezes, ou seja, não aparece de maneira ampla.

Nessas escritas que foram encontradas a palavra racismo tratava-se da disciplina de História do oitavo ano, descrito na página quatrocentos e vinte e seis, no item objeto do conhecimento; na segunda vez que foi encontrada, foi na disciplina de história nono ano, referente as habilidades, descrito na página quatrocentos e trinta e um; na terceira vez foi nas competências específicas três, página quinhentos e cinquenta e nove; e por fim, a quarta vez, página 571, aparece nas habilidades das ciências humanas e sociais aplicadas no ensino médio: competências específicas e habilidades.

Partindo dessa escrita percebe-se que a questão da temática desse trabalho caminha a passos lentos, não levando a reflexão desse tema. Sendo assim, a construção e promulgação de uma BNCC, por si só, não garante a igualdade e implementação de uma educação antirracista. Pensando no contexto escolar, o qual é necessário que os professores estejam atualizados para que consigam ensinar os educando, aborda-se alguns estereótipos racistas encontrados nas falas, que precisam ser problematizados em sala de aula e refletidos antes de serem pronunciados por qualquer pessoa.

6 DOS ESTERÉOTIPOS E EXPRESSÕES RACISTAS

Explicar e definir estereótipos racistas, não é algo simples, pois exige uma complexidade no entendimento. Como explicar algo que está arraigado, intrínseco ao pensamento humano, desde sempre? Para isso buscou-se literaturas para auxiliar na compreensão do que realmente é o significado do termo de extrema importância para o povo preto.

Compreende-se o que são os estereótipos racistas através dos exemplos disponibilizados no site *Salonline*¹³, que é uma página que compartilha informações referentes ao povo afro e também creme de cabelo especializado em crespos e cacheados. Pra uma melhor compreensão destacamos alguns destes estereótipos criados através de ideologias racistas.

- **Homens negros são fortes e violentos:**

Apesar dos negros serem as verdadeiras vítimas de uma violência constante, eles é que são vistos como violentos. Na verdade, essa masculinidade é “tudo” que o homem negro tem dentro da sociedade, já que seus corpos sempre foram vistos como fortes e viris. Além de ser um ato preconceituoso associar o homem negro à violência, isso também contribui para uma onda de masculinidade tóxica, que condena duplamente homens negros e gays.

- **Mulheres negras são “barraqueiras”:**

Não é raro encontrar uma personagem “negra arretada” em novelas ou até mesmo em filmes americanos, que costumam mostrar mulheres de pele escura bastante expansivas, com “personalidade forte” e que são mestres em fazer movimentos circulares com a cabeça. No Brasil, geralmente as mulheres negras são vistas como barraqueiras, daquelas que “não deixam barato”, mas essa é uma generalização sem embasamento nenhum.

- **Todo negro precisa de um branco que o salve:**

Muitas pessoas ainda associam o indivíduo negro à pobreza, especialmente em países da África. Não coincidentemente, é comum ver fotos de voluntários brancos no Ocidente abraçando e sorrindo em fotos com pessoas negras, como se eles estivessem as salvando. Mesmo que inconscientemente, esses atos levam à crença de que vai sempre existir um salvador branco para cada preto pobre.

- **Pessoas negras são criminosas:**

Associar pessoas negras ao crime pode parecer algo “inofensivo” para quem pensa dessa forma, mas essa é uma acusação bastante séria, levando em conta que as pessoas negras são a maioria em casos de prisões efetuadas sem condenação, o que prova que muitos foram erroneamente vistos como criminosos. Além disso, 75% das pessoas mortas por policiais eram negras, de acordo com o 13º Anuário da Violência.

- **A mulher negra tem mais fogo na cama:**

¹³ (PINOTTI, 2020).

Não, isso não é sobre ser sexy. A mulher negra carrega historicamente a objetificação do seu corpo, que era a mercadoria sexual mais barata do mercado. Até hoje, mulheres de pele preta ainda são hipersexualizadas e não é raro encontrar esse estereótipo de negra ferosa nas novelas e nos comerciais.

• **Todo negro faz parte de classes sociais mais baixas:**

Como já dissemos, muitas pessoas acreditam que ser negro é sinônimo de ser pobre e, mesmo que a intenção não seja das piores, acabam tratando os negros como “coitadinhos”. Apesar dos negros terem sido historicamente explorados, não é correto imaginar que todas as pessoas negras vivem em condições de extrema pobreza apenas pela cor da sua pele.

• **Negros em empresas são sempre subordinados:**

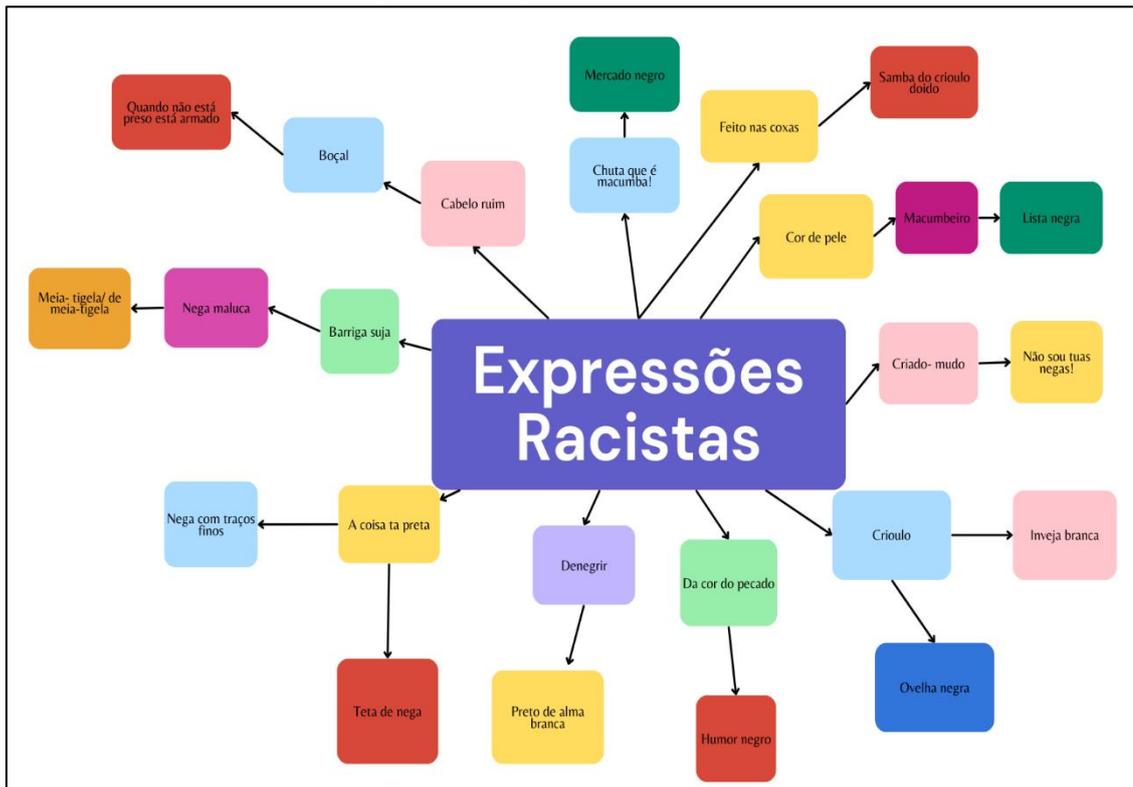
Se você entrar em uma sala com três homens, 2 brancos e 1 negro, e te perguntarem quem ali é o diretor de uma empresa, você vai apontar para quem? Muitas pessoas não enxergam o negro em cargos altos e de liderança, já que ainda associam o preto à escravidão e à subordinação, o que é completamente preconceituoso.

Nesta perspectiva, Fanon (1983), relatava em sua obra “Pele Negra, máscaras brancas”, que o negro vive em um mundo com ideologia branca, pois ela deseja que o negro ignore a sua cor, forçando o mesmo a ser vítima dessa sociedade que idealiza o ser branco como padrão de existência. Acredita-se que quando a sociedade nega a sua cor, o padrão dominante, impõe que racismo não existe, pois conseqüentemente todos serão “brancos”, agiram como brancos, mas de certa forma os negros continuaram a ser os excluídos, a ter os direitos negados, porém de forma velada.

Pensando ser importante abordar questões encontradas no dia a dia em relação ao racismo, propõe-se destacar algumas palavras e expressões racistas encontradas na convivência do dia. Ditas de forma naturalizada, desfazendo a concepção do racismo envolvido na fala.

Facilmente se diz que não tem conhecimento dos termos, mas muitos demonstram a dificuldade em pesquisar, estudar para que consigam compreender os significados das palavras e deixar de produzir o racismo através da fala. E diante disto, Barreiro e Faria (2016, p. 259), enfatizam que “[...] Descolonizar a linguagem exige não apenas um policiamento da fala, mas, sobretudo, mudar as lentes pelas quais observamos os fenômenos sociais e (re)interpretamos a realidade, nos posicionando diante do outro e na relação com o outro em linhas horizontais, ou seja, não hierárquicas.” Para uma melhor compreensão, lista-se abaixo algumas palavras e expressões racistas, para conhecimento de todos:

Figura 11 - Expressões racistas



Fonte: Elaborado pela autora (2023)

O fato destas expressões ainda serem usadas nos mostra o quanto o racismo segue enraizado na fala das pessoas. Criam-se gírias novas, mas as expressões racistas se fazem presente nos costumes da sociedade.

Dessa forma, reconhecer o racismo é a melhor forma de combatê-lo. Não tenha medo das palavras “branco”, “negro”, “racismo”, “racista”. Dizer que determinada atitude foi racista é apenas uma forma de caracterizá-la e definir seu sentido e suas implicações. A palavra não pode ser um tabu, pois o racismo está em nós e nas pessoas que amamos— mais grave é não reconhecer e não combater a opressão (RIBEIRO, 2019, p.11).

É importante nomear as opressões através dos estereótipos e expressões racistas, pois a neutralidade beneficia o opressor.

A Comissão de Promoção de Igualdade Racial do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), instituída pela Portaria-TSE nº 230, de 8 de março de 2022, motivada a combater a desigualdade racial criou uma cartilha com expressões racistas para conhecimento de todos. A seguir será explicado a definição de algumas expressões

racistas, segundo a comissão de Promoção de Igualdade Racial do Tribunal Superior Eleitoral:

- **A coisa tá preta:**

Verdadeira síntese de um conjunto de expressões de caráter racista que associam a pessoa negra a coisas ruins. O sentido da expressão é referir-se a uma situação extremamente negativa, complicada ou a um problema de difícil solução (BRASIL, TSE, 2022, p.17).

- **Barriga suja:**

Destina-se a designar mulheres que geram crianças negras, especialmente mulheres brancas que têm bebês de pele negra, ou mulheres que dão à luz a prole com pele mais escura que a sua. Assim, a ideia é de que a barriga que gera descendentes de cor escura é impura, problemática (BRASIL, TSE, 2022, p.19).

- **Boçal:**

É utilizada para designar uma pessoa sem cultura, sem educação, rude, grosseira. Durante o período escravocrata, o termo era empregado para designar pessoas escravizadas que não sabiam falar português (BRASIL, TSE, 2022, p. 21).

- **Cabelo ruim:**

É mais uma expressão de cunho racista que consiste em desprezar as características físicas das pessoas negras, associando-as a coisas ruins ou de qualidade inferior. O uso dessas palavras e suas variantes “cabelo duro”, “cabelo bombril” é forma contundente de racismo, e deve, portanto, ser abandonada (BRASIL, TSE, 2022, p. 23).

- **Chuta que é macumba!**

Pretende designar o desejo de afastar algo ruim de perto de si, a vontade de se manter distante de algo que possa fazer mal (BRASIL, TSE, 2022, p. 25).

- **Cor de pele:**

É uma expressão que pretende identificar uma cor, mais especificamente tons de bege, fazendo expressa alusão à pele branca. A ideia de que as cores claras devem ser consideradas como padrão ideal para representar a pele humana é racista. Esse tipo de comportamento é designado por especialistas como colorismo (BRASIL, TSE, 2022, p.27).

- **Criado-mudo:**

Faz referência a um móvel com gavetas, geralmente utilizado ao lado das camas e que funciona como apoio. A adoção desse nome, segundo alguns estudos filológicos, faz referência às pessoas negras escravizadas responsáveis pelos serviços domésticos, que tinham a atribuição de segurar objetos pertencentes a suas senhoras e seus senhores, servindo de apoio permanente. Além disso, deveriam agir de forma discreta e silenciosa para não causar nenhuma perturbação no ambiente (BRASIL, TSE, 2022, p. 29).

- **Crioulo:**

São formas pejorativas de se referir a uma pessoa negra (BRASIL, TSE, 2022, p. 31).

- **Da cor do pecado:**

Apresenta-se como forma supostamente elogiosa de se referir a alguém, de louvar a cor da pele. Essa ideia, entretanto, pode ser facilmente desfeita. (BRASIL, TSE, 2022, p. 33).

- **Denegrir:**

É latina e significa enegrecer, mas seu uso está associado à ideia de macular, manchar, sujar alguma coisa. A junção das duas coisas faz surgir a ideia de que tornar algo negro é negativo, que deve ser evitado, o que reforça a ideia preconceituosa que liga a pessoa negra a coisas ruins (BRASIL, TSE, 2022, p. 35).

- **Feito nas coxas:**

É utilizada para designar algo realizado de modo apressado, sem muito apuro, descuidado (BRASIL, TSE, 2022, p. 47).

- **Não sou tuas negas!**

É utilizada comumente para designar revolta ou incômodo com situação ou comentário (BRASIL, TSE, 2022, p. 79).

- **Nega Maluca:**

É utilizada para designar um conhecido bolo de chocolate (BRASIL, TSE, 2022, p. 83).

- **Negra com traços finos:**

Pretende trazer uma forma elogiosa de referir-se à pessoa negra. Contudo, acaba embutindo uma ideia racista, pois associa a negritude a traços grosseiros e feios. Desse modo, a beleza negra estaria limitada aos que não se parecem com negras e negros (BRASIL, TSE, 2022, p. 85).

- **Preto de alma branca:**

Transporta a ideia de que não existem, por natureza, pessoas negras que sejam dignas, boas, exemplares. Reafirma uma percepção racista de que essas características são típicas apenas das pessoas brancas e que uma pessoa negra, para que as obtenha, deveria imitar uma branca (BRASIL, TSE, 2022, p. 89).

- **Ovelha Negra:**

Pretende designar uma pessoa que foge aos padrões aceitáveis, diferencia-se de forma inadequada dos padrões esperados (BRASIL, TSE, 2022, p.91).

- **Mercado Negro:**

Aplica-se a expressão quando se deseja referir-se a um conjunto de ações comerciais ilícitas, que desrespeitam regras jurídicas e morais (BRASIL, TSE, 2022, p. 71).

- **Humor Negro:**

Pretende referir-se a uma espécie de comédia que foge dos padrões convencionais e chega a ser chocante por estar baseada em coisas mórbidas, macabras ou ilícitas. Em outras palavras, é provocar o riso valendo-se de elementos relacionados eventualmente ao susto ou ao choro (BRASIL, TSE, 2022, p. 53).

- **Inveja Branca:**

Tenta canonizar o pecado, como se o adjetivo fosse suficiente para tornar a cobiça perdoável, aceitável ou mesmo elogiável (BRASIL, TSE, 2022, p.57).

- **Teta de nega:**

Se refere a um doce de chocolate recheado com merengue ou marshmallow. A expressão faz uma comparação chula do formato do doce com o seio de uma mulher negra (BRASIL, TSE, 2022, p.103).

- **Quando não está preso está amarrado:**

Faz referência aos cabelos crespos, associando-os, de forma bastante preconceituosa, ao ambiente da criminalidade. A ideia reproduz o

pensamento de que os cabelos lisos representam o padrão de beleza da sociedade contemporânea, o que acaba estigmatizando todos os outros cabelos (BRASIL, TSE, 2022, p. 85).

- **Lista negra:**

Refere-se a um rol em que são agrupadas categorias de coisas ruins, proibidas, ilícitas ou que devam ser evitadas ou perseguidas (BRASIL, TSE, 2022, p. 59).

- **Meia-tigela/ de meia-tigela:**

Significam algo de qualidade inferior, duvidosa, medíocre, sem valor. Uma das explicações apresentadas para a origem das expressões refere-se à distribuição de alimentos às trabalhadoras e aos trabalhadores escravizados(as) (BRASIL, TSE, 2022, p.67).

A constatação de que é necessário o estudo a atualização sobre a temática de pesquisa, a seguir será abordada a Educação Antirracista, problematizando o apagamento na educação.

7 EDUCAÇÃO ANTIRRACISTA: NÃO AO APAGAMENTO DA NEGRITUDE NA EDUCAÇÃO

Problematizar o espaço escolar permite-se refletir que neste lugar é onde se perpetua, na maioria das vezes, todas as ações que o sujeito pratica na sociedade, sejam elas boas ou ruins. Visivelmente encontramos isso em atitudes pelo corpo docente, funcionários e alunos. A escola não deveria ser neutra em relação aos temas raciais. Considera-se significativo o questionamento de raça, conforme o Movimento Negro, para além do entendimento como sentido biológico e compreendida através da explicação de Nilma Gomes (2019), ou seja, com a noção de “uma construção social e política”.

“Raça” é um conceito que não corresponde a nenhuma realidade natural. Trata-se, ao contrário, de um conceito que denota tão somente uma forma de classificação social, baseada numa atitude negativa frente a certos grupos sociais, e informada por uma noção específica de natureza, como algo endodeterminado. A realidade das raças limita-se, portanto, ao mundo social (GUIMARÃES, 1999, p. 9).

São nestes espaços em que ocorrem situações de discriminação, que muitas vezes passam despercebidas pelas professoras, pois para elas é mais acessível não tocar no assunto, do que explicar para o aluno o que está acontecendo. Acredita-se que isto se torna difícil para as professoras, pois entre elas também pode ter docentes negros que não aceitam sua etnia, dizendo que racismo não existe, mesmo que as pesquisas provem que existe sim.

Partindo destas situações vivenciadas no ambiente escolar, é de fundamental relevância trazer apontamentos sobre a Lei 10.639/2003, uma das primeiras assinada pelo Presidente Luiz Inácio Lula da Silva em seu primeiro mandato, em 2008, substituída pela lei 11.645/08, que inclui também o ensino de História e a Cultura Indígena, que completa 20 anos, neste ano 2023, o qual está sendo escrita este trabalho. A referida lei destaca que:

A Lei 10639 e, posteriormente, a Lei 11645, que dá a mesma orientação quanto à temática indígena, não são apenas instrumentos de orientação para o combate à discriminação. São também Leis afirmativas, no sentido de que reconhecem a escola como lugar da formação de cidadãos e afirmam a relevância de a escola promover a necessária valorização das matrizes

culturais que fizeram do Brasil o país rico, múltiplo e plural que somos. (BRASIL, 2003, p. 5).

Ela tem o intuito de estabelecer que é necessário novas diretrizes e práticas pedagógicas que demonstrem a importância dos africanos e afro-brasileiros no processo de formação nacional, demonstrando que esta lei se faz necessária, visto que os negros ainda hoje, sofrem discriminação por sua etnia nos estabelecimentos de ensino (BRASIL, 2003).

Art. 1º A Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, passa a vigorar acrescida dos seguintes arts. 26-A, 79-A e 79-B:

"Art. 26-A. Nos estabelecimentos de ensino fundamental e médio, oficiais e particulares, torna-se obrigatório o ensino sobre História e Cultura Afro-Brasileira.

§ 1º O conteúdo programático a que se refere o **caput** deste artigo incluirá o estudo da História da África e dos Africanos, a luta dos negros no Brasil, a cultura negra brasileira e o negro na formação da sociedade nacional, resgatando a contribuição do povo negro nas áreas social, econômica e política pertinentes à História do Brasil.

§ 2º Os conteúdos referentes à História e Cultura Afro-Brasileira serão ministrados no âmbito de todo o currículo escolar, em especial nas áreas de Educação Artística e de Literatura e História Brasileiras.

§ 3º (VETADO)"

"Art. 79-A. (VETADO)"

"Art. 79-B. O calendário escolar incluirá o dia 20 de novembro como 'Dia Nacional da Consciência Negra'."

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação. Brasília, 9 de janeiro de 2003; 182º da Independência e 115º da República.

Com a promulgação destas leis, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) nº 9394/96 sofreu algumas alterações, nos artigos 26-A, 79-A e 79-B com o objeto de propiciar uma educação que aprofunde conhecimentos sobre a constituição da sociedade brasileira

Percebe-se como é difícil encontrar professoras que expõem abertamente suas ideias, sem ter receio de falar a palavra "negro" em sala de aula. Santos (2006, p.15), argumenta que, "sabemos que o problema não é chamar um negro de negro, a questão é o tom, a maneira como se profere a palavra e o contexto".

Diante dessa situação, é necessário o interesse da escola e seus membros em ampliar o conhecimento sobre as questões étnicas, para se posicionarem em relação as diversidades, afinal são profissionais da educação que atuam com os alunos de diversas realidades, que precisam estar cientes do seu papel de educador diante deles. Apesar de que o docente, como qualquer outra pessoa, tem o direito de não saber tudo, mas pode potencializar o seu conhecimento no decorrer do tempo. Gomes (2012) aborda a seguinte questão:

“ A educação tem merecido atenção especial das entidades negras ao longo da sua trajetória. Ela é compreendida pelo movimento negro como um direito paulatinamente conquistado por aqueles que lutam pela democracia, como uma possibilidade a mais de ascensão social, como aposta na produção de conhecimentos que valorizem o diálogo entre os diferentes sujeitos sociais e suas culturas e como espaço de formação de cidadãos que se posicionem contra toda e qualquer forma de discriminação”. (GOMES, 2012, p. 735).

Desta forma, a Lei 10.639/2003, surgiu para ampliar o conhecimento, tanto das professoras quanto dos alunos, sobre a história dos negros e a sua importância na cultura, para que os alunos tenham a oportunidade de estarem em um lugar onde todos sejam valorizados e reconhecidos por suas diferentes culturas, etnias, participantes de uma mesma escola, que visa ao comprometimento com a educação e à diversidade.

Ainda é importante ressaltar que o espaço escolar é o ambiente que se retrata a sociedade, ou seja, homossexualidade, o indígena, pessoas com deficiências; todos diferentes e com um propósito, o de aprender, não somente disciplinas da área das exatas e das humanas, mas também o convívio com o colega, professores e funcionários. Com todas essas diferenças a escola poderia trabalhar questões relacionadas a isso, visando superar essas ações preconceituosas, que muitas vezes o aluno traz do seu meio familiar e acaba refletindo em sala de aula. Cátia Ferreira (2010, p. 9) indica que:

Por um longo período os africanos que foram trazidos para o Brasil, viveram sob a condição de escravos, o mesmo ocorreu com seus descendentes. Após a abolição da escravatura a História e a Cultura Afro-Brasileira e Africana ainda continuaram sendo ignoradas pela sociedade brasileira, assim como a dos indígenas.

Por essa razão, a Lei prevê algo muito importante, geralmente é a partir desse momento que os alunos poderão reconhecer-se como parte de uma sociedade étnica racial. Um problema epistemológico. Na escola constrói-se laços de amizades, portanto também pode-se levar para a vida lembranças ruins de fatos que acontecem nesse lugar. Entretanto, compreende-se que a escola não pode ser neutra em relação ao racismo, pois é o lugar em que constrói-se relações que não são do convívio familiar. Também podemos identificar na fala de Gomes (2003, p. 170) que:

[...] É sempre bom lembrar que a educação não se reduz a escolarização. Ela é um amplo processo, constituinte da nossa humanização, que se realiza em diversos espaços sociais: na família, na comunidade, no trabalho nas ações coletivas, nos grupos culturais, nos movimentos sociais, na escola, entre outros.

Cabe ainda a reflexão que para a criança tudo é novo, por isso tudo lhe chama a atenção. Quando pequenas têm agilidade em relação a aprender o que lhes interessam. Por isso, evidencia-se que nesse período o qual ingressará na escola, é o momento do avanço na vida pessoal do discente, portanto, este lugar deve ser acolhedor, com significado. Infelizmente muitas crianças negras não encontram essa escola.

Cabe à professora incentivar as reflexões para que os alunos formulem suas conclusões em relação à sociedade que estão inseridos, percebam e reflitam sobre as africanidades e que o racismo interfere muito na construção da autoestima dos negros. Petronilha (2003, p. 26), nos afirma que:

A expressão africanidades brasileira refere –se às raízes da cultura brasileira que têm origem africana. Dizendo de outra forma, queremos nos reportar ao modo de ser, de viver, de organizar suas lutas, próprio dos negros brasileiros e, de outro lado, às marcas da cultura africana que, independentemente da origem étnica de cada brasileiro, fazem parte do seu dia-a-dia.

Refletindo o entendimento de Petronilha (2003), como pensar um currículo que aborde as africanidades para além da visão escravista e que valorize a cultura africana no âmbito da sociedade e cultura brasileira. O tempo passou, todavia muitas situações continuam como antigamente, nossos ancestrais, escravizados, eram vistos através dos estereótipos racistas, os quais foram abordados anteriormente.

Partindo dessa reflexão, é possível perceber que os alunos negros ainda se calam ao passar por situações de racismo. Agem deste modo porque não são percebidos como crianças, com características e pensamentos próprios. Neste sentido, Barreiro e Faria (2016, p. 257) contribuem, dizendo que:

O fragmento permite analisarmos que a ressonância das práticas colonialistas se encontra institucionalizadas, aculturando as diferenças ao processo de embranquecimento cultural brasileiro, pois ao hierarquizarmos os valores estéticos do corpo, busca-se apagar os traços étnicos e as características de pertencimento do seu povo, ensinando as crianças desde pequeninhas, à dicotomia como belo e o feio, o ruim e o bom, bem e mal, certo e errado, verdadeiro e falso etc.

Durante os quatro anos de formação no curso de Pedagogia-UFSM dessa pesquisadora, não estudou-se nenhuma disciplina obrigatória que fosse relacionada à questão racial, o currículo deveria oportunizar a oferta de uma disciplina que abrangesse essa temática para adquirir conhecimentos sobre a História e Cultura Afro-brasileira e Africana.

Atualmente o curso de Pedagogia da UFSM elenca uma disciplina fixa na matriz curricular no 3º semestre do curso, denominada ADE1071 Políticas e diversidade cultural, que decorre da Resolução n.2/2015 que prevê mudança nos currículos dos cursos de Pedagogia. Foi incluída no currículo em 2019, com o seguinte programa de estudos:

OBJETIVOS: Compreender as matrizes sociopolítica e histórica brasileira. Analisar a formulação das políticas públicas educacionais e a normatização das relações étnico-raciais. Identificar as relações entre a diversidade e os espaços escolares.

Unidade 1 - Contextualização Sociopolítica e Histórica

- 1.1 - Matrizes étnico-racial brasileira.
- 1.2 - Multiculturalismo e Interculturalidade: abordagens e desafios.
- 1.3 - Cultura e Representação Social.

Unidade 2 - Políticas Públicas e Relações Étnico-Raciais

- 2.1 - Políticas Públicas e legislação vigente.
- 2.2 - Diretrizes curriculares nacionais para as relações étnico-raciais.
- 2.3 - Diretrizes curriculares nacionais para quilombola.
- 2.4 - Diretrizes curriculares nacionais para indígenas.

Unidade 3 - Currículo e Relações Étnico-Raciais

- 3.1 - Teorias do Currículo: pós-críticos.
- 3.2 - Etnocentrismo, racismo e práticas não discriminatórias.
- 3.3 - Diversidade, Educação e Escola. (UFSM, 2019, p.1)

Observa-se através dessa ementa que o curso de Pedagogia sofreu um avanço em relação ao estudo deste trabalho. No curso de Pós-Graduação em Políticas Públicas e Gestão Educacional da UFSM também não houve uma disciplina que abordasse a temática em questão, na grade curricular fixa.

Dessa maneira é relevante trabalhar as questões da negritude¹⁴ em sala de aula, visando apresentar aos alunos a histórias dos negros, sem focar somente na visão dele como um escravizado, o qual só acatava as ordens e não progredia, ou seja, era subalterno a tudo e a todos. Tal afirmativa, ancora-se na prerrogativa de Pinheiro (2023), ao fazer a seguinte afirmação, “Compreendo como práticas

¹⁴ A negritude seria tudo o que é relacionado à raça negra; é ter consciência de pertencer a ela. (MUNANGA, 1988, p. 28)

antirracistas aquelas voltadas para a denúncia do racismo no sentido maior de sua reversão/ destruição” (PINHEIRO, 2023, p. 89).

Partindo da Lei 10.639/2003 é possível trabalhar a questão da autoestima dos alunos negros em sala de aula, fazendo com que se sintam participantes da turma, favorecendo principalmente na relação e no convívio com os colegas e também auxiliando no conhecimento e na compreensão dos alunos brancos em relação ao racismo.

Entende-se que as políticas curriculares implementadas por professoras e gestores tornam o reconhecimento das questões de preconceito e discriminação entre professores-crianças-crianças perceptíveis nas práticas curriculares quando entendemos que “o currículo está estritamente relacionado às estruturas econômicas e sociais mais amplas. O currículo não é um corpo neutro, inocente e desinteressado de conhecimentos” (SILVA, 2007, p. 46), ou seja, a depender das práticas curriculares as mesmas afetam significativamente a autoestima dos alunos negros, tanto em sala de aula quanto no contexto escolar enquanto instituição e estrutura que representa os valores da sociedade.

Para Sacristán (2005, p. 13) ao chegar à escola, a criança se depara com situações que não está acostumada em casa, ou seja, a maneira que acontece a relação entre os amigos que frequentam a nossa casa, a professora tem um tratamento diferente da maneira que a mãe dispensa em determinadas situações, às vezes gostamos da reação que ela teve, que foi parecida, igual ou nada parecido com a reação da mãe.

Para as autoras bell hooks (2017) e Grada Kilomba (2019) os traumas que as práticas de racismo no cotidiano das instituições escolares causam nas crianças as tornam muito vulneráveis à tristeza, e sentimentos de fracasso. Dentre muitas situações tristes no ambiente escolar, essa autora também teve momentos muitos felizes com trocas de aprendizagens e conhecimentos com os alunos que apesar da pouca idade conseguiam debater o tema racismo e demonstrar os seus valores éticos e familiares, perpassados por sua família. Mostravam respeito e indignação com situações de racismo presenciados na escola, nos noticiários da televisão em situações do seu cotidiano. Conforme Gomes (2002, p. 43):

[...] a maneira como a escola, assim como a nossa sociedade, vêem o negro e a negra e emitem opiniões sobre o seu corpo, o seu cabelo e sua estética deixa marcas profundas na vida desses sujeitos. Muitas vezes, só quando se

distanciam da escola ou quando se deparam com outros espaços sociais em que a questão racial é tratada de maneira positiva é que esses sujeitos conseguem falar sobre essas experiências e emitir opiniões sobre temas tão delicados que tocam a sua subjetividade.

A construção coletiva desses saberes, através das falas nos remete a diálogos pertinentes e adequados a incentivar uma educação antirracista, bell hooks (2007, p. 51) afirma que: “[...] especialmente na educação, não há nem de longe, discussões práticas suficientes acerca de como o contexto da sala de aula pode ser transformado de modo a fazer do aprendizado uma experiência de inclusão”.

O ofício de professora exige estar em relação entre o ensinar-aprender e exige ouvir as crianças como prática de liberdade. Partindo desse pensamento, é nítido ver nas criações, ilustrações feitas pelas crianças em sala de aula que retratam a negritude do modo como percebem, ou seja, que as pessoas são diferentes quanto ao tom da melanina, sem demonstração de preconceitos, diferentemente das situações em que são ensinados e incentivados ao racismo. Por isso, é tão importante essa observação e escuta das crianças. Eis algumas vozes das crianças no cotidiano escolar:

“O cabelo da Alice é estranho, duro, só fica com tranças”; “O cabelo da Alice é igual ao cabelo da profe, alto, redondo e a cor dela também”; “Não quero sentar ao lado da Julia para fazer dupla, pois ela é feia, gorda e escurinha”; “Profe teu cabelo, está estranho” (a aluna referia-se ao meu cabelo black power, pois no ano anterior em que fui sua professora, ainda passava pela transição do alisamento no cabelo); “Profe, mas a minha cor é igualzinha ao lápis cor de pele” (essa fala surgiu quando eu explicava que os tons de pele eram diferentes, por isso não poderiam nomear o lápis como cor de pele e logo ninguém queria ser mais escuro que o lápis); “Eu vou andar no balanço primeiro porque eu sou a mais bonita, tu é feia e preta”; “Eu sou a líder, tu é a minha escrava, tem que fazer o que eu quiser”; “Profe, teu cabelo parece uma ovelha preta, igual a que tem na chácara do meu tio”. (comentários das crianças, diário de professora, 2019).

Ao vivenciar a escuta dessas falas, ao invés de brigar, dar sermão coletivo ou individual, procuro problematizar as ações para que eles percebam o que está acontecendo. Sempre empenhando-me em ter atitude antirracista, transformando os preconceitos em outros modos de conhecimento, trocas e aprendizagem mediante as diversidades.

O silenciamento não oferece abertura para o diálogo, para que a criança perceba as práticas de opressão presentes no racismo institucional¹⁵ e estrutural¹⁶, uma professora antirracista precisa problematizar de maneira ampla e condizente com a realidade em que atua. Resgatando os valores e empatia, pois a política de governo, não abre muitas possibilidades para que os cidadãos negros apareçam de maneira favorável na sociedade.

Desde pequena a criança negra em sua ingenuidade precisa conhecer e aprender o substantivo denominado “luta”, pois é assim que será a vida da pessoa, criança negra, ou seja, sempre resistindo aos ataques racistas. Pesquisar crianças é estar com elas, ouvi-las, entender suas expectativas, interrogar a sua infância, não podemos esquecer que a criança tem a potência e a possibilidade de transformação da própria infância.

O racismo não deve ser abordado de forma isolada, apenas nas datas comemorativas, como o Dia da Consciência Negra, pois a cultura negra, africana tem muita contribuição na diversidade cultural do cotidiano da nossa sociedade. A representatividade da professora negra que escuta as crianças e problematiza a situação pode conseguir mudanças no universo educacional, pois não tem como desvincular o racismo com o processo de ensino desumano a que as crianças negras são expostas, ou seja, os dados educacionais mostram que sempre os alunos com maior atraso na aprendizagem são os negros e sempre são a minoria.

Nesse contexto, reconhecer o privilégio branco e o racismo estrutural presentes na sociedade brasileira é o primeiro passo para deixar de ser conivente com as opressões do dia a dia. Recordam-se as ilustrações que foram coloridas por alunos e ao observar a pintura percebe-se que a consciência da negritude pode estar atrelada a eles, por isso é essencial escutar e dialogar com as crianças.

Para bell hooks e Santos há sempre a possibilidade das crianças negras experimentarem situações em que os estereótipos e preconceitos são dispositivos presentes nas interações, por isso as pensadoras apontam para a necessária escuta e também prática de resistência pedagógicas junto às crianças. Mesmo que essa

¹⁵ “Racismo institucional é a prática de uma organização, seja empresa, grupo, associação ou instituição pública, em não prover um serviço para uma determinada pessoa devido à sua cor, cultura ou origem étnica”. (FREITAS, 2021).

¹⁶ “Racismo estrutural é a discriminação racial sistemática presente nas estruturais sociais. Ou seja, é o racismo enraizado na sociedade, que acaba estando presente em todas as instâncias sociais, sejam institucionais, políticas ou econômicas”. (SIGNIFICADOS, 2023).

autora e muitas outras pessoas tenham passado por muitas situações preconceituosas, ainda existem pessoas que afirmam que preconceito não existe.

Acredita-se que estas são pessoas que nunca passaram por situações assim: de medo, de vergonha, de mágoa, então fica difícil a compreensão dos motivos pelos quais os pais negros sentem receio de deixar seus filhos irem para a escola e não terem o domínio das situações de relacionamento de seus filhos com os colegas. Grada Kilomba (2019, p. 51) faz um alerta importante para a escuta das vozes negras “[...] não é que nós não tenhamos falado, o fato é que nossas vozes, graças a um sistema racista, têm sido sistematicamente desqualificadas, consideradas conhecimento inválido [...]”.

Destaca-se que ser aluno negro/a envolve diversas inquietações em relação às rotinas em sala de aula, então, é preciso imaginar como se sente um aluno negro, que precisa falar com a professora e que não se sente seguro, pois sabe que na maioria das vezes em que vai atendê-lo é de maneira grosseira, fazendo com que este aluno se sinta constrangido perante seus colegas.

Tais reflexões apontam para o que Silvério (2010, p. 117) se refere “[...] o fracasso escolar das crianças negras resulta de uma trajetória escolar relacionada ao processo de subordinação de uma das marcas que as constitui, a raça. Consequentemente expõe seus desdobramentos a partir do processo de exclusão e negação dessas crianças no ambiente escolar”.

E, sabendo que isso irá acontecer, ele provavelmente deixará de perguntar algo sobre suas dúvidas em relação à aula por medo de passar vergonha e por consequência essa situação vai tornando este aluno cada vez mais tímido e possivelmente se isso se tornar recorrente, se a professora não mudar a sua maneira de realizar as aulas, ela deixará marcas nesse aluno para a sua vida toda.

Na infância, lembro-me de um colega que não queria participar das atividades, estava sempre quieto e a professora perguntava o porquê de ele estar assim e ele nunca respondia. O referido colega apresentava esse comportamento, pois os colegas riam dele, o chamavam de fedorento, o beliscavam e, mesmo assim, ele não reagia.

Quando a professora pedia para ele responder em voz alta alguma coisa o menino ‘travava’. Mesmo assim ele conversava comigo, só que bem pouco porque tinha muita vergonha. “[...] à medida que nos deparávamos com os constantes preconceitos, uma corrente oculta de tensão afetava nossa experiência de aprendizado” (bell hooks, 2017, p. 14).

A inferiorização dos negros no contexto escolar se destaca em pequenos gestos e reações em sala de aula: menor atenção e expressão de afeto por parte dos professores e exclusão desses alunos nas brincadeiras das crianças consideradas brancas.

Tais reflexões apontam para Silvério (2010, p. 117) outros efeitos: “[...] o fracasso escolar das crianças negras resulta de uma trajetória escolar relacionada ao processo de subordinação de uma das marcas que as constitui, a raça. [...] seus desdobramentos a partir do processo de exclusão e negação dessas crianças no ambiente escolar”.

Um fato importante que Gomes (2003, p. 171) discute em relação à importância que a escola representa para um aluno negro, pois “a escola pode ser considerada, então, como um dos espaços que interferem na construção da identidade negra”, pois é neste lugar que acontece as interações, de conhecimento sobre o outro e que, na maioria das vezes deixa marcas nos alunos, sejam elas boas ou ruins. É neste contexto que se pergunta: Quantos alunos negros deixaram de estudar por não aguentar se sentir oprimido, excluído, envergonhado, humilhado, indefeso no contexto da escola? Os índices apontam para um elevado número de negros não alfabetizados, ou ainda, que têm apenas o ensino fundamental incompleto.

Entende-se que estudar as práticas educativas numa perspectiva antirracista torna-se pertinente para os contextos e cotidianos escolares. Visto que o preconceito, a discriminação racial e o racismo precisam ser desnaturalizados. Refletir sobre a questão curricular se faz necessário, pois é o que normatiza a Educação num modo geral. São orientações para que as escolas consigam se organizar enquanto grupo, para que sejam adequadas as práticas escolares, mas infelizmente algumas vezes se torna difícil ter o controle total sobre a maneira como está sendo adotada pelos professores das escolas.

É compreensível que o currículo se constitua no dia-a-dia da escola com os atores sociais, agindo ativamente na construção do mesmo. Uma educação antirracista, prima pela diversidade, pelo respeito as diferenças e com isso não pode isentar-se do compromisso com os menos favorecidos pelo sistema capitalista, desumano, desigual e preconceituoso.

Educar de forma valorativa a cultura afrodescendente, pois essa educação vai além de uma obrigação curricular. Os silenciamentos e negações das culturas nos currículos, nos mostra o quanto é preciso estudar, teorizar as questões

paradigmáticas, em busca de uma educação sem qualquer tipo de discriminação em relação a comunidade escolar, ou seja, pais, alunos, professores e sociedade no geral.

Adentrar esse universo pouco explorado que é a questão curricular me faz refletir o quanto é difícil, pois estudar aquilo que nos é imposto e não debatido nos gera revolta, pois sinto como se estivesse obrigando a seguir uma teoria que difere dos meus pensamentos e atitudes. Talvez eu seja alguém querendo lutar com um tema que praticamente aparece em raras partes das propostas curriculares.

Pensar o racismo é sempre muito doloroso, inquietante, posso afirmar que a sensação é de indignação, é de pensar em como podem existir pessoas que pensam e agem dessa forma, e não vamos nos enganar, pensando que elas não sabem que cometem tal ato, pois sim, elas sabem e muitas vezes falam, fazem por prazer em causar dor, pois seu ódio ultrapassa qualquer limite da sanidade mental de qualquer ser.

Esse ódio está arraigado no olhar, nas atitudes, nos gestos, nas palavras maldosas, no momento que está falando e esperando o outro se manifestar, retrucar. Por que tudo isso, penso ser algo infinito, pois enquanto existir o racismo, os racistas não vão terminar. Racistas são odiosos, oportunistas, seres totalmente sem amor ao próximo, pessoas que pensam somente em si, em benfeitorias, no que lhe traz conforto, mesmo que para ter isso, tire a paz dos outros.

As políticas públicas antirracistas estão norteando muitas situações em relação à legalidade, mas sabemos que muitos casos acontecem e ficam impunes, porque para ser tratado como ato racista você precisa ter testemunhos do caso ocorrido. Esse caso, me incomoda, pois quantas vezes passamos por essa situação em momentos que estamos sozinhos, principalmente quando estamos na faixa etária da infância, a qual nos ofendem, nos oprimem e não sabemos nos defender. Passamos a entender que o racismo acontece nos momentos que menos esperamos, pois ele simplesmente se manifesta, pois está presente no caráter das pessoas, elas só falam o que tem em seu coração.

Segundo bell hooks, o amor é um ato muito marcante na vida da criança, mas a falta dele também. Infelizmente, dói pensar que terei que sempre dialogar sobre o assunto, com o intuito de defesa para aqueles que vem depois de mim, os meus familiares, os meus alunos, os quais trato com tanto afeto. Sonho em algum dia presenciar as pessoas vivendo, não apenas sobrevivendo, por que digo sobreviver?

Porque sabemos que a vida dos subalternizados é muito difícil, em relação a tudo, ao racismo, a fome, a pobreza.

Considera-se significativo, problematizar no ambiente escolar, sobre o silenciamento da negritude na educação, para isso acredita-se que quanto mais a figura preta estiver em evidência maior será a visibilidade. Seja através de texto, de livros didáticos, de imagens, da literatura em si, falar sobre representantes negros que ocupam espaços em lugares de destaque perante a sociedade brasileira.

Tem-se como exemplo no Brasil, no terceiro mandato do presidente eleito, Luiz Inácio Lula da Silva, pela primeira vez, no ano de 2023, tem-se quatro mulheres negras ocupando espaço e nos representando num lugar que é extrema importância, chamado Ministério de Estado. Estas mulheres exercem um potencial fortalecedor, desafiador, demonstrando que a mulher preta pode e deve ocupar os espaços que ela quiser, não é premiação e sim uma busca incessante por esse reconhecimento e valorização. Complementarmente, Pinheiro (2023, p. 84), argumenta que:

Pessoas negras não são obrigadas a falar sobre negritude na academia, mas a presença delas ali já gera um ambiente representativo e diverso- isso é importante e saudável para o desenvolvimento do pensamento. No meu caso, sou uma pesquisadora da educação científica que trabalha com a perspectiva das relações étnico-raciais. Logo, a minha presença naquele espaço extrapola a dimensão da mera representatividade.

Sendo assim, entende-se que quanto mais espaços forem ocupados por pessoas negras, maior visibilidade será alcançada. São os fios dessa conexão que faz com que tenhamos orgulho, por termos representantes no governo. As ministras de Estado, Anielle Franco (Ministra da Igualdade Racial), Luciana Santos (Ministra da Ciência, Tecnologia e Inovação), Margareth Menezes (Ministra da Cultura), Marina Silva (Ministra do Meio Ambiente e Mudança do Clima). Reforçando nossa luta pela democracia necessitamos de pessoas que levem a pauta de nossas lutas, em todas as instâncias do poder público.

Pensando no reconhecimento, competência e importância que estas mulheres representam, expõem-se logo abaixo no Quadro 5, para conhecimento de todos, as fotos e uma breve exposição sobre a vida das mesmas.

Quadro 5 - Representantes negras na política brasileira

**Anielle Franco**

Anielle Francisco da Silva (Rio de Janeiro, 3 de maio de 1984), é professora, jornalista e ativista brasileira, diretora do Instituto Marielle Franco, colunista do Ecoa UOL e ministra da Igualdade Racial do Brasil.

**Luciana Santos**

Luciana Barbosa de Oliveira Santos (Recife, 29 de dezembro de 1965), é uma engenheira e política brasileira, atual ministra da Ciência, Tecnologia e Inovação do Brasil. Anteriormente, foi vice-governadora do estado de Pernambuco, sendo a primeira mulher a ocupar o cargo. É filiada desde 1987 ao Partido Comunista do Brasil (PCdoB), partido do qual é a presidente nacional.

**Margareth Menezes**

Margareth Menezes da Purificação Costa (Salvador, 13 de outubro de 1962), é uma cantora, compositora e ex-atriz brasileira. Em 2023, tornou-se ministra da Cultura do Brasil no governo Lula. É ganhadora de dois troféus Caymmi, dois troféus Imprensa, quatro troféus Dodô e Osmar, além de ter sido indicada para o GRAMMY Awards e GRAMMY Latino. Contabiliza 21 turnês mundiais, e foi considerada pelo jornal Los Angeles Times como a "Aretha Franklin brasileira".

Quadro 5 - Representantes negras na política brasileira

**Marina Silva**

Maria Osmarina Marina da Silva Vaz de Lima (nascida Maria Osmarina da Silva; Rio Branco, 8 de fevereiro de 1958), mais conhecida por Marina Silva; é uma historiadora, professora, psicopedagoga, ambientalista e política brasileira, filiada à Rede Sustentabilidade (REDE) e atual ministra do Meio Ambiente e Mudança do Clima do Brasil, cargo que exerceu anteriormente entre 2003 e 2008. Foi senadora pelo Acre entre 1995 e 2011 e candidata à presidência da República nas eleições de 2010, 2014 e 2018, sendo a candidata que compareceu a mais debates televisionados, com o total de 21 participações.

Fonte: Wikipédia (2023)

Ao pesquisar sobre as representantes, tem-se um sentimento de pertencimento, pois apesar de tantas lutas contra o apagamento da negritude, elas transgrediram. Mas pontua-se, a admiração, não pelas dificuldades enfrentadas por elas, mas pela persistência nos objetivos e metas que traçaram para a vida. Considera-se que ninguém precisaria passar por dificuldades, se todos tivessem acesso de forma igualitária a todos os meios.

Levar para a escola o nome destas representantes, é fazer um estudo aprofundado sobre a trajetória do negro no meio político e o mais fascinante é que são representantes atuais. Uma história que dificilmente uma política de extermínio epistemológico aceitaria. Carneiro (2005, p. 97), nos relata que:

“O epistemicídio é, para além da anulação e desqualificação do conhecimento dos povos subjugados, um processo persistente de produção da indigência cultural: pela negação ao acesso à educação, sobretudo de qualidade; pela produção da inferiorização intelectual; pelos diferentes mecanismos de deslegitimação do negro como portador e produtor de conhecimento e de

rebaixamento da capacidade cognitiva pela carência material e/ou pelo comprometimento da autoestima pelos processos de discriminação correntes no processo educativo. Por isso, o epistemicídio fere de morte a racionalidade do subjugado ou a sequestra, mutila a capacidade de aprender”.

Esta autora se apropriou do termo para conseguir compreender o racismo estrutural existente no Brasil. Em sua tese de doutorado denominada: “A construção do Outro como Não-ser como fundamento do Ser” (2005), Sueli Carneiro aborda a questão do biopoder, que foi um conceito criado pelo filósofo Michel Foucault. Nesta perspectiva, Sueli Carneiro (2005), almeja refletir sobre a perseguição aos corpos negros na sociedade.

8 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Tendo em vista, a necessidade e relevância da temática retratada, não se pretende terminar por aqui o assunto, porém ampliá-lo a partir da interpretação dada ao problema de pesquisa intitulado: Como as políticas curriculares podem promover mudanças nos sistemas de ensino por meio de práticas pedagógicas baseadas num currículo antirracista? Buscou-se respostas através do auxílio dos objetivos específicos, que tinham como proposta as seguintes considerações:

- Identificar políticas curriculares antirracistas direcionadas ao currículo da escola pública.
- Compreender as perspectivas teóricas construídas a respeito da educação antirracista.
- Analisar materiais de formação docente sobre políticas curriculares antirracistas para professores da Educação Básica.
- Refletir sobre as propostas pedagógicas transgressoras na construção de uma educação antirracista.

A partir das leituras complementares ao tema abordado, pode-se dizer que as Políticas Curriculares ainda perpassam por um longo período de aperfeiçoamento para atingir integralmente a temática antirracista, e sabe-se que política é um caminho a ser trilhado, pois não se muda uma lei de uma hora para outra.

Construir um caminho legislativo que aborde as políticas de currículo de maneira mais destacada, envolvendo ainda mais as questões étnico-raciais, será de grande valia para o enriquecimento intelectual dos alunos. Percebe-se que mesmo tendo algumas passagens das políticas curriculares que abordam a temática da pesquisa, ainda se encontra docentes que se negam a trabalhar em sala de aula, o que é abordado na legislação. Então, acredita-se que estar na lei não será garantia para que seja trabalhado no contexto escolar, por isso é necessário ter uma maior ênfase na divulgação e problematização do que dizem as leis.

Essas inquietações foram analisadas por meio da pesquisa com abordagem qualitativa, tipo estudo de caso. Para tanto foi-se utilizada a pesquisa bibliográfica e documental para auxiliar no entendimento dos dados encontrados, através dos documentos normativos. Uma análise das dissertações e teses ajudaram no caminho que seria seguido para o desenvolvimento da dissertação, optando-se pela pesquisa

no site da Biblioteca Digital Brasileira de teses e dissertações, fazendo um recorte cronológico de 2017 à 2022.

Com o intuito de apresentar algumas respostas ao questionamento inicial: “Como as políticas curriculares podem promover mudanças nos sistemas de ensino por meio de práticas pedagógicas baseadas num currículo antirracista?”. Analisou-se que as políticas curriculares apresentam o embasamento para que sejam trabalhados os diferentes temas, contudo percebe-se que quando são aliadas as questões antirracistas os temas ficam um pouco vagos, pois acredita-se que não se pode apenas reconhecer que o privilégio existe e não ter de fato uma postura antirracista.

Necessita-se de pessoas negras que transgridam as barreiras referente a sua postura frente a sociedade, os negros precisam ser orientados igualmente por pessoas negras. Nota-se que sempre quem fala de negro nem sempre é o próprio negro. São necessários ensinamentos e aprendizagens por pessoas que também passam pela mesma situação. É essencial ouvir teorias, palestras de quem tem apropriação do assunto. Onde estão os negros intelectuais, os raros doutores formados por diversas Universidades brasileiras? Estes, que deveriam estar lá amparando, ajudando na construção e desenvolvimento das leis afro. Para que tais aspectos sejam contemplados, Pinheiro (2023, p. 125), afirma que “é importante viver a diversidade em todas as instâncias da vida, entendendo que é só convivendo com a pluralidade que efetivamente cresceremos com ela”.

Precisa-se sentir na pele, ou seja, ter noção do que realmente é o racismo e a sensação de impotência ao passar por ele, para saber como as cobranças das legislações devem estar articuladas, almejando a igualdade racial. Sabe-se que a Educação Antirracista teve alguns avanços, a partir das participações de professores empenhados em concretizar o que preconizam as leis.

Pensando no viés de que a Educação pode mudar a sociedade e o mundo, preocupasse em superar os obstáculos, transgredindo o que é imposto de maneira racista e preconceituosa. A transgressão na Educação Básica acontece no momento que os professores e alunos se posicionam para problematizar situações de racismo que perpassam os muros da escola e muitas vezes são esquecidas, assim é nesse “[...] espaço escolar que se abre às múltiplas formas de existir no mundo e as celebra e cresce com elas” (PINHEIRO, 2023. p. 127).

A transgressão fortalece os alunos ao se verem representados nas falas de professoras, nos exemplos que são usados por eles, nas leituras que são passadas, na historinha infantil que tem como protagonista uma criança negra.

A transgressão acontece quando a gestão escolar investe em formação pedagógica para sua equipe de professoras estudarem e se atualizarem.

A transgressão acontece quando um palestrante negro vai até a escola para falar do que tem propriedade.

A transgressão acontece quando a equipe escolar se empenha para aprender o que é letramento racial e o que são expressões racistas.

A transgressão acontece quando uma escola entende que no dia da fantasia uma funcionária não pode se vestir de roupa preta e colocar uma peruca descabelada, desorganizada e se intitular a nega maluca. Isso é um afronte, pois ser negra não é fantasia, peruca desarrumada não é o cabelo do negro, ficar falando sensualizando com a fantasia, leva ao estereótipo que toda mulher negra é vista de tal forma, ou seja, sexualizada. Esta fala partiu de situações vivenciadas dentro do ambiente escolar e eu não ter força nem suporte emocional para argumentar sobre tal situação, porque com certeza eu seria vista com maldade e posteriormente causaria desafetos em escolas.

Estudar as políticas curriculares me proporcionou momentos de confronto comigo mesma, pois enxergar o racismo em diversas situações me fez pensar que se eu for falar com quem não tem o mínimo de conhecimento sobre o assunto acabaria causando atritos. Acredito que se todos tivessem um pouco de entendimento histórico e social muitas situações poderiam ser diferentes. Pois me senti angustiada, entristecida por presenciar estas situações. Por outro lado penso que não posso me cobrar tanto, visto que se a pessoa não sabe, não admite aprender, não cabe a mim obrigar. Também foi possível compreender que as políticas curriculares antirracistas passaram por diversas fases e atualmente acabam seguindo os norteadores para a educação. Convém nesse caso sinalizar que existem muitas publicações referentes ao racismo, a quem interessar, cabe a pesquisa e assim adquire-se uma boa bagagem de estudos e leituras.

9 PRODUTO EDUCACIONAL

O Mestrado Profissional faz parte do Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas em Gestão Educacional da Universidade Federal de Santa Maria, tendo um diferencial a nível *stricto sensu*, e tem como propósito englobar a relação da teoria do estudo, a prática profissional na sociedade. E para isso é estabelecido para os acadêmicos do curso, além da escrita da dissertação, construir um produto educacional que fará diferença no lugar, na instituição, em que a pesquisa foi realizada e que possivelmente acrescentará em conhecimentos a todos os envolvidos. Percebe-se a definição dos seus objetivos descritos na Portaria Normativa N° 17 da Capes, de 28 de dezembro de 2009, no Art.4°:

I- capacitar profissionais qualificados para o exercício da prática profissional avançada e transformadora de procedimentos, visando atender demandas sociais, organizacionais ou profissionais e do mercado de trabalho; II - transferir conhecimento para a sociedade, atendendo demandas específicas e de arranjos produtivos com vistas ao desenvolvimento nacional, regional ou local; III- promover a articulação integrada da formação profissional com entidades de mandantes de naturezas diversas, visando melhorar a eficácia e a eficiência das organizações públicas e privadas por meio da solução de problemas e geração e aplicação de processos de inovação apropriados; IV - contribuir para agregar competitividade e aumentar a produtividade em empresas, organizações públicas e privadas.

Também contextualiza-se a proposta do curso de Mestrado Profissional em Políticas Públicas da UFSM em que descreve:

O curso se insere na área da Educação e tem como área de concentração as Políticas Públicas e a Gestão Educacional. Tem como objetivo prioritário qualificar a formação dos profissionais da educação básica para a atuação em processos de gestão das redes/sistemas e contextos educativos das instituições de ensino, considerando a articulação das políticas públicas para a educação básica e educação superior. (PPP Mestrado Profissional em Políticas Pública e Gestão Educacional, p. 14, 2015).

Para conhecer um pouco o Programa de pós-graduação é importante refletir sobre a linha de pesquisa que esse trabalho está vinculado, ou seja, a linha LP1- Políticas e Gestão da Educação Básica, e atende a seguinte descrição:

Nesta linha desenvolvem-se pesquisas aplicadas e projetos de intervenção no contexto social, econômico, das políticas públicas educacionais mais amplo, no qual as Redes de Ensino, os Sistemas Educacionais e contextos educacionais governamentais e não governamentais estão inseridos. Tem como foco principal a formação qualificada de gestores, para o exercício da

prática profissional inovadora, proativa, reflexiva, contextualizada, competente, democrática, participativa e compartilhada, frente as demandas dos aspectos administrativos, financeiros e pedagógicos. Para isso, a linha propõe o estudo e a investigação-ação sob a perspectiva dos seguintes temas: políticas educacionais; planejamento e estratégias de gestão na educação básica; gestão estratégica de programas, projetos e planos institucionais; qualidade da avaliação das redes/sistemas e contextos educacionais; articulação da cultura organizacional (administrativa, financeira e pedagógica) e; formação e desenvolvimento profissional. (PPP Mestrado Profissional em Políticas Pública e Gestão Educacional, p. 22, 2015).

Dessa forma, buscando atender a linha de pesquisa do programa, leva-se em conta o âmbito educacional, a formação profissional muitas vezes mostra-se precária, com *déficit* de conhecimento para alguns professores, principalmente na área da pesquisa que aqui se propõe a estudar. Nesse sentido, muitos educadores acabam se sobrecarregando com a carga horária de trabalho e o tempo fica escasso para o aprimoramento aos temas que ainda estão em defasagem em relação a ser prioridade no currículo da escola. Mesmo o tema estando obrigatório na lei passa “batido” por muitos educadores, que pode ser por falta de tempo para pesquisa ou falta de interesse por parte do discente. Sabe-se dessa dificuldade encontrada pelos discentes, por isso o objetivo geral do Programa de Pós-Graduação se faz importante:

Promover formação continuada aos profissionais da educação, no sentido de qualificar a sua atuação em processos de gestão administrativa, financeira e pedagógica das redes/sistemas e contextos educativos, considerando as políticas públicas da educação em inter-relações com os desafios educacionais da contemporaneidade. (PPP Mestrado Profissional em Políticas Pública e Gestão Educacional, p. 23, 2015).

Pensando nessa dificuldade em encontrar as informações de modo mais rápido e acessível a todos propõe-se como produto educacional a criação de um *Ebook* online. Organizado de maneira em que qualquer professor que tiver interesse em pesquisar sobre o tema, terá acesso facilitado para encontrar, pois será organizado em um arquivo em PDF, contendo os links das Políticas Públicas e Educacionais, também terá o link das Políticas Curriculares Antirracistas.

No *Ebook* também terão imagens para que fique um material mais atrativo, terá um resumo sobre o assunto que estará em cada link. Assim os discentes poderão saber do que trata-se cada link e poderão clicar para aprofundar o conhecimento e atualizar e melhorar as suas práticas em sala de aula e principalmente cumprir o que está prescrito em lei e dar o direito ao aluno em aprender sobre a temática.

Com o intuito de facilitar o acesso rápido aos professores este *ebook* será disponibilizado na sala virtual da coordenação da escola, onde todos os professores da escola têm acesso, assim quando precisarem estará disponível para consulta. Sabe-se que o produto educacional não é “milagroso”, todavia objetiva nortear e estimular o manuseio de novos materiais para aprimoramento das aulas.

REFERÊNCIAS

ANDRADE, M. M. **Introdução à metodologia do trabalho científico: elaboração de trabalhos na graduação**. São Paulo, SP: Atlas, 2010.

ARROYO, M. G. **Currículo, Território em Disputa**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2011.

BARREIRO, A.; FARIA, A. L. G. Descolonizando nossos pensamentos: por uma pedagogia descolonizada para a educação infantil. *In*: CANCIAN, V. A.; GALLINA, S. F. S.; WESCHENFELDER; N. V. **Pedagogia das infâncias, crianças e docências na educação infantil**. Centro de Educação; Unidade de Educação infantil Ipê Amarelo; Brasília: Ministério da Educação; Secretaria da Educação Básica, 2016.

BELL HOOKS. **Ensinando a transgredir: a educação como prática da liberdade**. São Paulo: Martins Fontes, 2017.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília DF: Senado Federal, 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/-constituicaocompilado.htm. Acesso em: 16 fev. 2022.

BRASIL. Lei 10.639 de 09 de janeiro de 2003. **Parecer nº CNE/CP 003/2004**. Diretrizes Curriculares Nacionais para a educação das Relações Étnico-Raciais e para o ensino de história e Cultura Afro-Brasileira e Africana. Edição Federal, Brasília, 2004.

BRASIL. **Lei nº 9.394**, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília, DF: Presidência da República, 1996. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm. Acesso em: 09 ago. 2021.

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular (BNCC)**. Educação é a Base. Brasília, DF: MEC/CONSED/UNDIME, 2017. Disponível em: <http://basenacionalcomum.mec.gov.br/>. Acesso em: 11 set. 2022.

BRASIL. Ministério da Educação. **Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Quilombola**, Brasília, DF.MEC, 2012. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/programa-mais-educacao/323-secretarias-112877938/orgaos-vinculados-82187207/18694-educacao-quilombola-sp-1000400393#:~:text=Resolu%C3%A7%C3%A3o%20CNE%2FCEB%20n%C2%BA%208%2C%20de%2020%20de%20novembro,para%20a%20garantia%20da%20Qualidade%20das%20Escolas%20Quilombolas>. Acessado em: 03 ago. 2023.

BRASIL. Ministério da Justiça e Segurança Pública. **O Plano Plurianual – PPA**. 2022. Disponível em: <https://www.gov.br/mj/pt-br/aceso-a-informacao/governanca/PPA>. Acesso em: 12 jul. 2023.

BRASIL. Tribunal Superior Eleitoral (TSE). **Expressões racistas: como evitá-las** [recurso eletrônico]. Dados eletrônicos (107 páginas). Brasília: Tribunal Superior Eleitoral, 2022. Disponível em: <https://bibliotecadigital.tse.jus.br/xmlui/handle/bdtse/11048>. Acesso em: 17 set. 2023.

- CARNEIRO, S. **A construção do outro como não ser como fundamento do ser.** 339f. Tese (Doutorado) – Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2005.
- CERQUEIRA, H. **Alisamento do cabelo:** o que é, tipos e cuidados. 2020. Disponível em: <https://www.minhavida.com.br/materias/materia-20861>. Acesso em: 20 out. 2023.
- FANON, F. **Pele negra, máscaras brancas.** Tradução de Adriano Caldas. Rio de Janeiro: Fator, 1983.
- FERREIRA, C. R. da S. **A implementação do ensino de História e Cultura afro-brasileira e Africana na Escola:** um estudo de caso com professoras dos anos iniciais do ensino fundamental do município de Santa Maria. 2010. Monografia (Trabalho de conclusão de curso) – Curso Pedagogia. Santa Maria: UFSM/CE, 2010. 57f.
- FREIRE, L. L. Organização escolar e gestão participativa: contribuições da formação continuada do professor. **Imperatriz-MA**, v.1, n.2, 2009.
- FREITAS, C. **O que é racismo institucional e como podemos combatê-lo?** 2021. Disponível em: <https://www.uol.com.br/ecoa/ultimas-noticias/2021/11/15/o-que-e-racismo-institucional-e-como-podemos-combate-lo.htm#:~:text=O%20que%20%C3%A9%20racismo%20institucional%3F%20Racismo%20institucional%20%C3%A9,devido%20%C3%A0%20sua%20cor%2C%20cultura%20ou%20origem%20%C3%A9tnica>. Acesso em: 20 set. 2023.
- GIL, Antônio Carlos. **Métodos e Técnicas de Pesquisa Social.** 6 ed. São Paulo: Atlas, 2008.
- GOMES, L. N. Cultura negra e educação. **Revista Brasileira de Educação**, nº 23, maio-agosto, p. 75-85. 2003b.
- GOMES, L. N. Educação, identidade negra e formação de professores/as: um olhar sobre o corpo negro e o cabelo crespo. **Educação e pesquisa**, nº 1, jan-jun, p.167-182, 2003a.
- GOMES, L. N. Movimento Negro e Educação: resignificando e politizando a raça, *Educ. Soc, Campinas*, v. 33, n. 12, jul-set, p.727-744, 2012.
- GOMES, L. N. **Sem perder a Raiz:** Corpo e cabelo como símbolo da identidade negra. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2019.
- GOMES, Nilma Lino. **Corpo e cabelo como símbolos da identidade negra**, 2010.
- GOMES, Nilma Lino. Trajetórias escolares, corpo negro e cabelo crespo: reprodução de estereótipos ou resignificação cultural? Rio de Janeiro, **Revista Brasileira de Educação**, 2002.

GUIMARÃES, A. S. **Racismo e anti-racismo no Brasil**. São Paulo: Fundação de Apoio à Universidade de São Paulo. Ed. 34. 1999.

INEP. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. **Sistema de Avaliação da Educação Básica (SAEB)**. Disponível em: <https://www.gov.br/inep/pt-br/areas-de-atuacao/avaliacao-e-exames-educacionais/saeb>. Acesso em: 20 jul. 2023.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Panorama Santa Maria**. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/rs/santamaria/panorama>. Acesso em: 23 nov. 2022.

KILOMBA, G. **Memórias da plantação**: episódios de racismo cotidiano. Rio de Janeiro: Cobogó, 2019.

LEÃO, D. O. de. **Organização Curricular: saberes, políticas e perspectivas**. 1.ed.Santa Maria, RS. Ed. UFSM, 2023.

LEÃO, D. O. de. Políticas Curriculares para os anos iniciais do ensino fundamental: repercussões na formação de professores participantes do PNAIC. *In*: ALVES, A. M. M.; OLIVEIRA, C. T. de; FERREIRA, C. R. G. (Org.). **Desafios da gestão da formação docente no âmbito do Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa** PNAIC (2013-2108). Porto Alegre: Evangraf, 2019. 252 f. il. (Coleção PNAIC-UFPEl; v. 6). p. 261-287.

LIBÂNIO, José Carlos; OLIVEIRA, João Ferreira de; TOSCHI, Mirza Seabra. **Educação Escolar: políticas, estrutura e organização**. 10. ed. São Paulo: Cortez, 2012.

LIBRARY. **As políticas educacionais do governo Lula**. Disponível em: <https://1library.org/article/as-pol%C3%ADticas-educacionais-do-governo-lula.q739deoy#:~:text=%E2%80%9CUma%20escola%20do%20tamanho%20do%20Brasil%E2%80%9D%2C%20documento%20apresentado,e%20a%20eleva%C3%A7%C3%A3o%20de%20seus%20n%C3%ADveis%20de%20qualidade>. Acesso em: 12 ago. 2023.

LUDKE, M.; ANDRÉ, M. E. D. A. **Pesquisa em educação**: abordagens qualitativas I. São Paulo: EPU, 1986.

METRÓPOLES. **Propostas para a educação**: O que já foi feito pelo governo Bolsonaro? 2019. Disponível em: <https://www.metropoles.com/brasil/propostas-para-a-educacao-o-que-ja-foi-feito-pelo-governo-bolsonaro>. Acesso em: 04 ago. 2023.

MINAYO, M. C. S. **O desafio do conhecimento**: Pesquisa Qualitativa em Saúde. 12. ed. São Paulo: Hucitec-Abrasco, 2010.

MOREIRA; Antonio Flavio Barbosa; CANDAU, Vera Maria. **Currículo, Conhecimento e Cultura**, 2008.

- MOREIRA; Antonio Flavio Barbosa; CANDAU, Vera Maria. **Indagações sobre o currículo: currículo, conhecimento e cultura**. Organização do documento: Jeanete Beauchamp, Sandra Denise Pagel, Aricélia Ribeiro do Nascimento. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica, 2008.
- MOROSINI, M. C. Estado de conhecimento e questões do campo científico. **Revista Educação**. Santa Maria, v. 40, n. 1, p. 101-116, jan./abr. 2015. Disponível em: <https://periodi-cos.ufsm.br/reeducacao/article/view/15822>. Acesso em: 17 abr. 2022.
- PETRONILHA, B. G. S. Africanidades: Esclarecendo significados e definições. Porto Alegre. **Revista do Professor**, 2003.
- PINHEIRO, Bárbara Carine Soares. **Como ser um Educador Antirracista**. São Paulo: Planeta do Brasil, 2023.
- PINOTTI, T. **7 estereótipos racistas que devemos parar de reproduzir**. 2020. Disponível em: <https://universo.salonline.com.br/estereotipos-racistas-que-devemos-para-de-usar/>. Acesso em: 15 out. 2023.
- REI, C. **Cabelo Black Power: tudo sobre o símbolo e como cuidar!** 2021. Disponível em: <https://blog.chicorei.com/cabelo-black-power-tudo-sobre-o-simbolo/>. Acesso em: 28 out. 2023.
- RIBEIRO, D. **Pequeno Manual Antirracista**. São Paulo: SCHWARCZ S.A, 2019.
- ROCHA, C. **O empoderamento também está no lápis cor de pele**. 2016. Disponível em: <https://papodehomem.com.br/o-empoderamento-tambem-esta-no-lapis-cor-de-pele>. Acesso em: 20 maio 2023.
- RODRIGUES, Marta Maria Assumpção. **Políticas Públicas**. São Paulo: Publifolha, 2010.
- SACRISTÁN, J. G. **O aluno como invenção**. Porto Alegre: Artmed, 2005.
- SACRISTÁN, José Gimeno. **O currículo: uma reflexão sobre a prática**. Trad. Ernani F. da Fonseca Rosa. 3. ed. Porto Alegre: Artmed, 2000.
- SANTOS, F. S. dos. **Gestão e racismo: como enfrentar a dialética do preconceito?** Monografia (Especialização) – Programa de Pós-graduação em Educação. Santa Maria: UFSM/CE, 2006.
- SIGNIFICADOS. **Racismo estrutural: Conceito, exemplos e como é no Brasil**. Disponível em: <https://www.significados.com.br/racismo-estrutural/>. Acesso em: 15 ago. 2023.
- SILVA, Tomaz Tadeu da. **Documentos de identidade: uma introdução às teorias do currículo**. 3. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2011.
- SILVÉRIO, V. R. *et al.* (Org.) O cotidiano e o futuro da educação brasileira. *In*: MISKOLCI, R. **Marcas da diferença no ensino escolar**. São Carlos, Edufsc. 2010, p. 145-155.

SILVÉRIO, V. R. *et al.* (Org.) O processo de construção e reconhecimento das diferenças étnico-raciais. *In*: MISKOLCI, R. **Marcas da diferença no ensino escolar**. São Carlos, EdufsCar. 2010, p. 132-144.

UFSM. **Programa de Disciplina de Graduação: Políticas e Diversidade Cultural**. Santa Maria: UFSM, 2019. Disponível em: <https://portal.ufsm.br/documentos/download.html;jsessionid=b9ba4982cd94556378aac581f622?action=componente&download=false&id=148739>. Acesso em: 10 maio. 2022.

UFSM. **Projeto pedagógico do curso Mestrado Profissional em Políticas Públicas e Gestão Educacional**. Santa Maria: UFSM, 2015. Disponível em: http://w3.ufsm.br/pppg/wp-content/uploads/2016/03/PPC_MESTRADO-PROFISSIONAL_2015.pdf . Acesso em: 10 jan. 2023.

UNIAFRO. Política de Promoção da Igualdade Racial na Escola. **Nossa história**. Disponível em: https://www.ufrgs.br/uniafro/nossahistoria_giz. Acesso em: 25 fev. 2023.

VIEIRA, Sofia Lerche. Política(s) e Gestão da Educação Básica: revisitando conceitos simples. **Revista Brasileira de Política e Administração da Educação**, [S. l.], v.23, n.1, p. 53-69, jan./abr. 2007. Disponível em: <https://doi.org/10.21573/vol23n12007.19013>. Acesso em: 10 maio. 2022.

WIKIPÉDIA, A enciclopédia livre. **Transição capilar**. 2023. Disponível em: https://pt.wikipedia.org/wiki/Transi%C3%A7%C3%A3o_capilar. Acesso em: 28 out. 2023.

WIKIPÉDIA. A enciclopédia livre. 2023. Disponível em: https://pt.wikipedia.org/wiki/Wikip%C3%A9dia:P%C3%A1gina_principal. Acesso em: 17 set. 2023.

YIN, R. K. **Estudo de caso**: planejamento e métodos. Trad. Daniel Grassi. 2.ed. Porto Alegre: Bookman, 2001.

APÊNDICE A – PRODUTO DA DISSERTAÇÃO

GULA DE APOIO (IN)FORMATIVO SOBRE POLÍTICAS CURRICULARES E EDUCAÇÃO ANTIRRACISTA



PÚBLICO ALVO: PROFESSORES

**Fabiane Soares dos Santos Fagundes
Mestranda**

**Débora Ortiz de Leão
Orientadora**

INFORMAÇÕES SOBRE AS AUTORAS:



Débora Ortiz de Leão **Orientadora**

Professora da UFSM, no curso de Licenciatura em Pedagogia e no Programa de Pós-graduação em Políticas Públicas e Gestão Educacional, no Centro de Educação.

Na graduação, tem ministrado as disciplinas de Organização Curricular, Políticas e Diversidade Cultural, e Políticas Públicas e Gestão Educacional.

Na pós-graduação dedica-se a pesquisas com foco em políticas curriculares e formação de professores.



Fabiane Soares dos Santos **Fagundes** **Mestranda**

Professora dos Anos Iniciais, atuando, atualmente numa turma de 1º ano do Ensino Fundamental, na rede Estadual do Rio Grande do Sul. Professora de Educação Especial, atuando no Atendimento Educacional Especializado, na rede municipal de Santa Maria/RS.

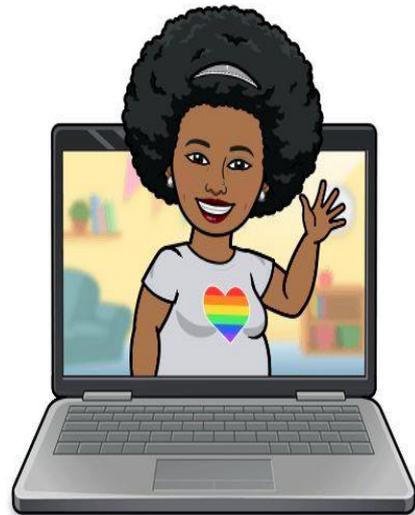
DESCRIÇÃO TÉCNICA:

Título: Guia de apoio (in) formativo sobre Políticas Curriculares e Educação Antirracista

Demanda: Auxiliar os professores a localizar com facilidade os documentos necessários para estudar e trabalhar em sala de aula as Políticas Curriculares e a abordagem Antirracista.

Autoras: Fabiane Soares dos Santos Fagundes (autora) e Débora Ortiz de Leão (Orientadora).

Público alvo: Professores em geral



SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	05
	06
2 OBJETIVO.....	
3 APRESENTAÇÃO	07
4. SUGESTÕES DE ESCRITORES NEGROS	10
5. SUGESTÃO DE SITES DE BUSCA.....	13
6. SUGESTÕES DE LIVROS TEÓRICOS.....	15
7. SUGESTÕES DE LITERATURA INFANTIL AFRO.....	18
8. SUGESTÕES DE FILME	21
9. EXPRESSÕES RACISTAS.....	22
10. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	26
11. REFERÊNCIAS.....	27



INTRODUÇÃO



Este Guia (In)formativo, almeja auxiliar aos professores que tenham o interesse ao estudar o tema Políticas Curriculares e Educação Antirracista no ambiente escolar.

Para isto, foi desenvolvido este guia (in) formativo, o qual dispõe de várias sugestões de materiais que darão um subsídio para o professor referente à temática anteriormente citada. O Guia (in) formativo é formado pelas seguintes seções:

- Objetivo
- Apresentação
- Sugestões de escritores negros
- Sugestão de sites de busca
- Sugestões de livros teóricos
- Sugestões de literatura infantil
- Sugestões de filmes
- Expressões racistas
- Considerações finais



OBJETIVO

Informar e orientar os professores sobre onde encontrar diversos materiais ricos em conhecimento que podem auxiliá-los a aderir a uma Educação Antirracista.

APRESENTAÇÃO

Caro(a) educador(a), que alegria ter você aqui!

Sabemos o quanto precisamos estar atualizados em relação a nossa prática docente. Esperamos que consigam enriquecer seus conhecimentos através deste material, pois muito se cobra sobre as formações organizadas pelas mantenedoras, pois às vezes não é abordado o tema escolhido por você. Por isso entendemos que a nossa pesquisa, a nossa atualização enquanto educador, precisa ser diferenciada voltada para o nosso interesse.

Pensando nisso, preparamos este material com algumas informações que você pode encontrar de



maneira rápida, os materiais relacionados ao tema Políticas Curriculares e Educação Antirracista. Logo abaixo, sugerimos caminhos, mas você escolhe como vai trilhar.

Com este Guia (In)Formativo, iniciamos a delinear um itinerário, que almeja o diálogo e possíveis descobertas sobre essa temática que ainda é percebida com dificuldades por

muitos professores, causando muitas vezes preocupação e insegurança. Os caminhos são diferentes, mas a busca pelo conhecimento e entendimento pode levar cada vez mais longe.

Sintam-se convidados a entender um pouquinho sobre a origem deste trabalho, como surgiu a ideia e por quê! Vamos lá!

O Mestrado Profissional faz parte do Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas em Gestão Educacional da Universidade Federal de Santa Maria, tendo um diferencial a nível *stricto sensu*, pois tem como propósito englobar a relação da teoria do estudo, a prática profissional na sociedade. E para isso é proposto para os acadêmicos do curso, além da escrita da dissertação, construir um produto educacional que fará diferença no lugar, na instituição, a qual a pesquisa foi realizada e que possivelmente acrescentará em conhecimentos a todos os envolvidos.

Dessa forma, buscando atender a linha de pesquisa do programa, acredita-se que no âmbito educacional, a formação profissional muitas vezes mostra-se escassa de conhecimentos específicos sobre a temática.

Acredita-se que muitos educadores acabam se sobrecarregando com a carga horária de trabalho e o tempo fica escasso para o aprimoramento aos temas que ainda estão em defasagem em relação a ser prioridade no currículo da escola. Sabe-se dessa dificuldade encontrada pelos discentes, por isso o objetivo geral Programa de Pós-Graduação se faz importante,

Promover formação continuada aos profissionais da educação, no sentido de qualificar a sua atuação em processos de gestão administrativa, financeira e pedagógica das redes/sistemas e contextos educativos, considerando as políticas públicas da educação em inter-relações com os desafios educacionais da contemporaneidade. (PPP Mestrado Profissional em Políticas Pública e Gestão Educacional, p. 23, 2015).

Pensando nessa dificuldade em encontrar as informações de modo, mais rápido e acessível a todos, propõem-se como produto educacional a criação de um *Guia (in) formativo*, organizado de maneira em que qualquer professor que tiver interesse em pesquisar sobre o tema, terá acesso facilitado para encontrar.

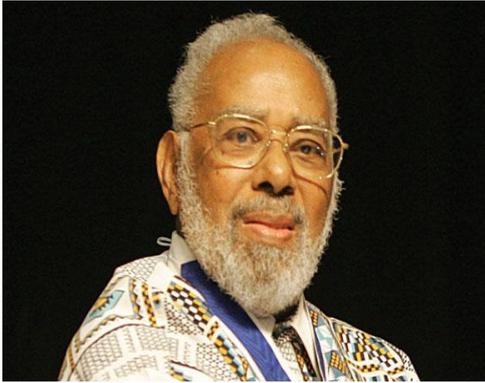
SUGESTÕES DE INTELECTUAIS NEGROS



Durante muito tempo não se encontrava muitas referências de autores negros, que tivessem publicações de livros. Contudo, atualmente, temos diversas literaturas que são voltadas para a temática racial.

Este tema exige muitas leituras, pesquisas e informações, pois nunca se sabe tudo. Atualizar-se é essencial. Partindo desta perspectiva, apresenta-se logo abaixo, a imagem e nome de autores negros consagrados, por sua literatura rica em conhecimento, cultura e diversidade. Tais autores ocupam posições de destaque nas buscas em *sites* e livrarias.

Aproveite! E encante-se com tanta cultura e conhecimento partilhado por eles.



Abdias do Nascimento



bell hooks



Carolina Maria de Jesus



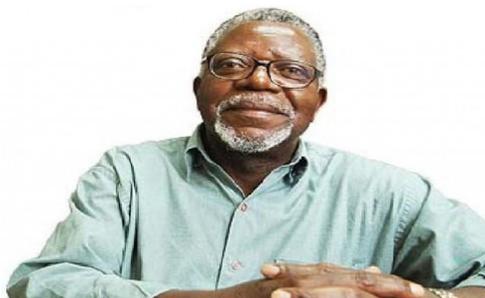
Chimamanda Adichie



Frantz Fanon



Grada Kilomba



Kabengele Munanga



Nilma Lino Gomes

Lélia Gonzales



Conceição Evaristo



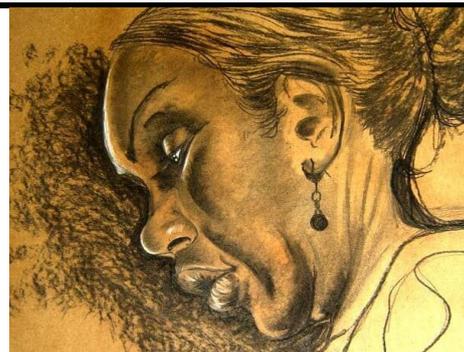
Djamila Ribeiro



Sueli Carneiro



Angela Davis



Maria Firmina dos Reis



SUGESTÕES DE SITES DE BUSCA

Pensando na busca pelo conhecimento e atualizações, logo abaixo, temos a disponibilidade de sites em que os professores poderão encontrar informações sobre as Políticas Públicas Educacionais e as Políticas Curriculares.

- 1- Constituição da República Federativa do Brasil de 1988:
https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm
- 2- Lei de diretrizes e bases da educação:
http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9394.htm
- 3- Plano Nacional de Educação:
http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2014/Lei/L13005.htm
- 4- Base Nacional Comum Curricular
<http://basenacionalcomum.mec.gov.br/>
- 5- LEI No 10.639, DE 9 DE JANEIRO DE 2003
https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/2003/L10.639.htm
- 6- Diretrizes Curriculares a Educação das Relações Étnico-raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana

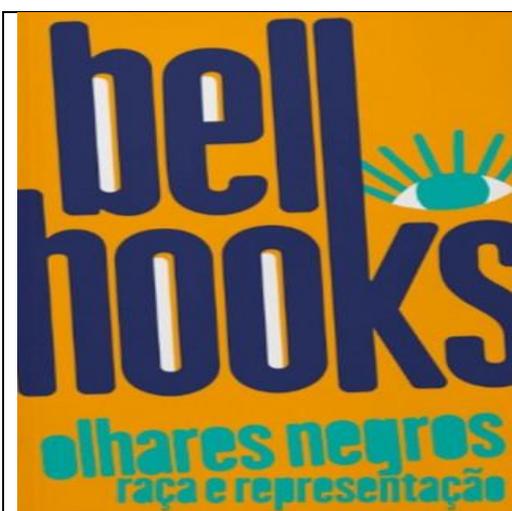
<https://www.gov.br/inep/pt-br/centrais-de-conteudo/acervo-linha-editorial/publicacoes-diversas/temas-interdisciplinares/diretrizes-curriculares-nacionais-para-a-educacao-das-relacoes-etnico-raciais-e-para-o-ensino-de-historia-e-cultura-afro-brasileira-e-africana>

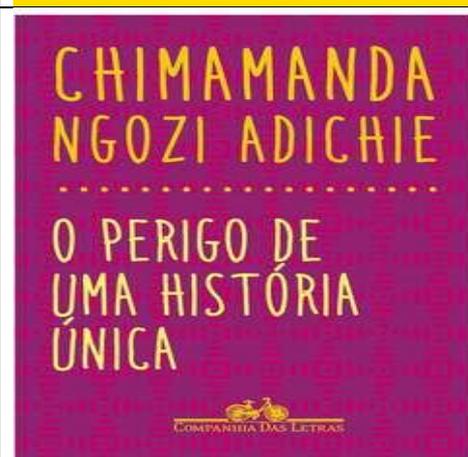
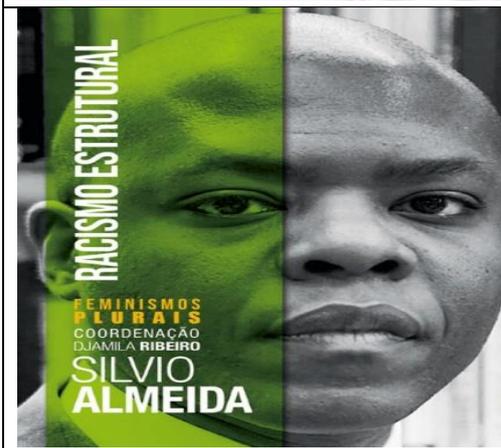
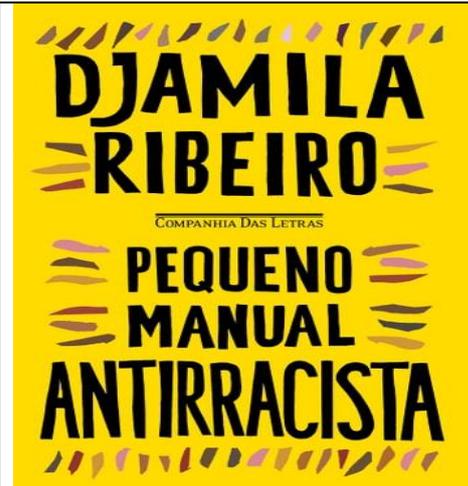
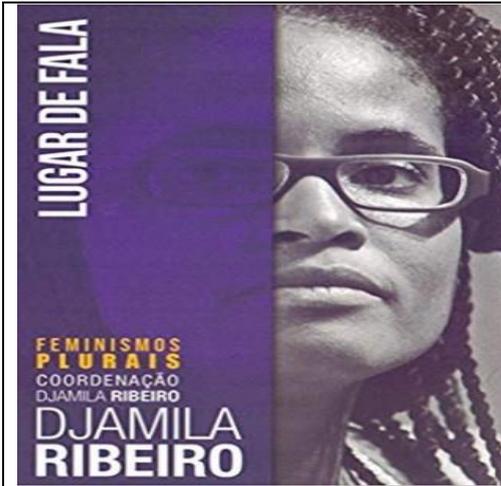
- 7- Diretrizes Curriculares para a Educação Escolar Quilombola:**
https://www.gov.br/mec/pt-br/media/etnico_racial/pdf/diretrizes_curric_educ_quilombola.pdf
- 8- Orientações e Ações para a Educação das Relações Étnico-Raciais:**
http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/orientacoes_etnicoraciais.pdf
- 9- Estatuto da Igualdade Racial:**
https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2010/Lei/L12288.htm

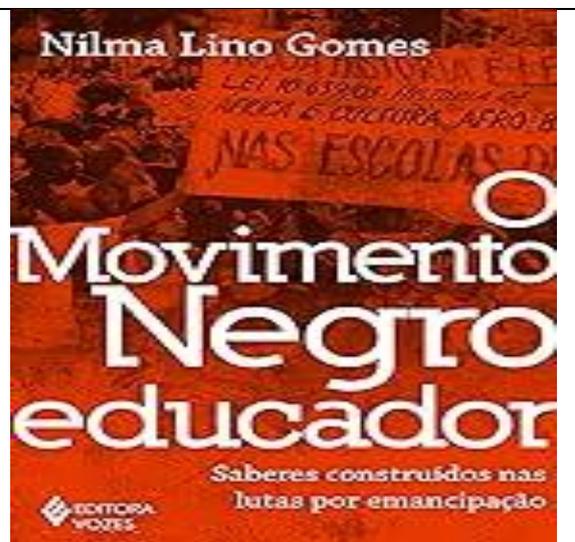
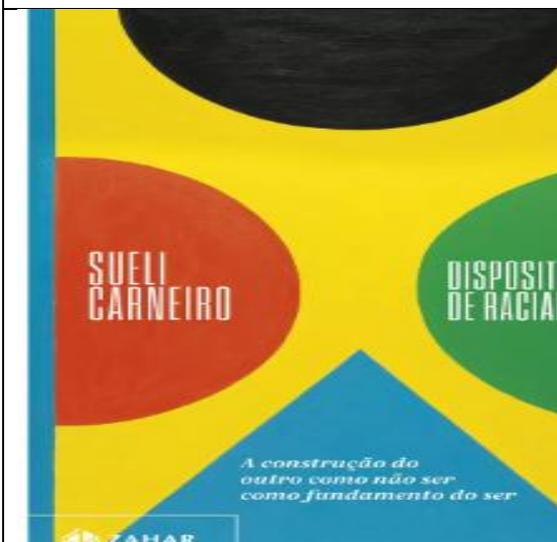
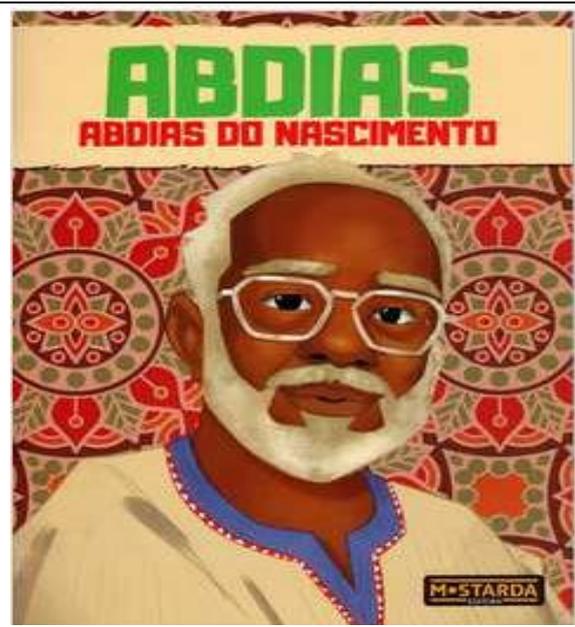
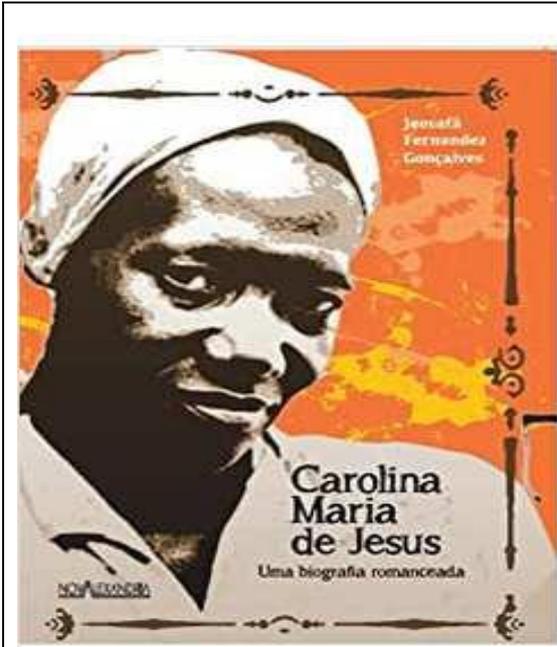
SUGESTÕES DE LIVROS TEÓRICOS



Logo abaixo, estão organizados, diversas referências de livros teóricos que podem auxiliar no entendimento das questões raciais. Todos abordam o tema com o mesmo senso de justiça e igualdade para o povo preto.





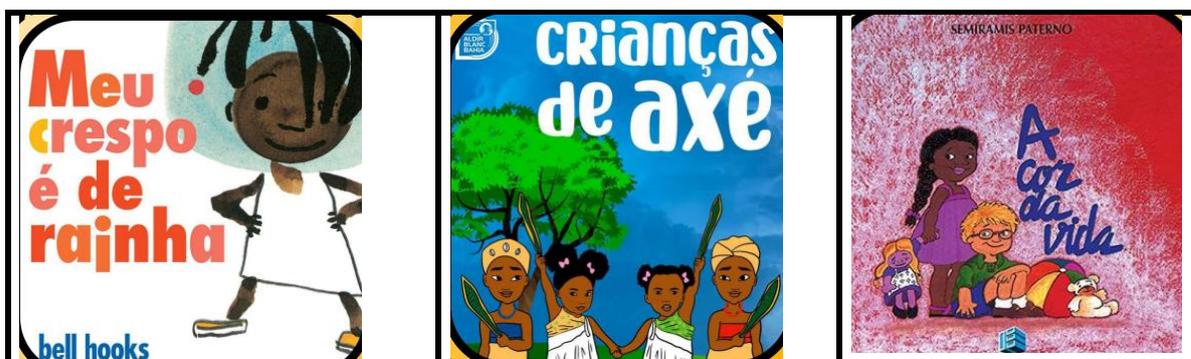


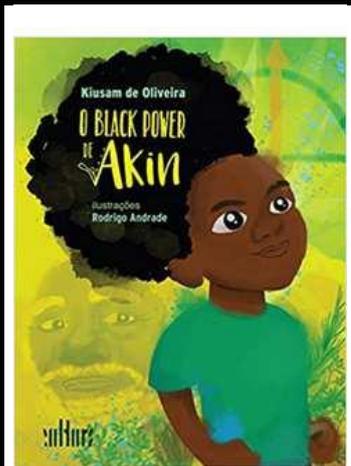
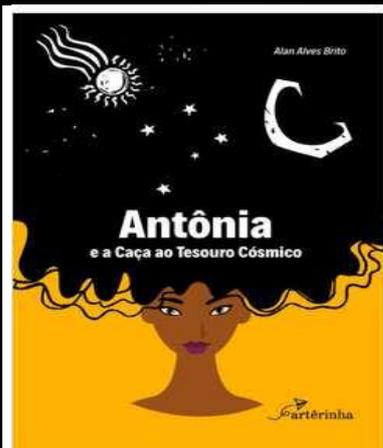
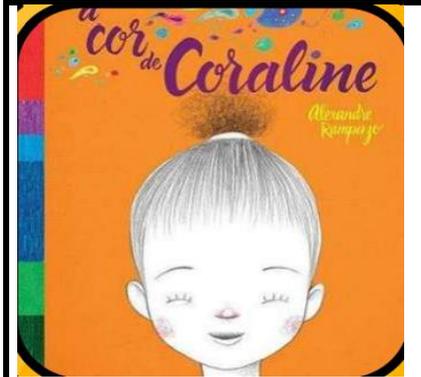
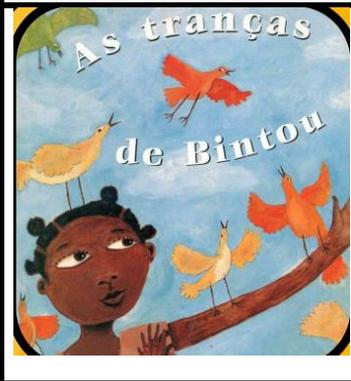
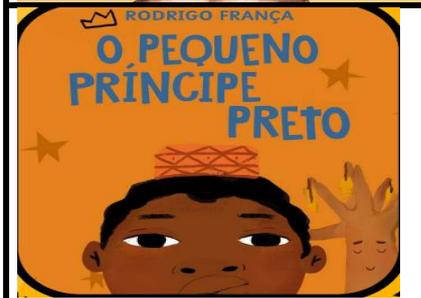
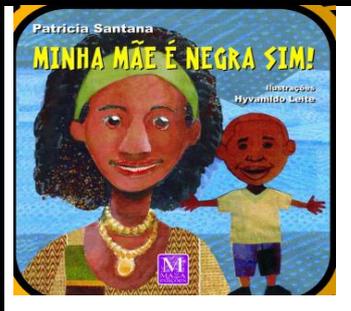
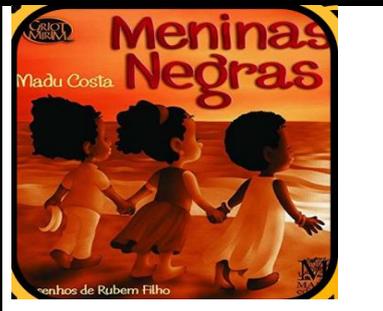
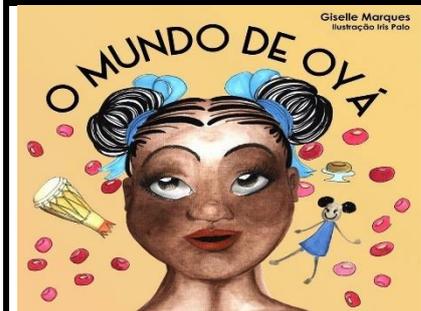
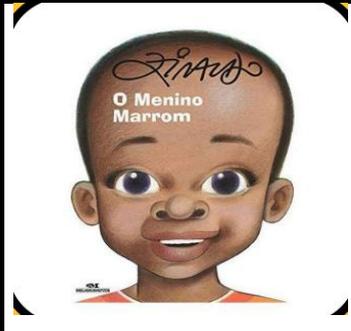
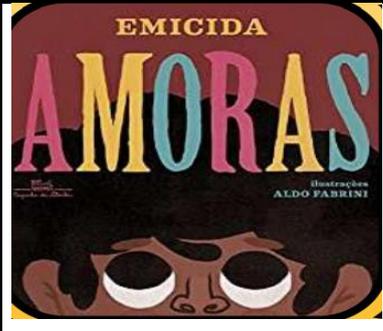
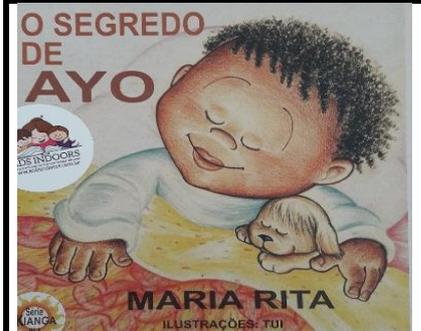
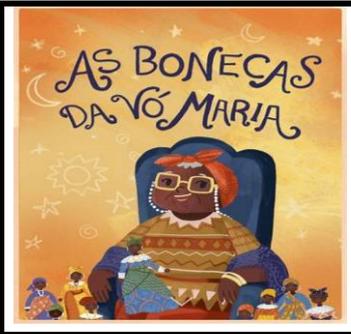
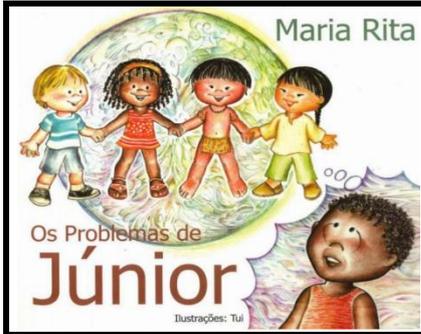
SUGESTÕES DE LITERATURA AFRO INFANTIL

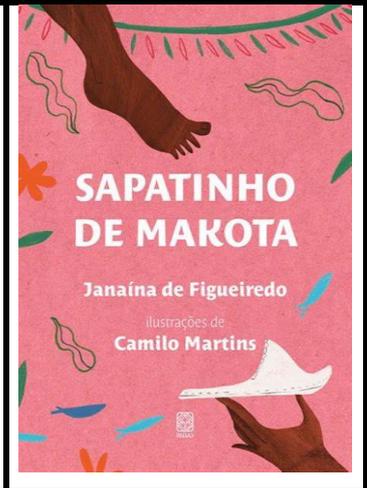
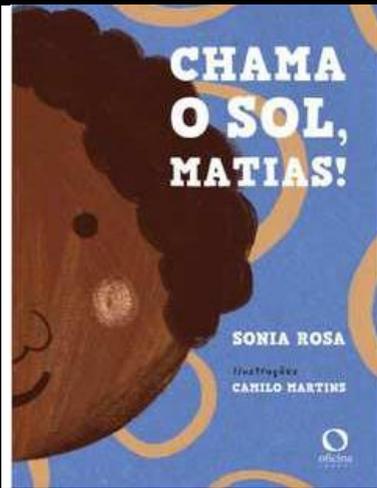
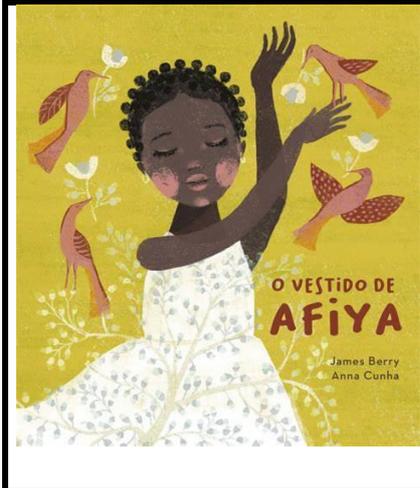
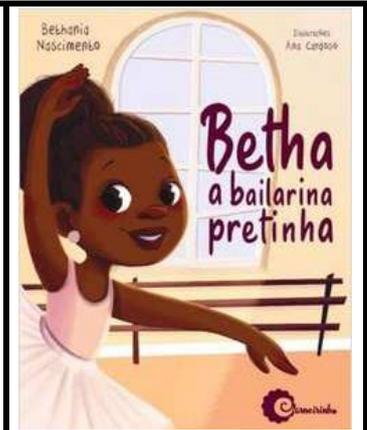
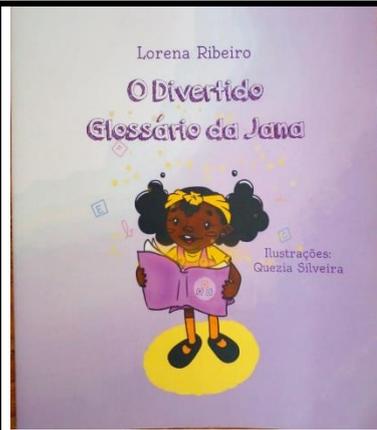
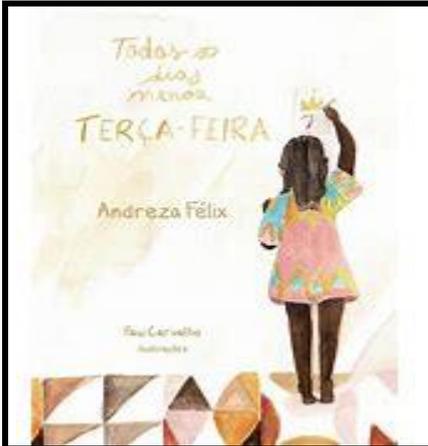


Logo abaixo disponibiliza-se sugestões de leitura infantis, que abordam a diversidade em busca da Educação Antirracista. Fortalecendo a representação e ancestralidade do povo preto. Colocando-os como protagonistas nas histórias.

Aproveite essa riqueza de leitura afro-brasileira infantil! E incentive seus alunos a conhecê-la.







SUGESTÕES DE FILMES



Pensando em você professor, que desenvolve muitas tarefas e precisa de descanso. Aproveite para assistir os filmes sugeridos logo abaixo, pois terá oportunidade para compreender que o cinema também é um instrumento de reflexão e denúncia.

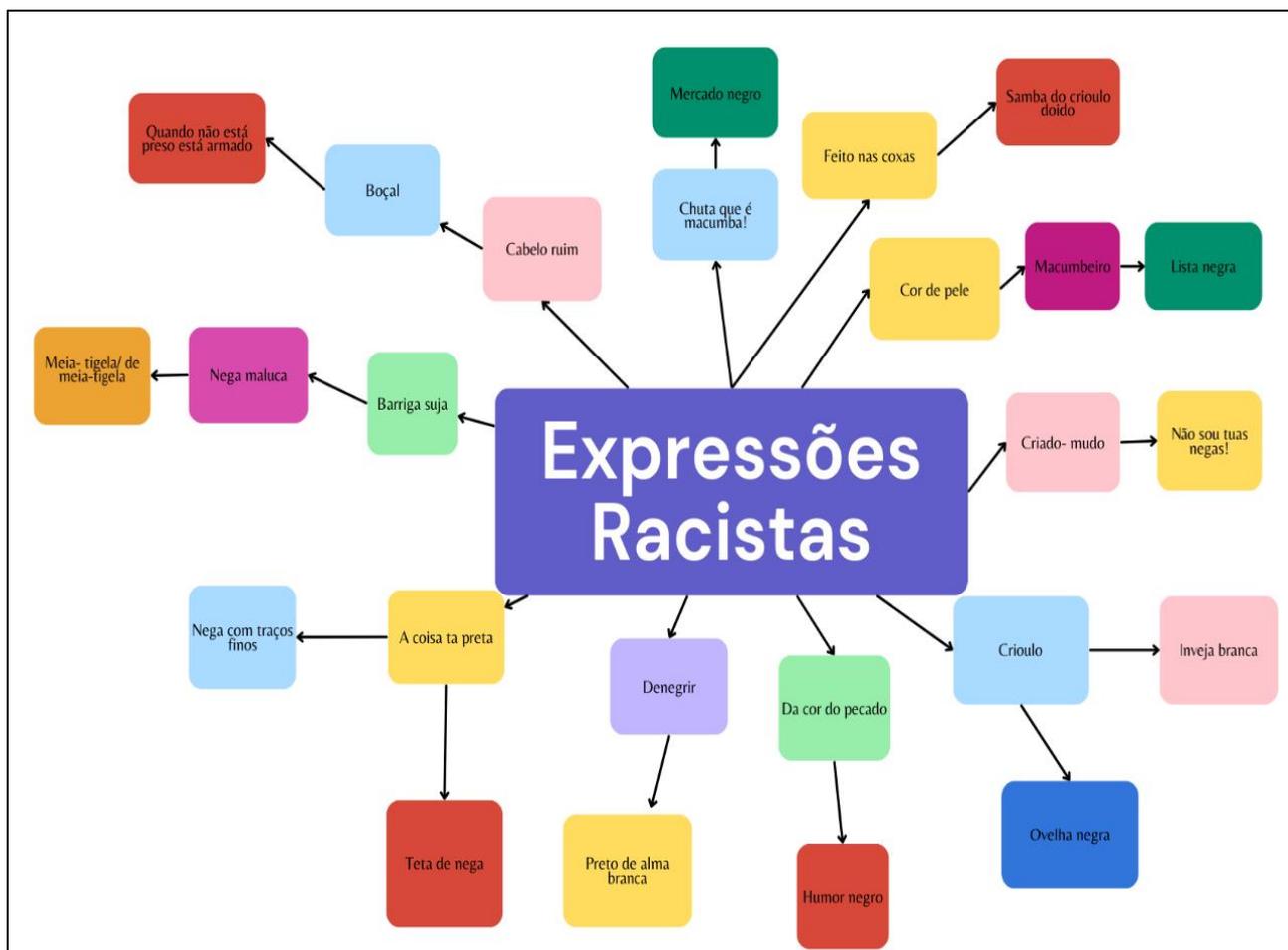
Vamos lá!

- Selma: uma luta pela igualdade
- 12 anos de escravidão
- A cor púrpura
- Histórias cruzadas
- Luta por justiça
- Hair love - infantil
- Super choque – infantil
- A princesa e o sapo – infantil

EXPRESSÕES RACISTAS

Pensando ser importante abordar questões encontradas no dia a dia em relação ao racismo, propõe-se destacar algumas palavras e expressões racistas encontradas na convivência do dia. Ditas de forma naturalizada, desfazendo a concepção do racismo envolvido na fala.

Alguma pergunta?



A Comissão de Promoção de Igualdade Racial do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), instituída pela Portaria-TSE nº 230, de 8 de março de 2022, motivada a combater a desigualdade racial criou uma cartilha com expressões racistas para conhecimento de todos. A seguir será explicado a definição de algumas expressões racistas, segundo a comissão de Promoção de Igualdade Racial do Tribunal Superior Eleitoral:

• **A coisa tá preta:**

Verdadeira síntese de um conjunto de expressões de caráter racista que associam a pessoa negra a coisas ruins. O sentido da expressão é referir-se a uma situação extremamente negativa, complicada ou a um problema de difícil solução (BRASIL, TSE, 2022, p.17).

• **Barriga suja:**

Destina-se a designar mulheres que geram crianças negras, especialmente mulheres brancas que têm bebês de pele negra, ou mulheres que dão à luz a prole com pele mais escura que a sua. Assim, a ideia é de que a barriga que gera descendentes de cor escura é impura, problemática (BRASIL, TSE, 2022, p.19).

• **Boçal:**

É utilizada para designar uma pessoa sem cultura, sem educação, rude, grosseira. Durante o período escravocrata, o termo era empregado para designar pessoas escravizadas que não sabiam falar português (BRASIL, TSE, 2022, p. 21).

• **Cabelo ruim:**

É mais uma expressão de cunho racista que consiste em desprezar as características físicas das pessoas negras, associando-as a coisas ruins ou de qualidade inferior. O uso dessas palavras e suas variantes “cabelo duro”, “cabelo bombрил” é forma contundente de racismo, e deve, portanto, ser abandonada (BRASIL, TSE, 2022, p. 23).

• **Chuta que é macumba!**

Pretende designar o desejo de afastar algo ruim de perto de si, a vontade de se manter distante de algo que possa fazer mal (BRASIL, TSE, 2022, p. 25).

• **Cor de pele:**

É uma expressão que pretende identificar uma cor, mais especificamente tons de bege, fazendo expressa alusão à pele branca. A ideia de que as cores claras devem ser consideradas como padrão ideal para representar a pele humana é racista. Esse tipo de comportamento é designado por especialistas como colorismo (BRASIL, TSE, 2022, p.27).

• **Criado-mudo:**

Faz referência a um móvel com gavetas, geralmente utilizado ao lado das camas e que funciona como apoio. A adoção desse nome, segundo alguns estudos filológicos, faz referência às pessoas negras escravizadas responsáveis pelos serviços domésticos, que tinham a atribuição de segurar objetos pertencentes a suas senhoras e seus senhores, servindo de apoio

permanente. Além disso, deveriam agir de forma discreta e silenciosa para não causar nenhuma perturbação no ambiente (BRASIL, TSE, 2022, p. 29).

• **Crioulo:**

São formas pejorativas de se referir a uma pessoa negra (BRASIL, TSE, 2022, p. 31).

• **Da cor do pecado:**

Apresenta-se como forma supostamente elogiosa de se referir a alguém, de louvar a cor da pele. Essa ideia, entretanto, pode ser facilmente desfeita. (BRASIL, TSE, 2022, p. 33).

• **Denegrir:**

É latina e significa enegrecer, mas seu uso está associado à ideia de macular, manchar, sujar alguma coisa. A junção das duas coisas faz surgir a ideia de que tornar algo negro é negativo, que deve ser evitado, o que reforça a ideia preconceituosa que liga a pessoa negra a coisas ruins (BRASIL, TSE, 2022, p. 35).

• **Feito nas coxas:**

É utilizada para designar algo realizado de modo apressado, sem muito apuro, descuidado (BRASIL, TSE, 2022, p. 47).

• **Não sou tuas negas!**

É utilizada comumente para designar revolta ou incômodo com situação ou comentário (BRASIL, TSE, 2022, p. 79).

• **Nega Maluca:**

É utilizada para designar um conhecido bolo de chocolate (BRASIL, TSE, 2022, p. 83).

• **Negra com traços finos:**

Pretende trazer uma forma elogiosa de referir-se à pessoa negra. Contudo, acaba embutindo uma ideia racista, pois associa a negritude a traços grosseiros e feios. Desse modo, a beleza negra estaria limitada aos que não se parecem com negras e negros (BRASIL, TSE, 2022, p. 85).

• **Preto de alma branca:**

Transporta a ideia de que não existem, por natureza, pessoas negras que sejam dignas, boas, exemplares. Reafirma uma percepção racista de que essas características são típicas apenas das pessoas brancas e que uma pessoa negra, para que as obtenha, deveria imitar uma branca (BRASIL, TSE, 2022, p. 89).

• **Ovelha Negra:**

Pretende designar uma pessoa que foge aos padrões aceitáveis, diferencia-se de forma inadequada dos padrões esperados (BRASIL, TSE, 2022, p.91).

• **Mercado Negro:**

Aplica-se a expressão quando se deseja referir-se a um conjunto de ações comerciais ilícitas, que desrespeitam regras jurídicas e morais (BRASIL, TSE, 2022, p. 71).

• **Humor Negro:**

Pretende referir-se a uma espécie de comédia que foge dos padrões convencionais e chega a ser chocante por estar baseada em coisas mórbidas, macabras ou ilícitas. Em outras palavras, é provocar o riso valendo-se de elementos relacionados eventualmente ao susto ou ao choro (BRASIL, TSE, 2022, p. 53).

- **Inveja Branca:**

Tenta canonizar o pecado, como se o adjetivo fosse suficiente para tornar a cobiça perdoável, aceitável ou mesmo elogiável (BRASIL, TSE, 2022, p.57).

- **Teta de nega:**

Se refere a um doce de chocolate recheado com merengue ou marshmallow. A expressão faz uma comparação chula do formato do doce com o seio de uma mulher negra (BRASIL, TSE, 2022, p.103).

- **Quando não está preso está amarrado:**

Faz referência aos cabelos crespos, associando-os, de forma bastante preconceituosa, ao ambiente da criminalidade. A ideia reproduz o pensamento de que os cabelos lisos representam o padrão de beleza da sociedade contemporânea, o que acaba estigmatizando todos os outros cabelos (BRASIL, TSE, 2022, p. 85).

- **Lista negra:**

Refere-se a um rol em que são agrupadas categorias de coisas ruins, proibidas, ilícitas ou que devam ser evitadas ou perseguidas (BRASIL, TSE, 2022, p. 59).

- **Meia-tigela/ de meia-tigela:**

Significam algo de qualidade inferior, duvidosa, medíocre, sem valor. Uma das explicações apresentadas para a origem das expressões refere-se à distribuição de alimentos às trabalhadoras e aos trabalhadores escravizados(as) (BRASIL, TSE, 2022, p.67).

CONSIDERAÇÕES FINAIS



A busca pelo aprimoramento em relação à pesquisa acontece de maneira gradual e contínua, pensando nisso foi criado esse Guia (in) formativo para auxiliar, trazendo sugestões de caminhos que podem ser trilhados para conseguir estudar e entender um pouco mais sobre as

Políticas Curriculares e Educação Antirracista.

Ser professor, é ter compromisso com o conhecimento, sendo fundamental para as atualizações acadêmicas. Conseguir perceber as situações em que opressores ultrapassam o limite dentro da escola.

Sendo assim, a intenção deste produto foi facilitar agilmente o encontro das informações referentes à temática apresentada. A seleção das informações foi carinhosamente organizada para ajudar a todos que tiverem interesse em aprender. Pode-se também usá-lo como livrinho de bolso.

Bom estudo, professores!

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, S. **Racismo estrutural (edição portuguesa)**. E-book. Casa del Libro. Disponível em: <https://www.casadellibro.com/ebook-racismo-estrutural-ebook/9788598349916/9788089>. Acesso em: 15 ago. 2023.

BRASIL. Tribunal Superior Eleitoral (TSE). **Expressões racistas: como evitá-las** [recurso eletrônico]. Dados eletrônicos (107 páginas). Brasília: Tribunal Superior Eleitoral, 2022. Disponível em: <https://bibliotecadigital.tse.jus.br/xmlui/handle/bdtse/11048>. Acesso em: 17 set. 2023.

ESTANTE VIRTUAL. 2023. Disponível em: https://www.estantevirtual.com.br/b307-livraria-saude/adichie-perigo-de-uma-historia-unica-o-3909602151?msclkid=f9be77695f3d1e99669e13a13cbaa6ee&utm_source=bing&utm_medium=cpc&utm_campaign=Shopping%20Base&utm_term=4579946971044398&utm_content=Todos%20o%20Acervo. Acesso em: 15 ago. 2023.

ESTANTE VIRTUAL. **Antônia e a caça ao tesouro cósmico**, de Alan Alves Brito. 2020. Disponível em: https://www.estantevirtual.com.br/pook-book/alan-alves-brito-antonia-e-a-caca-ao-tesouro-cosmico-6770867?msclkid=7744d490d33b1f39d174b1a8487c8c54&utm_source=bing&utm_medium=cpc&utm_campaign=Shopping%20Base&utm_term=4579946971044398&utm_content=Todos%20o%20Acervo. Acesso em: 06 out. 2023.

FERREIRA, J. Afroteca. **Biblioteca Virtual Afrocentrada**. Horizonte, Ceará, 2023. Disponível em: <https://talentoeducacao.com.br/pdf/afroteca.pdf>. Acesso em 31 jul. 2023.

KILOMBA, G. **Memórias da plantação** - Episódios de racismo cotidiano. E-book. 2020. Disponível em: <https://www.bol.com/nl/nl/p/memorias-da-plantacao/9300000000887338/>. Acesso em: 04 ago. 2023.

LIVRARIA TAVERNA. **O que é lugar de fala?** - Djamila Ribeiro. 2019. Disponível em: <https://livrariataverna.com.br/sociologia/296-o-que-e-lugar-de-fala-djamila-ribeiro--9788595300408.html>. Acesso em: 06 ago. 2023.

LIVRARIA TAVERNA. **Olhares negros - Bell Hooks**. 2019. Disponível em: <https://livrariataverna.com.br/sociologia/2065-olhares-negros-bell-hooks-9788593115219.html>. Acesso em: 15 ago. 2023.

MAGALU. **Livro Como ser um educador antirracista** - Bárbara Carine. Disponível em: <https://www.magazineluiza.com.br/livro-como-ser-um-educador-antirracista-barbara-carine/p/236832000/li/ledu/>. Acesso em: 06 out. 2023.

RAKUTEN KOBO. **Pequeno manual antirracista de Djamila Ribeiro**. Disponível em: <https://www.kobo.com/br/pt/ebook/pequeno-manual-antirracista-1>. Acesso em: 06 ago. 2023.

UFSM. Observatório de Direitos Humanos. **Livros Maria Rita Py**. Disponível em: <https://www.ufsm.br/pro-reitorias/pre/observatorio-de-direitos-humanos/livro-maria-rita>. Acesso em: 31 jul. 2023.

